

Revista ■

Onis



Ciência

As Ciências Sociais no lugar certo!

www.revistaonisciencia.com

Vol.II Ano 2 Nº 5

Setembro - Dezembro 2013

ISSN 2182- 598X

Nº5



Vol. II Ano II Nº 5

Setembro — Dezembro 2013

Período Quadrimestral

ISSN 2182—598X

Braga - Portugal

4700-006

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

Permite-se a reprodução parcial ou total dos artigos aqui

publicados desde que seja mencionada a fonte.

www.revistaonisciencia.com
revistaonisciencia@gmail.com
Tel.: 351 964 952 864

EDITOR:

Ribamar Fonseca Júnior
Universidade do Minho – Portugal

DIRETORA COORDENADORA:

Karla Haydê
Universidade do Minho – Portugal

CONSELHO EDITORIAL:

Bendita Donaciano
Universidade Pedagógica de Moçambique – Moçambique

Camilo Ibraimo Ussene
Universidade Pedagógica de Moçambique – Moçambique

Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
Universidade Federal do Maranhão – Brasil

Claudia Machado
Universidade do Minho – Portugal

Carlos Renilton Freitas Cruz
Universidade Federal do Pará – Brasil

Diogo Favero Pasuch
Universidade Caxias do Sul – Brasil

Fabio Paiva Reis
Universidade do Minho – Portugal

Hugo Alexandre Espínola Mangueira
Universidade do Minho – Portugal

Karleno Márcio Bocarro
Universidade Humboldt de Berlim – Alemanha

Valdira Barros
Faculdade São Luís - Brasil

DIVULGAÇÃO E MARKETING

Larissa Coelho
Universidade do Minho - Portugal

DESIGN GRÁFICO:

Ricardo Fonseca – Brasil

Revista Onis Ciência, Vol II, Ano II, Nº 5, Braga, Portugal, Setembro—Dezembro, 2013. Quadrimestral

RESENHA CRÍTICA

<i>DIÁRIO DE VIAGENS ENTRE EUROPA E ÁFRICA: REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS E TEXTUAIS DE LOCAIS (IN) VULGARES EM TRAÇOS DE VIAGEM</i>	
LÍVIA VIVAS.....	05

ARTIGOS

<i>MODA E CONTRA CULTURA, NOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO: CASO FUNK</i>	
BEATRIZ LOBO MOREIRA	13

<i>A IMPOPULAR REFORMA ADMINISTRATIVA DE 1867</i>	
JORGE MANUEL DIAS FERNANDES.....	31

<i>O CONFRONTO DAS SUPERPOTÊNCIAS: O TRAJETO DO FRIO - DOS ESTADOS UNIDOS À EURÁSIA</i>	
FILIFE MAGALHÃES.....	50

<i>DIMINUINDO DISTÂNCIAS, AUMENTANDO POSSIBILIDADES: FORMAÇÃO ONLINE DE PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS</i>	
JANE EWERTON.....	75

<i>OS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBALIZADA: UMA APRECIÇÃO LUHMANNIANA</i>	
DULCILENE APARECIDA MAPELLI RODRIGUES.....	79

A **Revista Onis Ciência** é uma publicação *on-line* quadrimestral, voltada para as ciências sociais. Neste sentido, busca se consolidar como um fórum de reflexão e difusão dos trabalhos de investigadores nacionais e estrangeiros. Desse modo pretende dar sua contribuição, nos diferentes campos do conhecimento, trazendo para o debate temas relevantes para as ciências sociais. Dirigida a professores e investigadores, estudantes de graduação e pós-graduação, a revista abre espaço para a divulgação de Dossiês, Artigos, Resenhas Críticas, Traduções e Entrevistas com temáticas e enfoques que possam enriquecer a discussão sobre os mais diferentes aspectos desse importante campo das ciências.

DIÁRIO DE VIAGENS ENTRE EUROPA E ÁFRICA: REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS E TEXTUAIS DE LOCAIS (IN) VULGARES EM *TRAÇOS DE VIAGEM*

Lívia Vivas¹

Doutoranda em Ciências da Cultura pela Universidade do Minho

liviavivas@hotmail.com

Nenhum viajante vê nada verdadeiramente visto. Vê o que leu e ouviu, lê o que viu e sentiu. Ao escrever ou desenhar imaginadas realidades exóticas, finge esquecer que não há outra realidade que não a da ficção partilhada.

Manuel João Ramos (2009, p. 135-136)

A história de cada um é traçada pelos lugares por onde passou.

Nelson Brissac Peixoto (*n.d. apud* Moreira, 2008)

Uma vez que o gênero ‘literatura de viagens’ consolida-se no ato de descobrir e na necessidade pragmática de registrar rotas, condições atmosféricas, confrontar-se com instantes que nos permitem escapar ‘às ilusões de uma realidade sedentária’ e todos os elementos que possam facilitar a compreensão dos percursos efetuados, a obra *Traços de Viagem: experiências remotas, locais invulgares*, do escritor português Manuel João Ramos, sucintamente retratada nessa análise, apresenta, através das narrativas sobre as suas mais diversas viagens, relatos que alargam a simples notação descritiva em direção a pequenos segmentos narrativos surpreendentes que demonstram a relação entre o sujeito perceptivo e os lugares que revela, através não apenas dos escritos, mas sobretudo das ilustrações, que atribuem autentificação às narrativas de teor essencialmente descritivo e suscitam o interesse pelas imagens de múltiplos e distintivos povos ao longo dos percursos, a partir do olhar peculiar do autor, direcionado a cada destino visitado.

Enquanto estilo literário que na sua totalidade sugere uma percepção por vezes dúbia sobre o encontro de culturas, a literatura de viagens propicia ao leitor o questionamento

¹ Bolsista do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES

sobre o mundo, o conhecimento de realidades culturais distintas a partir da produção de relatos curiosos de pessoas que se submetem ao encontro de desigualdades e confrontos fora do seu lugar comum, ao mesmo tempo em que favorece o prazer estético e possibilita ao leitor uma visão de mundo diferenciada e alargada. Além de ser um meio para conhecimento e informação, a viagem configura-se também como uma forma de investigar o mundo, ao passo que a literatura de viagens “permanece como resultante da singularidade de um olhar sobre experiências em outros espaços, que busca sua forma expressiva na linguagem a partir de um trabalho de seleção e de transfiguração da memória” (Romano, 2013, p. 42).

Euben (2006)², por sua vez, acrescenta que a viagem configura-se “ponte conceitual sobre as tradições separadas pela cultura ou pelo tempo, na qual a relação entre mobilidade e sabedoria, assim como a sua corrupção e o risco de perdê-la, é explícita”. Nesse sentido, a literatura de viagens não diz respeito apenas à transposição de fronteiras, mas é um meio capaz de trespassar os limites tradicionais dos discursos estéticos e epistemológicos (Matos, 2009, p. 15). Ao transcrever as suas assimilações distintas, sob diferentes contextos, o autor de *Traços de Viagem* tenta desmistificar as estranhezas de cada cultura percorrida, através de descrições que obedecem a construções do imaginário que organiza, condicionando os diversos textos em seus atributos semióticos, estilísticos e de conteúdo, buscando com individualidade temas, motivos e formas para as viagens reais, nas quais tem as suas experiências reordenadas e ressignificadas para que se enquadrem na teoria que leva em sua bagagem.

Ao longo da narrativa, Manuel Ramos, antropólogo radicado na experiência da viagem, utiliza de método e teoria e procura assegurar sua relação com as terras que atravessa, construindo um discurso que procura favorecer um avanço intelectual infundido na proximidade, convivência e experiência vivida, aproximando-se dela, muito embora haja um espaço temporal entre os dois instantes, dado que textualizar é tornar fixo o que, originalmente, é movimento. Como pontua Andrade (2002, p. 2), entre as diversas facetas da literatura de viagem, destaca-se nomeadamente seu caráter de texto etnográfico, elemento que sistematiza o conhecimento antropológico sobre a diversidade cultural. E Cristóvão (2002, p. 35)³ ainda complementa que a literatura de viagens é um subgênero literário interdisciplinar onde se “entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas”.

² apud Torrão Filho (n.d., p. 5-6)

³ apud Romano (idem, 38)

As histórias descrevem as experiências pessoais do viajante enquanto discurso sobre o estrangeiro, da imagem cultural do *outro* que vai sendo construída ao longo dos relatos. Ao inserir-se no espaço do *outro*, o viajante edifica uma representação de si mesmo:

A viagem serve para definir o outro, mas, sobretudo, para que esta imagem do outro dê ao viajante, e ao seu leitor, a definição viva, colorida e animada de si mesmos; uma cartografia da alma, uma paisagem moral, uma sensação de “eu estou aqui, isto me define” (Torrão Filho, *ibid.*).

O conteúdo da descrição não é definido apenas pelo contato com o mundo, mas é resultado também da reflexão e de uma teoria que antecede à viagem. As narrativas revelam o desejo do escritor de ir ao encontro do gosto e da curiosidade pelo exótico do público, a expectativa do inusitado, do quase fascinante, numa tentativa de cartografar progressivamente os espaços visitados, através da observação e de registros gráficos metódicos- muito embora o escritor- viajante não seja um simples espectador que apenas relata as características locais e situações que observa- em intensas e heterogêneas experiências de viagens às quais tenta imbuir veracidade através das ilustrações minuciosas acrescentadas ao longo das páginas escritas, detalhe que lhe confere a convicção de quem fora testemunha ocular. Há uma preocupação, portanto, em participar do cotidiano local e a partir de um olhar antropológico narrar as motivações que o levaram a permanecer por algum tempo em determinado lugar. Em síntese, como define Cunha (2012, p. 169), “o olhar do viajante está condicionado antes mesmo da viagem: pela sua bagagem cultural, pelo seu quadro de referências, pelas suas leituras, por determinados tópicos que fazem parte da escrita do gênero”.

As transformações que ocorrem ao longo das breves narrativas da obra, mas fundamentalmente impregnadas em conceitos e representações de mundo próprias, transparecem na auto-percepção do escritor-viajante, que foge ao encontro entre o deslumbramento e a sensação de descoberta plena como atitudes imprescindíveis, típicas dos relatores de viagens setecentistas, antes quebrando esse parâmetro e assumindo um modo mais crítico de olhar diante do cruzamento entre o *eu* e o *outro* sob o qual é enquadrada a complexa construção da identidade individual e coletiva, além da consciência de todas as limitações da viagem, a tentativa de se misturar com as pessoas que habitam o local visitado, a certeza de haver um regresso marcado. Nas palavras de Costa,

Mesmo quando se deixa embalar por momentos pontuais em que as sensações se sobrepõem à racionalidade do pensamento, o olhar de Manuel João Ramos é o do antropólogo, e não o do viajante que acredita abarcar o mundo apenas por nele se deslocar (Costa, 2009).

Servindo-se de percursos distintos entre a Europa e a África, através da combinação de textos e imagens harmoniosos, nos quais descreve encontros com nativos, refeições inusitadas, ambientes adversos, Manuel João Ramos, como leitor, escritor, antropólogo e observador atento ao mundo à sua volta- elementos que compõem o filtro a partir do qual dialoga com as culturas estrangeiras que visita- transparece a sua observação participativa pela verbalização desses dois elementos: texto e imagem. As “experiências invulgares” são o ponto de encontro entre destinos tão distintos, nos quais ele adentra o contato com o exótico, com os atributos físicos e culturais de cada local visitado, que permite “a fuga às ilusões de uma realidade sedentária”, nascendo a atração da viagem da “ânsia de nos confrontarmos com um instante de abismo, onde as ilusões da nossa frágil realidade quotidiana ameaçam tropeçar”. Esse argumento clarifica a noção de que a literatura de viagens é um gênero que fornece importantes compreensões sobre os encontros e intercâmbio entre condicionantes culturais distintos.

Expandindo o seu talento narrativo e plástico apurado nesse diário de viagem, Ramos relata intensamente as características de cada local visitado, revelando ser um admirador atento de cada cultura, ao destacar os costumes os quais vivenciou nos percursos entre mundos culturais e linguísticos diversos, algo que lhe confere uma experiência genuína e autêntica das realidades visitadas, através do contato imediato. Proporcionar o conhecimento das características de realidades diferenciadas, através de um cunho autobiográfico com a exposição da sua experiência vivencial, constitui o fio condutor das narrativas de Manuel Ramos. Os relatos são diversos, apresentam-se como uma iniciação aos enigmas que os locais encerram em suas fronteiras e as cidades e pessoas descritas são cenários nos quais se representa o contexto da outridade: “- Sim, é verdade. Bebemos e aceitamos os costumes europeus (...). Mas somos muçulmanos, somos tunisinos, somos magrebinos. Sobretudo, somos árabes, porque temos de estar unidos para fazer face à Europa unida e ao demônio da América (...)” (p. 24)

Os relatos de viagem, portanto, exprimem uma experiência de alteridade e representam o olhar do viajante que configura uma imagem sobre o espaço, a cultura, os atributos físicos do *outro*:

Faces afiladas, olhos rasgados, sobranceiras arqueadas, narizes aduncos, lábios carnudos. Aqui e ali, julgo perceber nos rostos das mulheres e dos homens de Tunes os traços das máscaras cartaginesas que vi no museu do Bardo. São como o rosto de Yassar, com quem me sento agora no Café de Paris, a beber um chá verde com folhas de hortelã e pinhões (p. 22).

Ao passo em que procura evidenciar os pontos favoráveis de cada cultura visitada, o escritor não deixa de expor o estranhamento que advém da complexa relação identidade/composição textual da alteridade que emana da consolidação da identidade através do contato com o *outro*, fato que se verifica, por exemplo, no início da sua narrativa sobre o Zimbábue, no qual reflete sobre o abismo racial: “... neste país onde os sonhos de uns são os pesadelos de outros, neste país infectado por histórias de ódio, medo e inveja, a cor da minha pele estigmatiza-me logo ao primeiro olhar” (p. 47). A auto-percepção de uma cultura, portanto, revela o seu sistema de representações, a maneira como uma comunidade recepciona outra estrangeira revela “os esquemas interpretativos em funcionamento na cultura de pertença, através das suas projeções, crenças, preconceitos (Cunha, *op. cit.*, p. 156).

Outro elemento em evidência é a influência de uma dada cultura sobre outra, revelando uma condição onde o desenvolvimento do conjunto de atitudes, crenças e valores que atribui significado a uma sociedade e que fornece os pressupostos e regras que governam o comportamento social de seus membros, é tão condicionado por e reflete a expansão de uma cultura externa, ponto também suscitado nas narrativas de viagens:

É notável a ambiguidade da relação de famílias urbanas “africanas” da classe média, como os Kambari, com as suas antigas origens camponesas: por um lado, é clara e constante a rejeição de qualquer sinal de ruralidade ou de etnicidade, a sublinhar uma forte, ainda que recente, identidade urbana. Esta exprime-se nos comportamentos sociais, na adoção do estilo de vida “europeu”: o gosto pelo ténis e a pertença a um *country club*, o hábito das “visitas sociais”, as empregadas domésticas, o uso sistemático do automóvel, etc. (p. 58)

Propósito semelhante em descrever um país estranho e misterioso está evidente em *Histórias Etíopes*, de mesma autoria, obra que contém uma faceta literária e que foi criada a partir de um caderno de viagens onde são mescladas impressões escritas e imagens desenhadas ao longo de viagens pela Etiópia- conferido pelo contato próximo e prolongado com a realidade local- que segundo o próprio autor, tem a finalidade de lembrá-lo o que é desaparecer do seu mundo habitual- sem o conforto da familiaridade cultural e linguística- e ainda assim continuar vivo.

Tal narrativa, que permite que o leitor conheça as características do povo etíope, sobretudo seus aspectos culturais significativamente detalhados, tal como *Traços de Viagens*, evidencia a presença de imagens- algo que, conforme argumenta Matos (*op. cit.*) deve-se “à necessidade de se conferir, literalmente, *visibilidade* às percepções interculturais apresentadas

pelos escritores-viajantes como sendo imediatas e autênticas”- é latente e revela uma ideia fixa do antropólogo em “desenhar despreocupada, mas obsessivamente” enquanto viaja, condição que lhe propicia consciência do que implica fixar em caderno as memórias:

Enquanto viajo, o desenho não passa de um subproduto irrelevante da minha actividade de desenhador e fixador de visões, mas quando regresso a casa o desenho torna-se um precioso catalisador da memória e do imaginário.

Na literatura de viagens, é comum a palavra ao lado das imagens, que proporcionam ao leitor uma “ilusão de realidade da descrição dos territórios exóticos”, mas que não funcionam sem o auxílio do texto. “É como se o livro nos desse a “realidade” desta alteridade que ele procura constituir, por meio da força normativa da palavra e da representação” (Torrão Filho, *op. cit.*, p. 11). Já para Cristóvão *apud* Romano, a difusão de imagens provoca a banalização dos relatos:

Com o aparecimento de novas tecnologias multiplicam-se as possibilidades de reprodução de imagens e narrativas, tais como a fotografia, o cinema, o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet. Substitui-se, assim, a expectativa pela narração do maravilhoso e do exótico, próprios de um tempo em que a viagem era rara, pela difusão de imagens que visam criar e afirmar a condição turística de determinados lugares e direcionar o olhar do potencial turista para seus atrativos, à medida que lhes são associadas sensações de bem-estar e de distinção social (Cristóvão, *op. cit.*, *apud* Romano, *op. cit.*).

Em ambas as obras, entretanto, o que é oferecido ao leitor não é apenas a originalidade de pequenas histórias em que se mesclam textos e imagens que refletem um olhar próprio sobre cada cultura, mas também um resumo de referências que se atualizam no relato próprio e repercutem textos anteriores.

Caracterizando-se como um viajante ávido, posto que “a atração da viagem nasce da ânsia de nos confrontarmos com um instante de abismo”, Manuel João Ramos expõe ao leitor uma série de “experiências remotas”, por assim dizer, a cerimônia do café, a escalada ao convento de Debra Damo, uma viagem a bordo de um pesqueiro de Sesimbra - por “locais invulgares”, mais desconhecidos, ocultos, que tanto podem ser a Etiópia como o Zimbábue ou dos mais próximos e populares. Aos poucos desvenda os locais aos quais visita, narrando “histórias de gente (...) nem sempre sedutoras, nem sempre divertidas, porque por vezes são de vidas a quem ‘a tarefa de viver deixa pouco tempo e pouca energia, para sonhar amanhã cantantes’” (Cleto, 2009).

Traços de Viagem é uma obra em que o escritor combina os diversos textos com a representação gráfica detalhada, de qualidade, em que procura atribuir veracidade às narrativas que se apresentam com fatos tão distintos, visto que muito específicos são os

aspectos físicos e culturais de cada país visitado entre a Europa e a África. Há um avanço na compreensão das cidades como campos culturais diversos na perspectiva das viagens e dos viajantes, ao tempo em que é estabelecida uma conexão entre a viagem literária e a real. Há uma transformação na qual as narrativas alongam-se nas descrições dos caminhos, dos abundantes fatos inesperados, dos lugares de passagem, na qual se revela a voz de um sujeito cosmopolita que aos poucos estabelece relações com os locais descobertos, num misto de ânsia em viver “um instante de abismo”, de “fuga às ilusões de uma realidade sedentária”, mas com a certeza da transitoriedade dos sentimentos: “(...) partimos porque queremos experimentar cair fora do conforto das nossas ilusões sedentárias; mas, porque desejamos também regressar, devemos abandonar a ilusão de fazermos parte de mundos que não são, nem serão os nossos”.

Por outro lado, pelo fato de não ser uma obra extensa, caracterizando apenas *traços* de viagens, como implica o próprio título, os relatos são breves de modo a revelar as impressões do autor sobre os sítios visitados, limitando-se em detalhar os acontecimentos mais relevantes em cada experiência que introduz, não configurando-se, portanto, um diário de viagem tradicionalmente minucioso. As impressões reveladas sobre os países visitados são feitas através do jogos de memória e singularidade de um olhar crítico e claro, sem no entanto conferir profundidade sobre cada cultura experimentada, muito embora a narrativa não figure uma simples descrição linear dos fatos .

Muito mais dos que propriamente a narrativa, as ilustrações são os traços marcantes da obra, mais reveladoras que qualquer fotografia, transfiguram e exaltam as descrições dos fatos enfaticamente como não o fazem os textos, ou seja, o autor busca sua forma expressiva nas imagens, que exercem uma função emotiva sobre o relato. Contrariando o subgênero das narrativas de viagem habituais em que os acontecimentos são narrados através de um olhar exótico, Ramos procura desvendar suas impressões sobre os lugares pelos quais passou, incluindo nos relatos o que lhe pareceu digno de registro, sem se fechar em suas próprias convicções, mostrando-se disponível à aprendizagem e interação com os originários de cada país, o que o torna um viajante experiente e insaciável.

REFERÊNCIAS

Andrade, Maristela Oliveira (2005). *O uso de fontes da literatura de viagem no ensino de História: contribuição para interpretar a história cultural brasileira*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História.

Costa, Sara F. (2009). A íntima narrativa da viagem. *Revista Ler*, nº 83.

Cunha, Paula C. R. R. M (2012). Apontamentos teóricos sobre Literatura de Viagem. *Revista Caracol 3/ Dossiê*, p.p. 152-174.

FILHO, Amílcar T. (n.d.). *A Literatura de Viagem na Configuração de Saberes sobre a Cidade Luso-Brasileira (1783-1844)*. Disponível em www.ifch.unicamp.br/ciec/documentos/proposta_de_pesquisa.pdf, consultado em 02.03.13.

Matos, Mário (2006). Figurações da viagem e do viajante: do maldito turista ao cosmopolita doméstico. In A. G. Macedo/M. E. Keating (org.) *Novos Cosmopolitismos. Identidades Híbridas*, Braga: Universidade do Minho-CEHUM, pp. 131-147.

_____, Mário (2009). On the move: Mobilidade e migrações intermediais nos processos de representação da viagem. In Margarida Esteves Pereira *et al.* (orgs), *Transversalidades: Viagens/Literatura/Cinema*, Braga/Famalicão: Húmus: pp. 27-58.

Ramos, Manuel J. (2009). *Traços de viagem: experiências remotas, locais invulgares*. Lisboa: Bertrand Editora.

_____. (2010). *Histórias Etíopes: Diário de Viagem*. Lisboa: Editora Tinta da China.

Romano, Luís Antônio C. (2013). *Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea*. Estação Literária Londrina, Volume 10B, p. 33-48, jan. 2013 ISSN 1983-1048 - <http://www.uel.br/pos/letras/EL>.

MODA E CONTRA CULTURA, NOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO: CASO FUNK.

Beatriz Lobo Moreira

*Bacharel em Design de Moda e
Mestranda em Comunicação, Arte e Cultura pela Universidade do Minho.*

beatrizzlobo@gmail.com

A moda tem sido assunto recorrente nos mais diversos setores. A proposta deste estudo é lançar um olhar, a entender como esta interage com a contracultura, e nas manifestações tribais. Como fonte metodológica será feita revisão bibliográfica de autores tais como: Simmel, Maffesoli, Vianna, entre outros. Para fundamentar a pesquisa foi realizada inserção em campo durante seis meses na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2011. Foi escolhido o Funk, movimento cultural periférico muito forte dentro da cidade. A pesquisa de campo se obteve através de um olhar etimológico. Ao fim busca-se contrastar ideias de grandes autores com a relação da prática, visando entender qual a relação que a moda estabelece para esse grupo nos processos de identificação e diferenciação.

Palavras Chaves: Moda. Funk. Contracultura.

SOBRE MODA, CONTRACULTURA: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO.

Esta pesquisa visa entender como a moda se relaciona com o movimento de contracultura, buscando observar se os jovens inseridos neste movimento se enxergam como presentes a uma “tribo” específica e se utilizam da moda como artifício para diferenciação e identificação dentro e fora destes grupos.

As culturas se relacionam com o ambiente que vivemos e com as escolhas que fazemos, essas escolhas ficam guardadas no inconsciente, fazendo com o passar do tempo isto seja incorporado à vida do indivíduo. Com o fenômeno da globalização ocorrem fusões de culturas, incorporações, e disseminação de costumes e práticas, o que promove uma desconstrução do fenômeno da cultura. Vê-se uma vontade de enaltecimento de culturas regionais, propositalmente, com a intenção de resgatar valores.

Observando o fenômeno moda, é possível perceber que ele é muito amplo e permite muitas interpretações, através do comportamento social e da relação entre gostos e roupas. Segundo Sant'Anna (2009) a moda pode se enquadrar em cinco áreas de conhecimento: a economia, tendo em vista a relação entre os consumidores e suas necessidades; a sociologia, dando ênfase ao caráter social através dos mecanismos de imitação e distinção; a semiologia, onde a roupa pode ser analisada pela significação da sua imagem; a filosofia, onde se enxerga a moda como um fato social e, por último, a psicanálise, que analisa a relação estabelecida entre o indivíduo e as roupas, o vestir e a aparência.

Porém, para se entender bem a relação da moda com os movimentos de contracultura é interessante que anteriormente se entenda como o indivíduo se ordena a fim de formar grupos de individualização.

Segundo Maffesoli (1996), o indivíduo por si só busca o processo de individualização como processo de diferenciação dentro de um grupo, porém vários indivíduos buscam as mesmas relações com símbolos. Tal dinâmica gera o que pode ser chamado de laços sociais:

As figuras idealizadas suscitam um mecanismo de atração, uma estética, tendo uma função ética, a fascinação que elas exercem como uma fonte luminosa suscita o que se chama laço social. (Maffesoli, 1996: 328).

Assim se formam grupos, as imagens sendo quaisquer delas, integram um grupo de indivíduos fazendo que estes estejam inter-relacionados. Cada grupo, então, tem um ideal, um líder ou qualquer outro elo central, que deve ser seguido, porém, embora sejam importantes, tais elementos centrais não são imutáveis, uma vez que se transformam ou desaparecem com o decorrer do tempo. Sua necessidade, todavia, é patente, pois através destes elos centrais ocorre a união.

Maffesoli (1996) encara a moda como uma forma de máscara que só pode ser utilizada em grupo, nos quais há necessidade de imitação. O autor conclui dizendo que a manifestação do vestuário demonstra como o indivíduo se relaciona com ele mesmo, com o grupo e com o mundo.

Por sua vez Sant'Ana (2009) pontua que o vestuário se relaciona intrinsecamente como manifestação social, a aparência demonstrada influi em todo o cunho social. A partir desta é possível para o sujeito participar da dinâmica da sociedade em que deseja se enquadrar. Ainda constitui o vestuário como tendo características

inúmeras com o poder de construir diferentes discursos, pois o corpo acrescido do vestuário possibilita a exclusão ou a inclusão de acordo com o gosto do indivíduo.

No universo da moda estas formas são legitimadas em determinado momento que são desconsideradas em poucos meses e voltam a ser validadas como novidade depois de décadas através de um formato de aparente reinterpretação.

Sant'Anna (2009), citando Spencer e Simmel, vincula o fenômeno moda ao caráter da imitação, ou seja, o desejo do indivíduo de afirmação através da busca por se equiparar com os demais. Pensamento semelhante é defendido por Gabriel de Tarde que considera que o fenômeno moda reúne o sujeito à sociedade a fim de fundar o presente social.

Lipovestky (1989) rebate esta linha de pensamento e defende que a moda é um sistema vinculado à sociedade ocidental moderna, onde existe uma desvalorização do passado, o enaltecimento do novo e moderno e a crença no poder do indivíduo. Segundo ele, uma “individualidade narcisista” move os indivíduos na sociedade ocidental moderna.

A moda e a modernidade coexistem de maneira linear e não são possíveis de dissociação. Com o culto ao novo, os objetos da moda, são absorvidos de maneira lógica e rápida, interferindo na relação entre o poder da marca e o consumo. A marca torna-se, muitas vezes, mais importante que o próprio produto vinculado a ela, pois carrega um valor simbólico que interfere no próprio valor econômico deste produto e no valor atribuído ao indivíduo que o possui e utiliza.

Desta forma, a imagem passa a ter poder, pois, segundo esta autora (2009), todo o poder precisa de alguma representação. É através desta representação, desta imagem, que o indivíduo pode ser percebido como diferente e superior ao resto. Na modernidade existe uma paixão pelo caráter do novo. Tudo que é novo se torna sempre melhor e mais bonito. Desta forma, o desejo do indivíduo é sempre alcançar o novo, mesmo entendendo que ao tentar alcançar o novo ainda se é o mesmo.

Além disso, considera que a moda, o vestir, tem uma dimensão de comunicação com a sociedade. Através dela existe uma experiência estética, “firmada no prazer de ver e ser visto” (2009: 49). Para a autora, a moda cria o elemento de poder ser outro, a cada dia, mas continuando de ser o mesmo dentro de sua individualidade.

Eco completa este argumento, defendendo que “o vestuário é comunicação” (1982: 7). Temos como certo que as roupas têm caráter principal em nos cobrir e proteger, mas isso só pode ser entendido como cinquenta por cento da questão, os outros cinquenta

se entende como a maneira que queremos ser visto. Para Eco (1982), a comunicação não verbal é um espaço sem limites.

Eco (1982) afirma ainda que a moda pode existir como uma ciência de comunicação, e o vestuário como uma forma de linguagem articulada. Diz que a moda é um exemplo entre “dizer que” e “servir para”, ou seja, a moda tem a função de cobrir e proteger, mas, ao mesmo tempo, demonstra algo, passa uma imagem para o outro. Diz então que o vestuário “fala” e, por vezes, está intimamente ligado às convenções e códigos de determinada sociedade. A linguagem do vestuário não serve unicamente para transmitir determinados significados, mas também pode expressar uma posição ideológica. Por sua vez, o significado varia de acordo com o contexto em que está inserido (Eco, 1982).

Simmel (2008) estabelece que o indivíduo é um ser dualista em sua própria existência, é propenso às oposições. Exemplifica que já na nossa fisiologia precisamos de movimento e repouso. Vivemos em torno de dois pólos constantes em todos os aspectos e isso é o que ele considera como dualidade. Isso nos faz diferentes, a união de interesses distantes nos torna particular.

Essa tendência dos opostos, para Simmel (2008: 23), é sustentada pela imitação. Com efeito, para este autor, a imitação se entende como “a transição da vida do grupo para a vida individual”. A imitação faz com que o indivíduo deixe de permanecer sozinho. No ato de imitar deslocamo-nos para o outro e é retirada a carga da decisão. É possível libertar-se da escolha.

A imitação corresponde a um ato básico do indivíduo, fazendo a fusão do individual com a generalidade. Com isso a moda é vista como um modelo de imitação que se apoia no social, de forma a agregar o indivíduo a um todo, e, ao mesmo tempo, dar suporte para que haja distinção. Desta forma:

A moda é a arena apropriada para indivíduos que, anteriormente, não são autônomos e que precisam de apoio, mas cujo sentimento de si carece, no entanto, ao mesmo tempo de uma certa distinção, atenção, particularização. Ela eleva também o insignificante, porque faz dele o representante de uma totalidade a incorporação de um espírito comum a muito. (Simmel, 2008: 34).

Assim existe um forte conflito entre o social e o individual, o que queremos ser para a sociedade e o que realmente somos.

Simmel (2008) aponta a existência de uma suposta moda individual, onde se cria um estilo, uma forma de conduta única, mas de forma que isso imite o próprio ser, ao mesmo tempo que imite um grupo, a vontade de ser único faz com que se formem grupos com a mesma vontade.

Assim, para Simmel (2008), a moda, inúmeras vezes, define a relação que os indivíduos estabelecem com os grupos. Mesmo quando fala de anti-moda, ainda assim, por estes indivíduos estarem associados à não estarem na “moda”, eles acabam por formar uma individualidade que se transforma em um tipo de moda.

Embacher (1999) aponta para a relação entre a identificação e a diferenciação. O processo de identificação acontece desde o nascimento do indivíduo. Isto é feito de maneira quase que mecânica. Na primeira infância o indivíduo passa a crer no que lhe é passado. Usando isto como mecanismos de identificação, conforme a criança se desenvolve, torna-se capaz de reconhecer com o que se identifica, discernindo e assumindo melhor as suas ações. Conseguindo assim assumir a identificação com seu próprio eu e, conseqüentemente, com o próximo.

O pensamento de diferenciação é subsequente da cultura ocidental contemporânea que preza a felicidade e o prazer ao realizar ações quotidianas, como trabalhar ou estudar. A procura por uma identidade única torna-se cada vez mais presente.

A ideia que o indivíduo tem de si próprio e como ele se relaciona com as outras pessoas alterou-se significativamente nos últimos anos, devido à globalização. Antes, as pessoas tinham mais pudor e as relações eram mais conservadoras. Hoje, vive-se mais livremente, os códigos sociais estabelecidos mudaram, fazendo com que as pessoas possam expressar-se melhor, principalmente no que se refere ao vestuário. Segundo Naharro (2012), estamos constantemente a adaptar-nos as novas mudanças no ambiente em que vivemos.

Lipovestky (1989) define essa mudança nos costumes como “a segunda revolução individualista”. O estudioso diz que na sociedade contemporânea passa a existir um individualismo narcisista que pode ser percebido claramente na moda, a ponto de que o novo legitima o bom e o culto à aparência demonstra disciplina.

Livolsi (1982), diz que estudar a moda é fundamental para entendermos as relações socioculturais na sociedade. Este autor relaciona o campo da moda com o consumo e o mundo jovem. “O modo de vestir é um dos símbolos mais importantes da subcultura juvenil” (1982:37) com as mudanças que ocorrem em determinado ponto na sociedade, o vestir é o que primeiro sofre as alterações. Assim se constituem ciclos de moda, onde cada um é diferente do seu antecessor.

Afirma ainda que o vestir é utilizado no meio social para estar em grupo, tentar ser igual ou, até mesmo, ser diferente. Utiliza a expressão “diferença-recusa” para explicar

o indivíduo que se veste de maneira diferente daquilo que não deseja parecer, ou, até mesmo, se veste da maneira que deseja ser visto (Livolsi, 1982).

Segundo o autor, os jovens fazem seus próprios modelos alternativos, coexistindo com a cultura existente. É o caso de grupos como: hippies, *beats*, entre outros. Estes eram facilmente reconhecidos pelo seu modo de vestir. Desta forma, o fenômeno moda pode ser analisado como “identificação-diferenciação” (Livolsi, 1982: 43), unidade-separação (Simmel), atração-repulsão (Maffesoli), onde o sujeito sente a necessidade de seguir o comum, porém diferenciando-se do todo. Nos grupos jovens é possível perceber que cada integrante de um grupo sente a necessidade de ser diferente dos demais, ao mesmo tempo que precisa ter o sentimento de pertencimento ao grupo. A moda pode ser encarada como uma possibilidade de expressar-se e como uma forma de auto realização.

Todo impulso juvenil corresponde a uma aceleração da história, porém, mais amplamente, numa sociedade em rápida evolução, e sobretudo, numa civilização em transformação acelerada como é a nossa, o essencial não é mais a experiência acumulada mas a adesão ao movimento (Morin, 2007: 147).

Para Morin (2007: 157), na adolescência ainda está a formar-se o “eu”, ainda se está à procura de interesses. É nesta fase que ocorre a busca de autenticidade e de integração na sociedade. Os jovens começam por seguir a própria moda, criar grupos para satisfazer suas expectativas.

Segundo Morin ainda, o desenvolvimento de uma tendência é algo complexo e importante, correlacionada com “*feedback*” positivos e negativos. Uma tendência, quando poderosa, pode tornar-se uma contra tendência, “seu desregramento mútuo que se torna, em certo sentido, correção mútua” (2007: 128). Sendo uma sociedade efervescente de acontecimentos, fica esta suscetível às tendências e contra tendências. Desta forma, todo o indivíduo pode ser encarado como um desvio em si, ficando por vezes camuflado em suas atribuições. Esses desvios são determinantes para os acontecimentos de novidades. Para Morin (2007), a diferença individual, não é somente aleatória, deve ser vista como um determinismo para as novas ideias.

Assim, o movimento de contracultura é definido por Morin como oposição as “pressões organizacionais” e cultura porque é entendido como ter o poder de gerar o sistema social e as normas das vidas individuais. Caracteriza a contracultura advinda em boa parte da problemática adolescente e ressalta a subcultura como o meio encontrado de recusa a alguma coisa. Um exemplo disso é a moda, onde o diferente não anseia em ser reconhecido, mas sim ser visto como o outro, que não aceita, que discorda do vigente.

A contracultura pode ser encarada como uma revolução cultural que tem a intenção de conservar um universo passado, um universo infantil, sem regras, mais simplificado. Busca-se por um todo, uma revolução individual, ou seja, uma procura da identidade.

Maffesoli (2004: 17) discursa sobre a relação entre as tribos urbanas, a moda e a pós-modernidade e afirma que tudo isso se relaciona. Vemos manifestações mais evidentes de tribos urbanas em grandes cidades. Mesmo assim, uma pessoa pode pertencer a uma ou mais tribos, podendo de manhã se vestir de uma forma e pertencer a um grupo e de noite em sua área de lazer passar a pertencer a outro. O autor sustenta, ainda, que os jovens usam desse artifício conscientemente, como maneira de autoafirmação, porém essas identidades são instáveis, tais como os símbolos da moda. Quando se fala de moda, o indivíduo que faz parte de determinado grupo pode querer enquadrar-se, porém, também pode ter desejos de se destacar dentro dele.

Naharro (2012) salienta que em cada tribo vê-se certamente uma forma de caracterização específica, porém, vemos como ponto em comum em todas as diversas tribos o fato delas se utilizarem do vestuário como forma de diferenciação dos demais e identificação dentro desse grupo. Contudo, não é possível caracterizar inteiramente um indivíduo, ou mesmo um grupo, somente pela forma da indumentária, pois até mesmo dentro de um grupo podem existir subgrupos, os quais podem atribuir significados diferentes à vestimenta usada por seus membros.

Segundo Cortes (2008), a subcultura é um esforço integrado de pessoas antes rejeitadas pela sociedade, devido aos seus ideais, para formar uma sociedade, uma comunidade na qual possam ser aceitas. Ou seja, uma comunidade em que os indivíduos ainda se articulam com a cultura mãe, fazendo no entanto parte de novas tribos em que são reconhecidos. O autor continua, dizendo que os indivíduos se exibem de diversas maneiras para se afirmar como parte da tribo, tais como gestos, movimentos, poses, vestuário e palavras, que os diferenciam de um todo. É interessante salientarmos que os jovens são muito representativos no que se refere ao fenômeno das tribos urbanas, pois, geralmente, são eles que as formam.

Becker (2009) diz que as pessoas se alinham de acordo com suas ações, sendo assim, podemos subentender que um grupo de pessoas pode quebrar as mesmas regras, fazendo com que esses indivíduos juntos sejam um grupo, formando uma contracultura.

Tais indivíduos podem ser vistos como *outsiders*, conceito definido por Becker da seguinte forma:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamentos a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider* (Becker, 2009: 15).

Cortes (2008) salienta que atualmente a contracultura é definida como algo que tenta romper com o já existente. Dessa forma, seria também uma maneira para os jovens poderem afirmar suas novas ideias.

Maffesoli (2004) cita a composição de tribos urbanas, formada por jovens, como manifestações passageiras, fazendo um desafio à cultura dominante, uma forma de manifestação que se reúne em torno do lazer e do tempo livre.

Através de pesquisa de campo foi feito um estudo em torno do movimento periférico: *Funk*. Este foi escolhido por ser considerado uma tribo urbana de grande representatividade dentro da cidade do Rio de Janeiro.

Medeiros (2006:43), considera que o *Funk*, e suas vertentes, estejam entrelaçados por serem movimentos culturais híbridos aonde possuem raízes parecidas, todos podem ser considerados como apropriações de movimentos estrangeiros, porém que se transformam e se enquadram na realidade social dos apropriadores. Esses movimentos advindos da periferia em algumas vezes são confundidos, explica a autora, pois dentro deles existem diversas ramificações permitindo múltiplas interpretações.

O FUNK: A BATIDA CARIOCA

O *Funk* é caracterizado pela empolgação da massa, movimento e difusão cultural. Hoje, o *Funk* é ouvido da zona sul a zona norte da cidade do Rio de Janeiro, na cidade inteira é possível escutar e encontrar adeptos deste ritmo, porém nem sempre foi assim.

De acordo com Hermano Vianna (1988: 20), O *Funk* surgiu através da música negra norte americana no fim da década de 1960. Tem origem no soul, um estilo musical com uma batida pronunciada e influências que misturam gospel, *rhythm* e *blues*. Os percussores foram James Brown, Ray Charles e Sam Cooke, que chegavam a usar expressões utilizadas por pastores em suas músicas. As características desse estilo musical

eram um ritmo sincopado, denso e rítmico, percussão marcante e dançante. O soul foi um movimento muito importante para a manifestação dos negros norte americanos. Foi uma forma de expressão para uma minoria que era tão desfavorecida, uma maneira de diversão e liberdade para estes.

Ainda segundo Vianna (1988), foi nessa mesma época que a gíria *funky*, considerada uma espécie de palavrão, que significava mal cheiroso e estranho, começou a ser motivo de orgulho para o negro. O *soul*, que agradava à maioria branca, acabou sendo radicalizado, com ritmos mais pesados e arranjos mais agressivos, levando o nome de *funk*.

O *Funk* já era mais radical em suas propostas, tinha as batidas mais pesadas, ritmos mais marcados e característica mais agressiva. Como muitos estilos musicais, o *funky*, que surgia de uma minoria étnica, passou a ser sucesso, e assim viria a conquistar a massa. Com o tempo, o *funky* americano se torna vendável e de fácil consumo. O movimento estoura e invade as pistas de dança por todo o mundo.

Nessa mesma época o *Funk* já era bem popular no Brasil, principalmente no estado do Rio de Janeiro, atingindo, até mesmo, um número maior de seguidores do que entre os norte-americanos.

Segundo Adriana Facina (2008), a história do *Funk* carioca começa com a junção de tradições de músicas afrodescendentes e norte-americanas, e por isso não se trata somente de uma importação de um ritmo estrangeiro, mas de uma releitura. Desde o início, afirma a autora, a música foi lida por seus seguidores como música negra, apenas em sentido amplo e não somente música americana.

No início, os bailes apresentavam uma organização bem diferente do que vemos hoje. Eram chamados “Baile da Pesada”, se tocava de tudo e era frequentado por jovens da zona sul à zona norte, afirma Vianna (1997). Com o tempo, alguns seguidores dos “Bailes da Pesada” foram fazendo suas próprias equipes, com o intuito de animar pequenas festas. Uma dessas equipes teve bastante sucesso e destaque, foi a “*Soul Grand Prix*”, por volta de 1975. Com o movimento *Black Rio*, iniciou-se uma nova fase que iria mudar toda a história do *Funk* no Rio de Janeiro, essa equipe fazia bailes todos os dias. Segundo Vianna (1997), o som da *Grand Prix* tinha toda uma didática, pois tinham a intenção forte da conscientização da cultura negra. Nos seus bailes projetavam imagens de negros importantes, como desportistas e políticos. O *Funk* perdia a característica de pura diversão e passava a ser um instrumento de superação do racismo, de discurso do movimento negro.

Essinger (2005) afirma que o tema incomodou os média e as classes mais abastadas, pois a suposta democracia racial estava muito visível. Com o tempo e com a excessiva exposição negativa dos média, o *Funk* foi perdendo o teor ideológico negro e passou a ser mais para diversão, com muito mais mistura racial.

As indústrias culturais também contribuíram para disseminar o movimento, vendo nas problemáticas juvenis um grande mercado em potencial. O *Funk* chega aos jovens favelados como meio de aceitação, estes sem recursos e sem acessos as grandes casas de *show*, conseguiam levar suas emoções e seus sentidos aos bailes.

Por mais que estes jovens e estes lugares estivessem vinculados à violência, esses espaços, para a maioria deles, eram vistos como lugares agradáveis, para encontrar os amigos e para encontros amorosos.

Herschmann (1997) dialoga que nos anos 1990 o *Funk* explode e invade a zona norte e a zona sul da cidade. Os bailes começaram a tornar-se cada vez mais populares, os bailes da favela da Mangueira e da Rocinha recebiam pessoas vindas de toda a cidade, curiosas em descobrir o movimento.

Na sua grande maioria, a literatura que trata analiticamente do mundo *Funk* considera que os grandes média construíram um cenário em que *Funk*, o crime e o tráfico de drogas estavam intrinsecamente ligados, sobretudo depois que o ritmo passou a ser consumido por jovens de outros segmentos e classes sociais, em bailes realizados nas ‘ameaçadoras’ favelas e periferias. A consequência disso foi a estigmatização dos bailes.

A verdade que não podia mais ser escondida era que a garotada de classe média já via no baile um modo de diversão para os fins de semanas e o número de frequentadores advindos dessas classes crescia cada vez mais.

A música passou a fazer sucesso entre universitários, que viam no *Funk*, uma diversão sem limites, desligada do politicamente ou moralmente correto. Um simples gasto de energia e novamente o *Funk* volta a todas as paradas.

Desde o início da década de 90 até hoje, o *Funk* não desapareceu mais. Mesmo tendo muitos artistas de um só *hit*, tornou-se um ritmo de sucesso que está presente por toda a cidade, da baixada, periferia da cidade, até a zona sul, área nobre da cidade. Qualquer pessoa que já tenha frequentado uma festa sabe de forma indiscutível que o *Funk* é sempre a parte mais animada da festa. O *Funk* está longe de ser um movimento cultural plenamente aceito e respeitado, porém temos indícios claros que hoje não é mais marginalizado como era.

Constata-se que o *Funk* é, e sempre foi, um movimento fluído, líquido, um movimento que nos últimos quarenta anos sofreu diversas alterações e que conheceu repaginações a fim de agradar aos mais diversos grupos. Em todo o percurso do movimento, vemos que existem épocas onde não aconteceram grandes expressões e outras em que ressurgiu com a mesma força com que caiu.

Machado e Blass (2004) afirmam que, frequentemente, o comportamento da pessoa é afetado por grupos com os quais se convive: grupos de influência, grupos de aspiração, dos quais gostaríamos de pertencer. As relações entre a roupa e o comportamento social afirmam a característica da formação das tribos urbanas, que se organizam a fim de conseguir a afirmação da identidade social. Através das roupas as tribos são representadas.

Nesse ponto entram os media, que dão suporte à moda e que divulgam as mensagens por trás das roupas. Os média apropriam-se de conceitos para divulgar uma mensagem. Os grupos musicais, principalmente, utilizam os media para sintetizar um estilo que é transposto através das roupas.

Através de pesquisadores, vemos que a moda está presente nos bailes e, desde o começo, o *soul* já recebia influências da moda que acontece nas ruas, gerada também por cantores e grupos musicais. Podemos entender, também, como eram as roupas nas diversas etapas do *Funk*.

Segundo Vianna (1997), ao observar em sua tese o final da década de 1970, era possível identificar, naquele momento, nos bailes, um estilo predominante entre os homens, o estilo “*surf wear*”, ou seja, roupas que eram feitas para serem utilizadas por surfistas. Bermudas e camisetas coloridas, com desenhos remetendo a temas tropicais, diferenciando-se apenas na maneira de utilização. Os dançarinos dos bailes usavam a camisa aberta até o último botão deixando o corpo a mostra, tênis geralmente sem meia e outros detalhes que de nada lembravam os surfistas: grossas correntes prateadas penduradas no pescoço, bonés e toucas. Vianna (1997) ressalta que a indumentária feminina não é muito predominante pelo estilo, mas sim pela forma: roupas muito justas, curtas e coloridas. As roupas parecem ser escolhidas de forma que realcem a forma do corpo. Vianna (1997) ainda observou que esse estilo de roupas também favorecia o movimento das dançarinas, por serem justas.

PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo preliminar aconteceu durante seis meses, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2011. Buscou-se observar e extrair informações em bailes realizados em diferentes ambientes, desde os considerados de “raiz” aos que aconteciam em endereços badalados da cidade.

Em nenhum momento foram utilizados questionários impressos ou formalizados, a ideia sempre foi observar e ter contato com o público de maneira amistosa. Todas as conversas aconteceram de maneira informal, e não tinham caráter de intervenção nas opiniões dos entrevistados.

Nestas incursões, notou-se que todos os bailes eram frequentados por jovens de 16 aos 30 anos. Ainda que menores de 18 não pudessem entrar, estes sempre conseguiam burlar a segurança. Os bailes eram bem equilibrados em relação à quantidade de homens e mulheres. Nos bailes realizados em comunidades (favelas) e na zona norte da cidade, em sua grande maioria, as mulheres não pagavam até meia noite e os ingressos dos homens variavam entre dez a trinta reais, dependendo da atração da noite. Já nos bailes realizados na zona sul, área nobre da cidade, em casas de espetáculos e os que são executados pela organização do “*I Love baile Funk*”¹, todos pagavam o mesmo valor de entrada, regulando em torno de vinte e cinco reais, podendo chegar a cinquenta reais para a meia entrada e o dobro para inteira.

A observação concentrou-se nos bailes: “*I Love Baile Funk*”, realizado, em sua grande maioria, em espaços como Circo Voador e Marina da Glória², e os extintos “Baile do Salgueiro” e o “Baile da Mangueira”³.

Com a entrada das UPPs (unidades de pacificação, realizadas pela polícia militar) nas favelas, os bailes de “morro”, praticamente foram extintos, porém esta pesquisa foi realizada em um momento onde eles ainda eram permitidos.

O público alvo de cada um destes eventos eram diferentes, porém isso não significava necessariamente que estes diferentes grupos sociais não se misturassem, e que eles frequentassem ambos os bailes.

O “Baile do Salgueiro” e o “Baile da Mangueira” eram frequentados por moradores da região e por classes mais baixas. O valor do ingresso e das bebidas a serem consumidas era bem mais baixo do que os eventos organizados pelo “*I Love baile funk*”, pois é possível perceber que estes eram direcionados para a juventude da classe média e

classe média alta do Rio de Janeiro, logo, o ingresso era mais caro e as bebidas dentro do evento também.

Nos bailes da comunidade, observou-se nitidamente a predominância, entre as frequentadoras, as seguintes marcas: CBK, HBS, ACR. Essas roupas são de fácil assimilação, pois apresentam o nome da marca estampado de diversas formas diferentes, como aplicação de *strass*, estampas localizadas, estampa em relevo.

Quase todas as peças apresentavam uma forma de mostrar a logomarca. Em pesquisa à loja HBS foi possível confirmar isso: todas as peças possuem alguma identificação do logotipo, em grande maioria, utilizando *strass*.

Notou-se que, na grande maioria, as roupas apresentam modelagens ajustadas ao corpo que evidenciavam as curvas e as tornavam provocativas. A cartela de cores é composta por cores básicas, como azul, vermelho, amarelo e verde. Todos eles com alta luminosidade. Em relação ao calçado muitas utilizavam grandes saltos altos, sendo saltos finos ou plataformas, porém também se encontravam meninas com sapatilhas, ou sandálias rasteiras.

O cabelo em geral é escovado, extremamente liso, geralmente soltos, ou presos no alto da cabeça com coques ou rabos de cavalos bagunçados. O calor estava sempre presente nos bailes com pistas muito cheias e o ar condicionado, quando existia, dificilmente conseguia dar vazão. Na maquiagem não foi possível encontrar uma hegemonia, a não ser pela valorização de pintar os olhos. Todas evidenciavam, de alguma forma, essa parte do rosto, porém cada grupo utilizava artifícios diferentes. Algumas carregavam em máscaras para cílios pretos e lápis de olhos, outras investiam em sombras coloridas e chamativas. O batom era quase inexistente. Quando as frequentadoras foram indagadas porque não usavam nenhuma cor nos lábios, a resposta foi quase que unânime: “os homens não gostam de ficar lambuzados nem marcados com batom”.

Já nos bailes do “*I Love Baile Funk*”, as impressões, como já esperado, foram diferentes. Entre as frequentadoras não existia certa hegemonia que se pudesse notar. Os bailes eram compostos por dois tipos de frequentadoras: a primeira era a já descrita acima que frequentava outros bailes, porém, estas eram em pequena quantidade, e a grande maioria eram de meninas de classe média ou classe média alta e usavam roupas que não eram tão provocativas. Notou-se muita influência da moda vigente. Sobre as cores, a cartela de cores era mais reduzida com preto, branco e cinza principalmente. É possível perceber o uso de cores fortes, mas essas, geralmente, estavam associadas com uma cor

atual validada pela moda vigente. A presença de estampas também era maior. A modelagem não era específica. Era possível ver roupas justas, amplas, compridas ou curtas. Nos pés poucas usavam salto alto, muitas utilizavam sapatilhas, ou, até mesmo, um tênis diferenciado. O cabelo era mais natural, entretanto víamos muitos cabelos alisados. A maquiagem era mais sutil. A utilização de máscara de cílios e lápis preto nos olhos era frequente, porém se encontrava pouco uso de sombras. Quando vistas, eram discretas ou escuras deixando o olhar bem marcado. O batom não era visto também. Em conversa com algumas meninas, o motivo apresentado era o mesmo, não querer deixar marcas em ninguém.

Vimos nos bailes da comunidade, presença de frequentadores dos bailes mais elitizados, em grande quantidade, porém o contrário se via menos. No “Baile da Mangueira”, principalmente, era muito comum ver pessoas que estavam ali somente pelo baile e que, quando indagados, afirmavam que iam sempre porque o som era bom e era divertido. Estes frequentadores afirmavam não ter medo de entrar na favela para ir ao baile porque o pessoal já estava acostumado com a presença deles, porém diziam que quando havia confusão não dava para entrar, então eles ficavam um tempo sem aparecer.

Já nos eventos como os que aconteciam no Circo Voador, a grande maioria dizia que estavam ali para conhecer o evento, mas ainda preferiam os bailes de onde residiam. De qualquer forma, ainda era possível encontrar exceções: a menina do morro que estava vestida como a do asfalto, e a menina do asfalto que estava igual, ou tentando ser igual, a do morro. Porém o segundo caso era menos frequente.

Após analisar diversas conversas, era fácil constatar que os eventos eram direcionados para públicos distintos, todavia esses se misturavam, mesmo que não fossem o alvo dos eventos. Os eventos do “*I Love baile funk*”, eram direcionados para um público onde a grande maioria das meninas que estavam ali gostavam de dançar e se divertir entre amigos ao som do *funk*, porém não queriam se misturar, ou serem identificadas como “*funkerias*”, utilizavam do espaço para diversão.

Porém, esse tipo de evento só ocorria uma vez ao mês, diferentemente dos outros bailes que ocorriam todos os finais de semana, algumas vezes de sexta a domingo. Assim, essas frequentadoras utilizavam o *funk* como um dos meios de diversão, durante o mês, frequentado outros lugares, que tocassem ou não o *funk*. Nesse baile, no que tange a indumentária, não era tão notório que a caracterização de uma cultura, de uma maneira de

expressão relativa ao *funk*. As roupas utilizadas nesse evento também eram utilizadas em outros eventos, não existindo nenhuma especificidade.

Já nos bailes das comunidades observados, a vontade de diversão era semelhante, as frequentadoras também queriam se divertir com amigos ao som do *funk*, porém a indumentária era bem marcada. Quando questionados sobre a formação de grupos, ainda que alguns se diziam “*funkeiros*”, e que se viam assim no dia a dia, estes não eram a maioria. Muitos deles diziam que se levassem isso para fora dos bailes, não seriam bem vistos pela sociedade. Talvez pelo apelo provocante do vestuário, ou pela extravagância. Dizem que quando iam ao baile, aí sim queriam se “montar” e demonstrar a que vieram. Porém também não negavam que são admiradores, que fazem parte do movimento.

É interessante pensar que o *funk* atualmente é bem aceito, mas mesmo assim essas pessoas ainda não se sentem à vontade para demonstrá-lo no seu dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Villaça (2010: 48) interpõe que a mídia estrutura as transformações urbanas, gerando maior velocidade para reprodução cultural. Afirma que com a dinâmica da globalização cria-se o interesse pelo diferente, engloba a moda nesse cenário afirmando que esta está em constante repaginação dentro do meio urbano. A autora cita que a moda tem caráter de inclusão, quando se refere à população marginalizada. Dialoga que através da moda é possível a melhoria da qualidade de vida, pois esta permite que haja ascensão social. Expõe o movimento do *Funk* que se desloca das periferias cariocas, atingindo boates de todo o Brasil, tendo visibilidade inclusive no exterior. Explica que o *Funk* pode ser encarado como “manifestação genuína de cultura” (2010: 50). Aonde seus representantes o utilizam para inverter papeis, torna-se visível. O movimento segundo a autora já fora associado ao tráfico, drogas e etc. Porém cai no gosto da classe média e das mais altas, estando em voga na mídia. Tornando-se objeto de discussão acerca desse ser cultura ou modismo.

Com a revisão feita de diversos autores, vemos que eles encaram a moda como um meio de socialização, tendo grande importância no fenômeno de identificação e diferenciação dentro dos grupos. Simmel (2008) ainda ressalta suas ideias com caráter bem atual, tendo como princípio para o assunto a imitação e que esta está presente na sucessão de classes fazendo um ciclo, onde as inferiores almejam sempre alcançar as superiores. E

sendo a moda dualista, tem os polos principais de diferenciação e identificação, aonde o indivíduo quer ser aceito por determinado grupo, porém mesmo dentro deste tem a intenção de ser mostrar individual e único.

Pais explica a relação que os indivíduos estabelecem com as tribos:

as “tribos” geram um sentimento de pertença que segura marcos conviviais que são garante de afirmações identitárias. Por isso, nas chamadas “tribos” encontramos manifestações de resistência à adversidade, mas também vínculos de sociabilidade e de integração social (Pais, 2004: 18).

Ressalta que quando este indivíduos se integram em tribos, não tem o caráter de afastamento ou isolamento do restante social que os rodeia, porém é uma forma de encontrar pessoas ou grupos que tenham ideologias mais próximas com as suas. Esses indivíduos buscam referências identitárias, a fim de estabelecer vínculos.

Pais (2004: 28) usa o termo “rota de dissidência” para caracterizar como as tribos se orientam para se identificarem e se distinguirem, e define três parâmetros relevante: territorialidade, visual e musical.

No caso da territorialidade seria a vontade de demarcar o local de origem, contudo não restringindo a projeção, porém serem identificados por um local de início. Isso é visualizado neste estudo de caso, o Rio de Janeiro é visto como local originário do movimento dentro do Brasil.

No visual, o corpo serve como tela para expressão. O corpo é capaz de transmitir “gestos, posturas, palavras” (2004:29). A estética passada por este corpo faz com que seja possível a intensificação de reconhecimento e integração social. Podendo estabelecer critérios de inclusão ou exclusão. No lado musical apresenta ambiguidades na mesma, por vezes relacionam diretamente o local do origem com a música apresentada.

O interessante é notar que as tribos em si, apresentam semelhanças em suas diferenças, ou seja, suas ambições, revoltas ou seus símbolos, por vezes são similares aos de outros grupos de formar distintas.

Não é difícil encontrar indivíduos que participem de mais que um grupo social, existe a possibilidade de navegar por estes, e pertencer a vários, comprovando a instabilidade das tribos. Quando se observa a presença mista nos eventos observados isto é comprovado.

Por fim quando se olha diretamente para a prática, neste estudo de caso, é possível enxergar as teorias estudadas. Foi visto meninas que não querem ser identificadas pelo movimento, mas não tem problema em falar que gostam de estar ali. Vimos também

outras que se identificavam com a estética do movimento, porém não queriam passar essa estética para seus cotidianos por medo de represálias e preconceitos. Vimos ainda um grupo, mesmo que pequeno, que almejava ser identificado e diferenciado dos demais por pertencer aquele grupo.

Logo, acredito que seja necessário estudar mais a fundo esta e outras manifestações características de tribos urbanas vinculadas à contracultura, a fim de descobrir se as relações com estes movimentos acontecem da mesma forma. Desta forma, para continuidade dessa pesquisa, está sendo feita outra inserção em campo, na mesma cidade, dessa vez pesquisando outros movimentos como *Hip-hop* e *Rap* a fim de desvendar melhor as relações entre a moda e os processos de identificação e diferenciação destas diferentes tribos urbanas associadas a um movimento de contracultura.

FASHION AND SUBCULTURE IN THE PROCESSES OF IDENTIFICATION AND DIFFERENTIATION: CASE FUNK.

ABSTRACT: Fashion has been recurring theme in various sectors. The purpose of this study is to cast a glance understanding how it interacts with the subculture, and the tribal manifestations. As a source will be made methodological literature review by authors such as, Lipovestky, Maffesoli, Vianna, and others. To ground the research was conducted insertion field for six months in the city of Rio de Janeiro in the year 2011. Was chosen Funk, strong peripheral cultural movement in the city. The field research was obtained through an etymological look. After seeking to contrast ideas of great authors with the relationship of the practice, in order to understand the relationship that fashion sets for this group in the processes of identification and differentiation.

KEYWORDS: Fashion. Funk. Subculture.

REFERÊNCIAS

Becker, H. S.(2009) *Outsiders - Estudos de sociologia do desvio*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.

Cortes, T. (2008) *Subcultura, contracultura, tribos urbanas y culturas juveniles: ¿homogenización o diferenciación?*. Rev. arg. sociol. [online] vol.6, n.11, pp. 257-271. ISSN 1669-3248.

Eco, U.; Sigurta, R.; Livolsi, M. *Psicologia do vestir*. 2. Ed Lisboa: Assirio e Alvim, 1982.

Embacher, A.(1999). *Moda e identidade – a construção de um estilo próprio*. São Paul: Editora Anhembi Morumbi.

Essinger, S. (2005). *Batidão Carioca: Uma história do funk*. Rio de Janeiro: Record.

Lipovestky, G.(1989) *O império do efêmero – A moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras.

Maffesoli, M.(1996) *No fundo das aparências*. Tradução: Nizia Villaça. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda. pp 229-38.

Maffesoli, M.(2004) *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária. pp 13-44, 101-42

Medeiros, J. (2006). *Funk Carioca: crime ou cultura? O som dá medo e prazer*. São Paulo: Terceiro Nome.

Morin, E. (2006) *Cultura de Massas no Século XX: Necrose*. 3ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Naharro, G. F. (2012) *Cultura, subcultura, contracultura: Movida y cambio social (1975-1985)*. Universidad Complutense de Madrid, pg.301-10.

Pais, J. Blass, M. (2004). *Tribos Urbanas: Produção Artística e identidades*. São Paulo: AnnaBlume.

Sant'Anna, M.R. (2009). *Teoria de moda: sociedade, imagem e consumo*. 2.^a ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Simmel, Georg (2008) *Filosofia da moda e outros escritos*. Tradução: Artur Mourão. Lisboa, Texto & Grafia.

Vianna, H. (1997). *Galeras Cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Vianna, H. (1988). *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar.

Villaça, N. (2010). *Moda e periferia: Negociações Midiáticas*. Rio de Janeiro: UFRJ

A IMPOPULAR REFORMA ADMINISTRATIVA DE 1867

Jorge Manuel Dias Fernandes
Mestre em História pela Universidade do Minho

Jmdfern@gmail.com

A reforma administrativa de Martens Ferrão visava implementar uma nova administração local, no qual sobressaía a reorganização do território, alteração do mapa dos distritos, dos concelhos, das paróquias e a adaptação da economia à nova realidade económico-financeira. A reforma da administração local de 1867 constituía desse modo uma oportunidade para moldar a sociedade aos princípios do liberalismo, dada a dificuldade ao longo da primeira metade de Oitocentos. Mais, a urgência resultava reforçada pelo facto de crise generalizada na sociedade e a existência de um elevado défice público. Procurámos inserir esta reforma impopular como uma das causas da agitação popular vivida durante o ano de 1867, e que culminou numa onda de protestos radicais no primeiro de janeiro de 1868. Essa agitação traduziu-se numa revolta, a “Janeirinha”, que proporcionou mudanças no meio político.

Palavras-chave: Reforma. Administração local. Revolta.

INTRODUÇÃO

A reforma administrativa de 1867 da autoria de Martens Ferrão (2005) levantou uma gigantesca contestação no seio da sociedade e no meio político liberal, resultou, portanto, numa contenta entre o poder central e a sociedade. Ao longo do ano de 1867 a agitação foi tremenda, não só por causa desta reforma, mas por causa de outras reformas políticas. As medidas que procuravam responder ao descalabro económico-financeiro e social agravaram ainda mais o clima político e social, trazendo mais descontentamento à população. Além da reforma da administração local, o governo de coligação de Regeneradores e Históricos, pretendia efetuar outras medidas como, a criação de um imposto geral de consumo, a reforma na secretaria dos Negócios Estrangeiros, a criação de um corpo de polícia civil, a reforma no exército, entre outras. A agitação popular contra a política do governo culminou, no dia 1 de janeiro de 1868, na revolta da “Janeirinha”. O governo acabou por resignar nos dias seguintes à revolta, por não ter condições para continuar e exercer o poder.

Apesar da historiografia portuguesa não dar muita relevância à reforma administrativa no processo de desencadeamento da onda de contestação, que mais tarde teve um desenrolar trágico para o governo de “fusão”, esta contribuiu com outros fatores para a queda do governo e para o clima de protestos radicais. Para acalmar a situação social o novo governo suspendeu de imediato as reformas mais polémicas, o imposto geral de consumo, a reforma na secretaria dos Negócios Estrangeiros e a reforma administrativa de 1867.

A reforma administrativa de 1867 era inspirada na escola liberal, não respeitava a tradição e, porventura, contrariava o espírito conservador da maior parte das comunidades. Por seu turno, foi mal-amada e provocou uma reação energética um pouco por todo o território. Mas em que consistia esta reforma?

A reforma procurava organizar o poder local, ao nível dos distritos, municípios e paróquias, reorganizar o mapa administrativo, adaptar a economia à nova realidade económica, alterar o sistema confuso dos impostos, mas também alterava o contencioso administrativo e efetuava alterações nos processos eleitorais, e desamortizava os terrenos baldios. Estas medidas traziam enormes implicações políticas, económicas e sociais para a sociedade e, por isso, não consistiu nenhuma novidade a reação de rejeição por parte da sociedade. Importa analisar também os motivos que estiveram na origem da implementação de uma reforma tão polémica, para compreender o impacto que esta teve na eclosão do movimento da “Janeirinha”. Podemos desde já salientar que os motivos eram diversos, tanto do foro económico, político e social. Portanto, o cenário de endividamento e aumento da dívida pública exigiam medidas para atenuar os efeitos da crise. A reforma administrativa e o imposto geral de consumo eram duas partes do mesmo conjunto destinado a fazer face às dificuldades económicas do Estado. A elaboração da reforma só foi possível graças às capacidades de Martens Ferrão (2005), a qual reflete o seu pensamento e visão liberal que tinha para a sociedade¹.

CARATERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LIBERAL

Desde a Revolução Liberal de 1820 até ao fim da primeira metade do século, os liberais estiveram conscientes da necessidade de alterar a administração central e local para concretizar os valores político-ideológicos liberais na sociedade. Para a concretização

¹ Veja-se informações biográficas de Martens Ferrão; Almeida, Mónica (coords.), 2005, p. 763; *O Grande Livro Dos Portugueses*, 1991, p. 212.

desse anseio procuraram implementar um programa de reformas. Ao modificar a administração central e local estavam a alterar o modelo de funcionamento político do Antigo Regime. Por seu turno, a Constituição de 1822 foi o primeiro diploma a reformar a questão da administração do território. Era inspirada no modelo centralizador da experiência francesa e da Constituição espanhola de Cádiz. Estabelecia a divisão do território em distritos e concelhos, e alterava as câmaras na sua composição e modo de eleição.

Por sua vez a Carta Constitucional outorgada por D. Pedro era vaga no ponto da administração, e para solucionar o dilema foram constituídas duas comissões na Câmara dos Deputados, uma encarregue da divisão do território e outra pela administração local. Mas devido ao clima de instabilidade e de guerra civil não foi possível avançar nessas questões. Ora só com Mouzinho da Silveira, através do Decreto nº 23, de 16 de maio de 1832, foi possível dar passos significativos no processo de modificação da administração central e local.

Os decretos de Mouzinho procuravam uma orientação estratégica, ou seja, no processo de desamortização jurídica do absolutismo e criação de uma sociedade liberal (Oliveira, 1996). O Decreto nº 23 tencionava uma ponderação excessiva do poder central e uma reduzida participação da população. Porventura, a finalidade pretendida era um controlo sobre a periferia e a construção de uma administração liberal (Manique, 1989, p. 76). Esta reforma foi contestada, essencialmente pelo controlo excessivo. Por exemplo, a câmara municipal era de base eletiva, e só teria poderes de iniciativa e consulta (Caetano, 1994, p. 330); os prefeitos de província tinham um amplo poder e tornavam-se corruptos, e muitos deles não tinham preparação adequada; intromissão e influência dos magistrados régios nas eleições dos vereadores e os corregedores nos negócios municipais². Por estas razões e pelo conservadorismo ainda presente em peso na sociedade, a reforma originou imensa contestação.

As alterações ao decreto começaram logo em 1834, e tiveram o propósito de diminuir o poder central sobre a periferia³. As medidas que alteraram o decreto de Mouzinho foram acolhidas posteriormente no Código Administrativo de 1836, de Passos Manuel. Há a salientar uma novidade que trouxe este código, a redução significativa do número de concelhos, de mais de 800 concelhos existentes, passaram a 351. Portanto,

² *Câmara dos Deputados*, sessão de 23 de agosto de 1834

³ O projeto de lei de 6 de outubro de 1834; o projeto de lei de 30 de outubro de 1834; a proposta de lei de 20 de janeiro de 1835; o projeto de lei de 21 de janeiro de 1835; e o projeto de lei de 8 de abril de 1835.

suprimiram-se 455 concelhos de uma assentada. As razões de tal gigantesca supressão incidem essencialmente na dificuldade de exercer o poder nos concelhos de pequena dimensão, por um lado, devido ao peso da elite local e da dificuldade da existência de elites capazes de exercer o poder. Por outro, pretendia-se dotar os concelhos de mais autonomia. No entanto, as circunscrições administrativas não estavam preparadas para tanta autonomia, e passados poucos anos este código já não estava a funcionar. A breve duração dos cargos, a frequência de eleições, falta de preparação dos funcionários administrativos, o grande número de cargos eletivos, eram razões suficientes para gerar confusão no meio local. Como aconteceu anteriormente, surgiram diversas propostas-lei para substituir pontos do Código de Passos Manuel, e em 1842 promulga-se um novo código administrativo, desta vez durante a governação de Costa Cabral. Era um código centralizador, esteve 36 anos em vigor. A sua longa longevidade foi possível sobretudo à máquina de funcionários locais que controlavam a administração local, através de subornos e de processos eleitorais falsificados (Silveira, 1997 p. 107).

Ao longo do período da primeira metade do século XIX surgiram obstáculos, muitos deles inultrapassáveis, desde interesses de elites, contestação violenta de conservadores, divisões entre os próprios liberais, que se traduziram na alternância entre o modelo descentralizador e centralizador. Porventura, a construção do Estado liberal arrastou-se pela primeira metade do século XIX. Quanto às reformas administrativas foram alteradas consoante a facção que chegava ao poder.

CONJUNTURA

A Regeneração inaugurou um novo ciclo na vida política, social e até económica do constitucionalismo monárquico oitocentista, encerrando o confronto entre as facções liberais. Este novo ciclo foi possível devido, essencialmente, à pacificação política, renovação da elite política, rotatividade dos partidos e com o Ato Adicional de 1852. Por seu turno, estas alterações permitiram transformações políticas, mas também económicas e sociais, mas desenrolaram-se paulatinamente. A elite política, qualquer que fosse a facção no poder, apostaram em programas de construção de obras públicas e infraestruturas para modernizar o país. Todavia, para a concretização dos seus projetos tinham que recorrer sistematicamente a empréstimos de Londres ou Paris, aumentando o endividamento. Essa estratégia a médio prazo iria-se revelar errada, contribuindo apenas para gerar crises, que eram suportadas com o aumento da tributação.

O resultado apesar das transformações neste período, o país continuou a ter fracos resultados no plano industrial e comercial. O país continuou, em comparação com outros países europeus, atrasado economicamente e industrialmente, sobretudo pela dependência externa, persistência da estrutura fundiária, social e mental do Antigo Regime, fatores naturais, entre outros⁴. As crises económicas eram suportadas com as remessas dos emigrantes do Brasil (Pereira, 2002.). Estas remessas eram vitais para compensar o saldo negativo das relações do comércio externo da economia portuguesa.

Em meados da década de 1860, Portugal enfrentou uma crise que se traduziu numa onda de agitação, culminando na revolta da “Janeirinha”. A queda do governo do marquês de Loulé marca o fim do rotativismo, iniciado com a Regeneração. Após uma breve passagem pelo governo de Sá de Bandeira, chegou-se ao consenso de formar um governo de coligação, entre Regeneradores e Históricos, o denominado ministério de “fusão”. Os objetivos primordiais do novo executivo eram resolver a situação financeira, conciliar e pacificar os ânimos, mas também dar continuidade ao projeto de fomento e modernização da sociedade.

A conjuntura internacional originou instabilidade nos mercados internacionais, e veio ter consequência no país, pois havia dificuldades de recorrer aos empréstimos no estrangeiro. Mas não só, o início da guerra do Paraguai com a coligação de outros países sul-americanos liderada pelo Brasil afetou o envio de remessas dos emigrantes portugueses no Brasil, proporcionando um desequilíbrio na balança comercial e consequentemente reduziu-se a atividade comercial em Portugal. Não obstante, outros acontecimentos faziam piorar ainda mais o cenário, como a guerra austro-prussiana, as perturbações económicas e financeiras ocorridas em Inglaterra e França, que levou o nosso principal cliente, os ingleses, a diminuir as importações. Ainda, a queda do II império e a proclamação da III República em França e a formação do II “Reich Alemão”. Esta negativa conjuntura externa traçada tinha consequências internas, como é óbvio.

As finanças do país e a dívida pública estavam num estado alarmante e as políticas governamentais faziam piorar a situação, como foram os seguintes casos: tratado de comércio com a França, que levou à decadência dos ramos dos têxteis e das sedas; tratado com uma das companhias de ferro (Damião Peres (dir.), 1935, p. 369); gastos exagerados em hospitais, escolas politécnicas e na administração local; gastos

⁴ São vários os historiadores que estudaram as causas e consequências do atraso português, porém, destaque: Telo, 1994, p. 58; Reis, 1984, pp. 7-28.

elevadíssimos com o exército. Para agravar o cenário verificaram-se dificuldades no sector agrícola com a subida dos preços, para além da crise no comércio, banca e indústria. Estas dificuldades proporcionaram o aumento do desemprego e da insegurança, e até foi criado um corpo de polícia civil. Além de todas estes factos havia tensão com a discussão prolongada do Código Civil, essencialmente, devido à polémica da secularização do casamento que dividiu católicos e liberais⁵.

A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS NA RESPOSTA À CRISE

Desde o início da crise que os sucessivos governos procuravam cortar na despesa, mas sem o resultado pretendido. Os cortes na despesa eram essencialmente no sector da administração pública, nas repartições das fazendas, no regime de pensões pagas a funcionários públicos aposentados, na criação de um montepio oficial de servidores do Estado, que iria assegurar o futuro das famílias dos funcionários que falecessem. Desse modo procurava-se consolidar a dívida do tesouro público. Todavia, chegava-se a 1867 com um elevadíssimo défice público. No entanto, no discurso do monarca do início do ano foram anunciadas um programa de reformas que possivelmente iriam ter ainda mais gastos. Foram anunciadas reformas na administração, instrução pública, reformas no Código penal e no exército, programas de melhoramentos materiais e desenvolvimento de linhas de crédito.

Devido à conjuntura internacional que delapidava ainda mais a situação interna, a questão do défice deteriorava a situação social. Cabia ao governo efetuar um plano de medidas para responder à crise. O governo de “fusão” preparou um conjunto de medidas com a finalidade de aumentar a carga fiscal mas também de cortes na despesa do Estado. Por seu turno, foram pensadas três reformas que escandalizaram a opinião pública no ano de 1867. Foram as reformas na secretaria dos Negócios Estrangeiros, a reforma na administração local e a criação do imposto geral de consumo. A primeira, datada de 23 de abril de 1867, pretendia organizar o ministério, o corpo diplomático e o consulado e estabelecer uma nova tabela para os emolumentos dos consulados⁶. Esta reforma escandalizou a população e oposição devido às grandes embaixadas que iriam ser criadas. Enquanto, a reforma na administração local⁷, para além das modificações na estrutura do

⁵ Código Civil Português, 1865, Veja-se a reação da insatisfação da Igreja ao Código Civil na questão do casamento: A. Alcoforado, 1866; Rodrigues, 1987.

⁶ Diário de Lisboa, de 23 de abril de 1867, nº 94.

⁷ Diário de Lisboa, de 4 de fevereiro de 1867, nº 27, pp. 291-295.

poder local e divisão do território, ia alterar a estrutura dos impostos locais. A medida do imposto geral de consumo inseria-se nesse mesmo processo, simplificava-se a estrutura dos impostos locais e pretendiam novas receitas⁸.

A REFORMA POLÉMICA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Na segunda metade do século XIX, o poder central procurou intervir mais no seio das comunidades (Caetano, 1990, p. 6), utilizando certos mecanismos que faziam ampliar as suas funções e meios postos ao seu serviço, como o aumento do policiamento, cadastro, aumento do funcionalismo público, entre outros progressos técnicos. Porventura, este maior pendor intervencionista governamental fez aumentar o descontentamento popular. Ora, a imagem que o poder central tinha nas comunidades era negativo, devido à cobrança dos impostos, aplicação de taxas municipais e também por causa do recrutamento militar (Hespanha, 2007, pp. 15-35).

O governo de “fusão” em 1867 estava descredibilizado com a crise, e ainda ficou mais com a execução das medidas impopulares que já aludimos. A contestação foi tomando conta das ruas, onde tiveram lugar grandes manifestações contra a criação do imposto geral de consumo. Este imposto iria afetar essencialmente o pequeno e médio comércio. Já a reforma administrativa ia ter um impacto abrangente na sociedade. A reforma administrativa de 1867 inseria-se no processo de construção do Estado liberal mas tinha como principal finalidade economizar em tempo de dificuldades económicas. Esta reforma visava a implementação de uma nova estrutura e organização do poder local nas diversas circunscrições administrativas, um novo mapa administrativo, modificava a estrutura dos impostos, também modificava a composição dos corpos eletivos e, ainda, o contencioso administrativo⁹. Portanto, as implicações seriam a diversos níveis, políticas, económicas e sociais.

Quanto às implicações políticas estas seriam essencialmente na organização do poder local, onde se procurou uma centralização e um controlo da administração local em certos aspetos. Ora, na nomeação e demissão dos magistrados administrativos a cargo do governo, a ingerência do governo na Fazenda e na contabilidade. Para além do autoritarismo evidenciado pelo poder central na definição imediata dos distritos e no critério de manutenção dos distritos. Outra implicação política seria a criação da paróquia

⁸ Diário de Lisboa, de 11 de fevereiro de 1867, nº 33, p. 374.

⁹ Lei de Administração Civil de 1867, 1867.

civil por aglutinação de paróquias eclesiásticas, segundo o executivo esta medida proporcionaria uma maior representatividade dos populares nos corpos eletivos, facilitava e organizava a comodidade dos populares, e facilitava a ligação entre as diversas instâncias administrativas.

Mas não só, esta reforma ainda estabelecia que o governador civil teria um amplo poder, ora seria o representante e delegado do governo no plano local. Havia ainda a figura do secretário da câmara nos concelhos, a sua função era vitalícia e carecia de confirmação régia, e só poderia ser demitido pelo governo. Uma outra medida contida nesta reforma e que lançou imensa controvérsia foi a desamortização dos terrenos baldios, em que a última palavra cabia ao governo no processo de venda ou emprazamento. Estas alterações todas permitiam um novo modelo para a administração local, no qual a elite conservadora que se encontrava no poder seria substituída. Esta alteração provocava conflitualidade, sobretudo devido à influência que estes notáveis exerciam no povo.

Nas implicações económicas as mudanças também seriam muitas, para além do aumento da tributação, que não agradava a ninguém, do imposto de viação e selo e mudanças nos direitos de mercê¹⁰. De modo a facilitar a cobrança dos impostos alterava-se e simplificava-se o sistema de impostos com a reforma, ou seja, extinguíam-se os impostos sobre o real de água, sobre cada pipa de vinho, aguardente ou jeropiga, também os que eram lançados pelos municípios sobre o consumo de géneros e mercadorias e criava-se um imposto geral de consumo. Este imposto indireto incidiria sobre a venda a retalho, afetando sobretudo os médios e pequenos comerciantes. As alterações não ficavam por aqui, passava também a existir um maior controlo, com a declaração e inspeção dos armazéns onde se encontravam as mercadorias, o que por sua vez, retirava margem de lucro aos comerciantes.

Segundo as contas de Fontes Pereira de Melo, este imposto rendia cerca de 1.273 mil réis¹¹. Todavia, as circunscrições administrativas passavam a ter com a reforma autonomia para equilibrar o orçamento, podiam aumentar os impostos, vender património e reduzir a despesa. Mas as mudanças económicas não eram todas relacionadas com os impostos, pois procurava-se poupar. Com a reorganização do mapa administrativo

¹⁰ Diário de Lisboa de 16 de abril de 1867, nº 89, p. 85. Esta lei aumentou os impostos de viação em 20 % no ano de 1867, em relação às contribuições predial, industrial e pessoal. Contudo, é referido que haverá mais aumentos durante os próximos tempos.

pretendia-se economizar nas quotas pagas aos distritos e nos vencimentos dos magistrados, e com a desamortização dos baldios.

Por último, mas não menos controversia, as implicações de cariz social. Estas seriam essencialmente com o novo mapa administrativo, que teriam certamente um impacto tremendo na comunidade. O maior impacto ia ser sentido nas vivências sociais dentro dos núcleos das comunidades, na alteração de interesses pessoais e nos sentimentos de pertença e autonomia por parte dos populares. Por seu turno, parte da história e das tradições iam ser perdidas, deste modo, desrespeitava-se a organização interna da comunidade e os seus valores e tradições que eram preservados pelo povo. Para além da nova configuração social e ideológica que o governo pretendia com esta reforma, também pretendia diminuir a influência da Igreja no seio da sociedade.

AS RAZÕES DA PROMULGAÇÃO DA REFORMA IMPOPULAR

O mentor da reforma administrativa, Martens Ferrão (2005), considerou numa das suas intervenções na Câmara dos Deputados que de facto não era a altura ideal para proceder à reforma, devido à complexidade da situação económica e social¹². Porventura, o cenário dessa complexidade económica, social mas também política, exigia medidas eficazes para atenuar os efeitos da crise e do elevado défice. A reforma da administração local e o imposto geral de consumo faziam parte do mesmo conjunto para cortar na despesa e aumentar a carga fiscal. Portanto, a supressão de alguns distritos permitiria extinguir as quotas pagas aos distritos extintos, e no caso da supressão dos municípios e paróquias eclesiásticas, pretendiam racionalizar nos vencimentos dos magistrados e funcionários administrativos. Mais, ao simplificar o sistema de impostos, as contribuições municipais passavam a ser cobradas com os outros impostos. E ao desamortizar os terrenos baldios desviava-se verbas para outros setores da sociedade. Segundo os cálculos que fizeram a poupança rondaria nos 12 ou 13 mil réis só nos distritos. Enquanto nos vencimentos dos magistrados administrativos e nas outras circunscrições administrativas, a poupança chegaria aos 5 mil réis, segundo os deputados durante a discussão da reforma na Câmara dos Deputados.

Como analisamos, a vertente económica era tida como importante na promulgação desta reforma, contudo as razões não eram todas do foro económico-financeiro. Outra razão prendia-se com o desejo de uma nova gestão liberal do Estado, ou

¹² Diário de Lisboa, 8 de Abril, nº 83, pp. 1089-1994.

seja, o poder central pretendia exercer uma nova autonomia nas circunscrições administrativas para exercer um controlo mais eficiente na estrutura do poder local, sobretudo na Fazenda e nas Finanças. Mas, também, modificar hábitos e tradições conservadoras enraizadas na sociedade de modo a criar uma nova configuração socioeconómica e ideológica e, assim, construir de vez uma sociedade moderna de tipo liberal. Por seu turno procedia-se à substituição da elite conservadora do poder local, e solucionavam-se os problemas nos concelhos e paróquias eclesiásticas. Ora havia falta de líderes capazes de exercer os cargos, dificuldades de pagar as cômguas, mas também diminuir-se-ia a influência da Igreja católica no seio das comunidades e, assim, tornava-se o ensino laico.

A reorganização do mapa do território foi certamente o que mais chocou a população. Para o poder central a existência de demasiados concelhos e paróquias de pequena dimensão constituía um entrave à consolidação de uma sociedade liberal. Portanto, com o novo mapa administrativo procedia-se à uniformidade e racionalidade territorial para resolver certos problemas. A escassa população do interior do país, o crescimento urbano de algumas cidades e vilas do litoral e facilidade de ligação e comunicação com a construção de redes viárias e infraestruturas tornava mais fácil a ligação e comunicação, o que justificava mudanças na organização territorial.

O Código Administrativo de 1842 de Costa Cabral estava neste período desatualizado e recebia imensas críticas, entre as mais comuns, a ineficiência de recursos humanos e financeiros e a centralização excessiva do código. Por isso, mais uma razão que justificava um novo código administrativo.

Em suma, a reforma de Martens Ferrão (2005) ansiava a descentralização administrativa como argumentava o governo. No entanto, só algumas medidas podem ser consideradas descentralizadoras, como a autonomia que as circunscrições administrativas teriam para equilibrar o orçamento, a maior representatividade nos corpos efetivos, a possibilidade do cidadão recorrer ao tribunal administrativo, sempre que fosse afetado por excessos do poder local. Não obstante, a reforma tornava eficaz a ação do poder central na administração local, fiscalizava e tutelava os diferentes interesses, organizava a Fazenda e a contabilidade paroquial, municipal e distrital, extinguiu o confuso sistema de impostos, e criava importantes recursos e, por último, possibilitava modificava o contencioso administrativo e a ordem do seu progresso.

O NOVO MAPA ADMINISTRATIVO NO CENTRO DA POLÉMICA

A lei da administração civil de 1867 ia ser abrangente e modificava muitos aspetos da administração local, mas também o modo de ligação do poder local com o central. Não é de estranhar que devido à conjuntura que o país atravessava e às medidas polémicas do governo, que a população reagisse contra o poder central. De facto, assistiram-se a grandes mobilizações populares contra a reforma de norte a sul do país (Alves *et al*, 2004, p. 16). A medida da reforma que mais irritavam o povo, visível nos requerimentos que chegaram às instâncias do poder liberal, foi o novo mapa administrativo. O espaço iria sofrer modificações gigantescas, ora dos 17 distritos ficavam apenas 11, os concelhos de pouco mais de 350 ficavam 178, enquanto as paróquias das pouco mais de 4.000 ficavam cerca de 1.000. Esta grande supressão de circunscrições administrativas tinha impacto na vida social, isto é, na própria organização da sociedade.

Portanto a divisão do território, delineada na reforma, estabelecia que o território ficava dividido em distritos, concelhos e paróquias civis. No caso das maiores cidades do país, Lisboa e Porto, o cenário era diferente, eram divididas em bairros, e estes em paróquias. Na apresentação do projeto na Câmara dos Deputados, no fim de Janeiro, foram logo definidos os futuros distritos, exceção feita para os distritos da Guarda e de Portalegre, e os critérios para extinguir em número os concelhos de modo a aumentar a sua área e a população (nesta altura o limite mínimo referido era de 5000 fogos para os concelhos, mas este limite seria alterado depois na discussão parlamentar). Cada concelho tinha que ter pelo menos três mil fogos, já as paróquias civis não podiam ter menos 1.000 fogos nas cidades e vilas, e nas povoações rurais 500 fogos.

No caso dos distritos de Portalegre e Guarda não vigoraram as mesmas disposições pelo menos no prazo de três anos, salvo se as Juntas Gerais de Distrito julgassem mais conveniente suprimi-los. O governo cedeu na supressão destes distritos para manter o equilíbrio e salvaguardar interesses, devido aos problemas evidenciados. Para o processamento da divisão do território foram ouvidas as Juntas Gerais de Distrito, estas por sua vez escutaram as Juntas de Paróquia e as Câmaras Municipais e os respetivos administradores. Por último, reuniu-se o governo em Conselho de Estado para aprovar as diretrizes da organização do espaço. Contudo, deveriam atender a certos aspetos durante a discussão do processo, como por exemplo, atender aos interesses e comodidade dos povos, ter consideração pelas condições económicas, pela extensão da área territorial e pela

densidade populacional, às relações económicas, semelhanças e especificidades agrícolas e industriais e às divisões naturais do solo.

O Conselho de Estado reuniu-se no dia 25 de novembro para deliberar sobre as propostas apresentadas pela Junta Geral de Distrito, enquanto a 10 de dezembro foi finalmente promulgado o mapa final, confirmando a supressão das circunscrições administrativas. A contestação foi imensa, numerosos requerimentos chegaram ao parlamento por parte da elite local, do clero paroquial e da população no geral¹³. Nesses requerimentos eram evidenciados tanto aspetos negativos como positivos. Quanto aos negativos salientavam a deficiente rede de circulação, a interferência com interesses locais da população e modificações no espaço. Já relativamente aos aspetos positivos evidenciavam as características sociais, económicas, demográficas e históricas, como a riqueza da região, no entanto, não escondiam a agitação popular.

No início do mês de janeiro chegou à capital uma petição dos habitantes e da Câmara Municipal da Horta e pedir para que não fosse suprimido o distrito¹⁴. A proposta inicial de Martens Ferrão (2005) previa os distritos dos Açores Meridionais, sendo a capital Ponta Delgada, Angra do Heroísmo dos Açores Orientais e Horta nos Açores Ocidentais¹⁵. Porém, assistiu-se ao recuo do governo, e deu-se provavelmente por causa dos desejos de independência dos Açores divulgados na imprensa do Continente. Abria-se assim, uma discussão alargada com a mobilização populacional nas ilhas e no continente. A 30 do mesmo mês foi a vez do município de Leiria protestar contra a supressão do respetivo distrito. No dia da apresentação do ministro foi a vez do município de Portalegre, acompanhando pela maioria das câmaras do distrito (Câmaras do Crato, Alter, Castelo de Vide, Monforte, Sousel e Ponto de Sor).

Desde o início até ao fim do ano assistiu-se, por um lado, à realização de manifestações públicas com maior incidência em Lisboa e Porto. No entanto, estas podiam conciliar objetivos diferentes, por exemplo a contestação à criação do imposto geral de consumo e aos tratados de comércio.

A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

¹³ Por exemplo o requerimento da comunidade de Aveiro: Câmara dos Dignos Pares do Reino, sessão de 15-06-1867.

¹⁴ Câmara dos Dignos Pares do Reino, de 3 de janeiro de 1867, sessão 3, pp. 69-70.

¹⁵ Diário de Lisboa de 11 de janeiro de 1867, nº 9, p. 291

Desde os primórdios do liberalismo que a elite liberal procurava alterar o funcionalismo da paróquia religiosa, com a finalidade de implementar os valores político-ideológicos na sociedade e, desse modo, derrubar o conservadorismo enraizado nas comunidades mais afastadas dos meios urbanos. Ao longo do liberalismo as paróquias tiveram sempre uma forte componente religiosa, por isso eram grandes as hesitações para lhes atribuir funções administrativas (Santos, 1995). O decreto de 26 de novembro de 1830 instituiu a Junta de Paróquia, mas o decreto de Mouzinho excluía, sendo apenas considerada uma comunidade de tipo social e religioso. Mas a paróquia adquiria novamente funções administrativas com a lei de 25 de abril de 1835 até ao código de Costa Cabral. A reforma administrativa de 1867 criava uma nova unidade administrativa, a paróquia civil, pela aglutinação de paróquias eclesiásticas. Ferrão (2005) tencionava tornar a paróquia mais representativa, facilitar e melhorar a organização das comunidades.

Como se processaria a administração da paróquia com a reforma? Criava-se a figura do administrador de paróquia com funções executivas e fiscais. Era escolhido entre os membros do Conselho Paroquial, no qual presidia ao órgão. Tinha como tarefas essenciais manter a ordem pública, elaborar o orçamento, fazer e publicar leis e regulamentos, limpeza de ruas e estradas, auxiliar as autoridades judiciais, etc. A eleição do Conselho Paroquial era popular, e era composto por cinco membros dos cidadãos elegíveis, residentes na paróquia. As suas funções eram gratuitas. No caso do tesoureiro e escrivão não faziam parte do conselho, mas eram nomeados por eles, e eram remunerados. O conselho deveria reunir-se 15 em 15 dias ou extraordinariamente se fosse necessário. Competia ao conselho administrar os bens da paróquia, da fábrica da Igreja e os de beneficência, regular os pastos comuns enquanto não fossem amortizados, administrar os bens públicos, empréstimos, juros, contratos e donativos. O pároco tinha assento neste conselho mas só nos assuntos de índole religioso. Em cada paróquia haveria uma comissão de beneficência. Este sistema foi pensado por Ferrão (2005) para fazer face ao empobrecimento da população agravado com a crise. Na lei de administração civil de 1867 referente à administração da paróquia são ainda mencionados pormenores dos rendimentos e despesas das paróquias e diversa regulamentação.

No caso da administração dos concelhos, o governo competia à Câmara Municipal, que possuía funções deliberativas e consultivas e ao administrador do concelho. Cada câmara era composta por sete vereadores, exceção Lisboa e Porto. As durações dos mandatos eram de quatro anos, porém as câmaras eram renovadas de dois em dois anos. As

câmaras teriam competências deliberativas e consultivas, podiam administrar os bens municipais e cobrar impostos e rendas, arrendar bens, dar ordens para a construção e reparação de estradas. O administrador do concelho era escolhido entre os vereadores, e em cada renovação da câmara haveria uma nova eleição para o cargo. As funções do administrador passam por manter a ordem e a transparência, exercer a fiscalização, mas tinha também funções financeiras, autoridade política e funções judiciais. Cada câmara teria um escrivão e um tesoureiro entre os cidadãos elegíveis e uma sessão em cada semana. Há ainda a salientar o cargo do secretário da câmara que se tratava de uma função vitalícia, que carecia de confirmação régia, e só podia ser demitido pelo governo. Também as câmaras podiam ser dissolvidas por decreto do governo, se não apresentassem as contas. Este aspeto revelava um certo autoritarismo por parte do governo.

Para a administração de cada distrito havia uma Junta Geral de Distrito de eleição popular, com competências de consulta e deliberação. Faziam parte dessa Junta dois membros de cada concelho, exceção mais uma vez as maiores cidades, Lisboa e Porto. As funções dos membros tinham uma duração de quatro anos, porém eram renovadas de dois em dois anos, e podiam ser reeleitos e tinham direito a um subsídio de deslocação. As reuniões realizavam-se nas capitais de distrito, no primeiro de outubro de cada ano, contudo o governo podia alterar as datas. Estavam as Juntas encarregadas de conhecer os negócios de interesse particular do distrito, conhecer questões da administração geral. Também competiam às mesmas atribuições relativas às estradas distritais e distribuir contingentes de recrutamento, etc.

O governador do distrito era o chefe superior, delegado e representante do governo, e podia decidir sem o consentimento do Conselho de Distrito. As suas principais tarefas resumiam-se a manter a ordem e a tranquilidade pública, e a fiscalizar toda a administração local.

A RADICALIZAÇÃO DA CONTESTAÇÃO AO GOVERNO

A Janeirinha é um movimento de contestação mal conhecido, frequentemente associado à revolução por parte dos comerciantes do Porto. Os comerciantes do Porto foram considerados por alguns historiadores como os principais responsáveis da revolta. De facto, o movimento de contestação do Porto tem sido o mais evidenciado pela historiografia portuguesa, no entanto, não podemos desprezar outras movimentações noutras partes do país, e com outros motivos na base da revolta.

É fulcral, primeiro, percebermos as movimentações na véspera do movimento do dia 1 de janeiro de 1868. No dia 29 de dezembro de 1867 existiram grandes mobilizações para as eleições municipais, e tais movimentações contribuíram para a exaltação dos ânimos. No Porto uma gigantesca manifestação celebrou a derrota eleitoral autárquica humilhante da lista do governo. Em Lisboa, no dia 1 de janeiro, uma numerosa comissão aproveitou o clima dos acontecimentos no Porto, e dirigiu-se ao palácio da Ajuda para pedir a demissão do ministério. Reivindicavam a demissão do governo, a diminuição da carga fiscal, proponham o adiamento das Cortes para o imposto geral de consumo não entrar em vigor, mas também pediam que revogassem a reforma administrativa de 1867 e as restantes reformas impopulares.

Mas a força policial bloqueou os manifestantes, assistindo-se a confrontos no qual resultaram uma série de feridos e muita agitação à mistura. Noutras partes do país também se verificaram protestos, foram os casos em Penafiel, Guimarães, Barcelos, Braga, Viana do Castelo, Bragança. Enquanto as localidades do sul foram aderindo. Em alguns casos o povo invadiu as repartições públicas camarárias, destruindo tudo à sua passagem em protesto contra as medidas governamentais¹⁶.

A falta de ordem e de equilíbrio desperta nas camadas populares um anseio de justiça quando o governo promulga medias austeras e intromete-se no normal funcionamento da sociedade. O descontentamento popular pode ser originado por extorsões fiscais, pela coerção física militar, pelo desrespeito perante a organização interna das camadas populares, pelo desrespeito dos valores, tradições e religiosidade; pela intromissão policial e de funcionários na vida da paróquia por parte do Estado que se pretende cada vez mais centralista. Não devemos descartar, porém, a dependência e a influência que exerciam os notáveis locais nas camadas populares quando se tratava de protestar contra o poder central. Para compreender estes movimentos e as revoltas populares seria imprescindível explicar o comportamento sociopolítico do povo, aqueles que aderem às forças revolucionárias em situações de crise utilizando variáveis interpretativas.

As fontes existentes da época mostram o ambiente de protesto generalizado da sociedade face ao poder central, no qual culminou no movimento da “Janeirinha” não são unânimes na repercussão que esta suposta revolta teve. Se tivermos em conta o que diz o

¹⁶ Jornal de Comércio, de 27 de Dezembro de 1867, nº 4252, p. 2.

marquês da Fronteira acerca do acontecimento entendemos que foi uma revolta que se transformou num movimento revolucionário à escala do país, assustando o monarca, e com uma atuação ativa e preponderante das facções oposicionistas da capital (Barreto, 1986, pp. 322-323).

Já o ministro que fazia parte do governo, Casal Ribeiro, não houve uma revolução mas antes o Governo resignou. Numa sessão parlamentar em 1879 ao recordar os acontecimentos de 1867-68, refere aos Pares do Reino, que não houve uma revolução, mas porque havia no país uma agitação popular à qual não foi possível resistir. Segundo esta figura o abandono do poder concretizou-se, porque a opinião pública abandonou-os. Nos sistemas representativos liberais a opinião pública é o oxigénio do poder. Considera, portanto, que não foi pela conjuntura externa que o governo resignou mas pelas questões internas, evocando as três reformas impopulares que escandalizaram a opinião pública¹⁷.

Temos assim duas opiniões que diferem uma da outra, de um lado um fervoroso adepto do cabralismo, o marquês da Fronteira, do outro lado, uma figura que esteve ligado aos acontecimentos. Do lado do governo temos outro testemunho, de Fontes Pereira de Melo, logo no dia 2 de janeiro, no qual considera a demissão do governo devido os acontecimentos no Porto. Quanto a Silva Lobo, que conspirou contra o governo ao lado do conde de Peniche, considerou o povo o principal responsável pela queda do governo de “fusão”. Mas segundo ele, esta perspetiva não era consensual. Igualmente o Jornal de Comércio, opositor do Governo, dava relevo aos acontecimentos no Porto, sobretudo, da atitude dos comerciantes¹⁸. Quanto ao jornal *Revolução de Setembro* dá força ao motivo que fora os acontecimentos do Porto que tiveram na causa da demissão do Governo, ao referir que o movimento do Porto foi conduzido por gente que merecia atenção e despertou o povo de outras zonas¹⁹.

A sociedade numa grande agitação e o governo não tendo apoio popular, viu-se forçado a solicitar a demissão ao monarca. O clima de instabilidade social foi originado, pelo que foi possível apurar, pelo aumento da carga fiscal e, também, pela dinâmica burocrática do Estado visível na Lei da Administração Civil de 1867. Um conjunto de peripécias levou ao surgimento de um amplo movimento de contestação, sobretudo, devido ao aumento da centralização e subordinação da periferia, a reorganização do território, os casos de corrupção dos políticos, a reforma na secretaria dos Negócios Estrangeiros, os

¹⁷ Diário da Câmara dos Dinos Pares do Reino, de 15 de fevereiro de 1879, sessão nº 24.

¹⁸ Jornal do Comércio, de 3 de janeiro de 1868, nº 4257, p. 2.

¹⁹ Revolução de Setembro, de 3 de janeiro de 1868, nº 7676.

tratados ruinosos de comércio, à agressividade e a despreocupação com a situação social por parte do governo e, ainda, a crise moral e de valores que assombrava a sociedade.

No dia 1 de janeiro de 1868, os protestos culminaram num movimento político e social generalizado de radicalização que foi provocado por um clima de profundo mal-estar (Cunha, 2003, p. 9). O movimento da “Janeirinha” resultou essencialmente das medidas fiscais e administrativas, talvez, no Porto com maior preponderância e em Lisboa, mas também noutras localidades do país. Tratou-se, portanto, de um movimento abrangente e com diversos fundamentos, que levou o próximo Governo a suspender as reformas impopulares, inclusive, a reforma administrativa de 1867, devido ao clima de agitação social²⁰.

CONCLUSÃO

A reforma administrativa de 1867 era a base de uma nova ordem política, social, económica e jurídica, ou seja, inseria-se no processo de construção de um Estado Moderno em moldes liberais. A elaboração da reforma só foi possível graças às capacidades de Martens Ferrão (2005), na qual está expresso o seu pensamento e a sua visão liberal que tinha para a sociedade. Esta reforma foi mal-amada e proporcionou uma contenta entre o poder central e a sociedade, com contornos radicais de contestação que levaram a uma agitação popular. Todavia, não foi só por causa desta reforma que os ânimos exaltaram-se, também se deveram ao imposto geral de consumo, à reforma no ministério dos Negócios Estrangeiros, aos tratados comerciais ruinosos e aos casos ilícitos de membros do governo. É de salientar que o movimento da “Janeirinha” nunca colocou em causa o liberalismo apenas o ministério de “fusão”.

ABSTRACT:The administrative reform of Martens Ferrão aimed to implement a new local administration, in which stood the reorganization of territory, changing the map of the districts, the counties and parishes, the adaptation of the economy to the new economic and financial reality. The local government reform of 1867 in this way constituted an opportunity to finally shape the society to the principles of liberalism, given the difficulty throughout the first half of the nineteenth century. Further, the urgency was reinforced by the generalized crisis in society and the existence of a high public deficit. We try to insert this unpopular reform as one of the causes of the popular agitation during the year 1867, and which culminated in a wave of radical protests in the first of January of 1868. This agitation led to a revolt, "Janeirinha", which provided changes in the political environment.

²⁰ O Decreto de 14 de janeiro de 1868 declarou sem efeito o Código Administrativo de 26 de junho de 1867 e a lei do mapa administrativo de 10 de dezembro de 1867.

KEYWORDS: Reform. Local government. Revolt.

REFERÊNCIAS

Alves, Daniel, Lima, Nuno; Urbano, Pedro (2004). *Estado e Sociedade em Conflito: o Código de Martens Ferrão. Uma reforma Administrativa*, Lisboa, FCSH,UNL.

Cunha, Carlos Guimarães da (2003). *A Janeirinha e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Colibri

Ferrão, Martens; Almeida, Mónica (coords.), 2005, p. 763. *O Grande Livro Dos Portugueses*, 1991, p. 212.

Hespanha António Manuel (2007). *Que Sentido tem Estudar a «Questão do Estado» da Monarquia Constitucional Portuguesa*, in P. Tavares de Almeida; R. Miguel C. Branco, *Burocracia, e Estado e Território. Portugal e Espanha (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 15-35

Manique, António Pedro (1989). *Mouzinho da Silveira, Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa: Livros Horizonte

Oliveira, César (dir.) (1996). *História dos Municípios e do Poder Local, Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores

Pereira, Miriam Halpern (2002). *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração

Peres, Damião (dir.) (1935), *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, pp. 331-412

Reis, Jaime (1984), *O Atraso Português em Perspectiva Histórica (1860-1913)*, in *Análise Social*, vol. XX, pp. 7-28.

Santos, José António (1995). *As Freguesias: História e Atualidade*, Oeiras, Celta Editora

Silveira Luís Nuno Espinha da (1997). *Território e Poder. Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Lisboa, Patrimonia

Telo, J. António (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos

Publicações periódicas

Jornal do Comércio, de 27 de março de 1867, nº 4027

Jornal do Comércio, de 27 de dezembro de 1867, nº 4252

Jornal do Comércio, de 3 de janeiro de 1868, nº 4257

Revolução de Setembro, de 3 de janeiro de 1868, nº 7676

Publicações oficiais

Carta Constitucional de 1826, Lisboa, Imprensa Régia, 1826

Constituição Portuguesa de 1822, Lisboa, 1822

Diário de Lisboa, 1867 a 1868

Legislação

Código Administrativo de 1842, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842

Código Administrativo Português de 1836, 3ª ed. oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837

Código Civil Português, Livro II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865

Colecção Oficial Portuguesa, ano de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868

Lei de Administração Civil de 1867, Porto, Tipografia do Jornal do Porto, 1867

O CONFRONTO DAS SUPERPOTÊNCIAS: O TRAJETO DO FRIO – DOS ESTADOS UNIDOS À EURÁSIA

Filipe Magalhães

*Licenciado em História pela Universidade do Minho
Mestrando em História e Património (especialidade de Estudos Locais e Regionais – Construção
de Memórias) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

filipealvesmag@gmail.com

O nosso objetivo ao redigir este artigo foi o de tentar compreender a relação entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no pós-II Guerra Mundial, até ao culminar do século XX, quando, em 1991, a “Guerra Fria” terminou. Quando, em 1946, Churchill afirmou, em Fulton, que uma «cortina de ferro» dividia a Europa, o processo de sovietação dos países de Leste era já irreversível. Sob a tutela diplomática e militar da URSS, os partidos comunistas ganhavam forças e, progressivamente, tomavam o poder. Um ano passado sobre o Alerta de Churchill, os Estados Unidos assumem, frontalmente, a liderança da oposição dos avanços do socialismo. Nas páginas finais apresentámos uma cronologia com as datas que nos parecem merecedoras de destaque e, também, uma lista de siglas.

Palavras-chave: Guerra Fria. Estados Unidos da América. URSS.

INTRODUÇÃO

É da Guerra Fria, baluarte do século XX – o século que ensinou a quem nele viveu a sobreviver nas condições mais brutalizadas e intoleráveis – que vamos falar. Importa, portanto, estabelecer algumas diferenças entre o início e o fim do século. O mundo tinha deixado de ser eurocêntrico e a Europa entrara em delírio porque as indústrias em que ela fora pioneira estavam a migrar para outras regiões do planeta. Entre 1914, com o advento da I Guerra Mundial, e os inícios dos anos 90, o mundo transformou-se e tornou-se em muito mais do que era: passou a ser uma unidade operacional única e “global”. A característica mais impressionante do fim do século XX é a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta de instituições públicas e do comportamento coletivos dos seres humanos se acomodarem a ele. De facto, a guerra

civilizada limitou-se, até onde era possível, a cumprir um só objetivo: incapacitar as forças armadas do inimigo. É exatamente a estes “inimigos” que, ao longo deste artigo, vamos dedicar alguma atenção, porque eles eram, em última instância, um conjunto de indivíduos egocêntricos sem mais nada em comum, em busca da sua própria satisfação.

Ao contrário do que Hollywood e os estúdios britânicos de Pinewood poderiam fazer crer, a Segunda Guerra Mundial não foi uma guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha na Europa e os Estados Unidos e o Japão no Pacífico. Foi uma série de conflitos interligados que começaram no final da década de 1930 na Europa com a expansão da Alemanha nazi, que se estenderam ao Império Britânico e à União Soviética e se alastraram até ao Norte de África. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, no final de 1941, esta passou a incluir o conflito na Ásia e no Pacífico que começara entre o Japão e a China mas se expandira com o envolvimento das potências do Eixo e dos Aliados.¹

A CONSOLIDAÇÃO DE UM MUNDO BIPOLAR

Como enunciámos previamente, o *processo de sovietação dos países de Leste* era, após 1946, irreversível. Vejamos, agora, quais os processos pelos quais passou e, também, de que forma EUA e URSS se posicionaram, sobretudo porque este último se posicionou na tutela diplomática e militar desta missão, através da criação, em 1947, do *Kominform*.

A ESCALADA ARMAMENTISTA

Para além dos esforços postos na constituição de alianças internacionais, os dois blocos procuraram apetrechar-se para uma eventual guerra, investindo grandes somas na conceção e fabrico de armamento cada vez mais sofisticado. Os EUA, em 1948, tinham um gasto de 10,9 milhares de milhões de dólares com a defesa; em 1970, esse custo aumentara para 77,8. A URSS, por sua vez, despendia 13,1 milhares de milhões de dólares, dobrando esse valor para 72,0 em 1970, o que denota a vontade de ambas as potências não se deixarem superar.

Nos primeiros anos do pós-guerra, os Estados Unidos sentiam-se protegidos por uma evidente superioridade técnica. Só eles tinham o segredo da bomba atómica, que consideravam a sua melhor defesa. Quando em setembro de 1949 os Russos fizeram explodir a sua primeira bomba atómica, a confiança do Ocidente desmoronou-se. De

¹ Churchill, Winston. 1940. «Lutaremos nas Praias». In *21 Discursos Que Mudaram o Mundo*, org. Chris Abott. Lisboa: Bertrand Editora, 199.

imediatamente, os cientistas americanos incrementaram as pesquisas de uma arma ainda mais destrutiva: em 1952 testava-se, no Pacífico, a primeira bomba de hidrogênio, com uma potência mil vezes superior à bomba de Hiroxima. A *corrida ao armamento* tinha começado.

O INÍCIO DA ERA ESPACIAL

Cientes de que a superioridade tecnológica poderia ser decisiva, as duas superpotências dedicaram grande atenção aos ramos da Ciência relacionados com o equipamento militar. Durante a Segunda Guerra Mundial, na esperança de encontrar uma arma que lhe garantisse a vitória, a Alemanha tinha secretamente desenvolvido a tecnologia dos foguetes e criado os primeiros mísseis. Em 1945, os cientistas envolvidos neste projeto emigraram para a URSS e para os Estados Unidos, onde desempenharam um papel relevante nos respectivos programas espaciais.

Surpreendendo o Mundo, a URSS colocou-se à cabeça da conquista do Espaço quando, em outubro de 1957, conseguiu colocar em órbita o primeiro satélite artificial da História, o *Sputnik 1*. No mês seguinte, lançou o *Sputnik 2*, de maiores dimensões. Face a estes sucessos, a consternação dos americanos – que até aí tinham considerado a URSS tecnologicamente inferior – foi grande. Na ânsia de igualarem, no mesmo ano, a proeza russa, anteciparam o lançamento do seu próprio satélite, mas o foguetão que o impulsionava explodiu e a experiência foi um fiasco. Só no início de 1958, com o lançamento do *Explorer 1*, a América efetivaria a sua entrada na corrida ao Espaço.

Nos anos que se seguiram, a aventura espacial alimentou o orgulho nacional de ambas as nações. Nos primeiros tempos, os soviéticos mantiveram a liderança e, em 1961, fizeram de Yuri Gagarin o primeiro ser humano a viajar na órbita terrestre. No entanto, no fim da década de 60, coube aos americanos Neil Armstrong e Edwin Aldrin o feito de serem os primeiros homens a pisarem a Lua.

Se nos propomos ganhar a batalha que agora se trava no mundo entre a liberdade e a tirania, os acontecimentos impressionantes que recentemente ocorrem no espaço devem ter tornado claro para todos nós (...) qual o impacto desta aventura nos espíritos dos homens que, em todo o mundo, tentam tomar uma decisão sobre o caminho a seguir².

A AFIRMAÇÃO DE NOVAS POTÊNCIAS

² Discurso do presidente John F. Kennedy perante o Congresso dos EUA a 25 de maio de 1961.

Vencido, humilhado e destruído no fim da Segunda Guerra Mundial, nada fazia prever o extraordinário desenvolvimento do Japão, que ocupa, hoje, o lugar de segunda potência económica mundial, depois dos Estados Unidos. “Nós, o Povo Japonês, através dos nossos representantes devidamente eleitos para a Assembleia Nacional, determinados a assegurar (...) os benefícios da cooperação pacífica com todas as nações”³.

O RÁPIDO CRESCIMENTO DO JAPÃO. OS FATORES DE DESENVOLVIMENTO.

O “milagre japonês” beneficiou de uma conjuntura favorável. A ocupação americana modernizou as estruturas políticas e sociais do país e, mesmo após 1952, altura em que o Japão readquiriu a sua plena soberania, os EUA disponibilizaram importantes ajudas financeiras e técnicas que permitiram uma rápida reconstrução económica⁴. À semelhança do que aconteceu na Europa, com o Plano Marshall, foi também a necessidade de sustentar o avanço comunista que esteve subjacente à ajuda americana. Após a vitória de Mao Tsé-Tung na China (1949) o Japão passou a ser visto como um precioso aliado do bloco ocidental no Oriente.

Contudo, os japoneses também souberam criar as condições necessárias à sua prosperidade. Um sistema político excepcionalmente estável permitiu a atuação concertada entre o Governo e os grandes grupos económicos. O Estado viu-se obrigado a intervir ativamente na regulação dos investimentos, na concessão de créditos, na proteção de empresas e do mercado nacional. A mentalidade japonesa, muito diferente da ocidental, foi também um importante fator de crescimento. Dinâmicos e austeros, completamente devotados à causa da reconstrução nacional e ao seu trabalho em particular, empresários e trabalhadores cooperaram estreitamente na realização de objetivos comuns. Munido de mão de obra abundante e barata e de um sistema de ensino abrangente mas altamente competitivo, o Japão lançou-se à tarefa de se transformar na primeira sociedade de consumo do continente asiático.

³ Constituição do Japão (1946) onde o país renunciou, para sempre, à guerra, motivo pelo qual foi desmilitarizado; no entanto, e dada a necessidade de contenção do comunismo no Extremo Oriente, foi autorizado o rearmamento, embora sob profundas limitações.

⁴ Os americanos implementaram também um programa de ajuda económica, semelhante ao Plano Marshall, que ficou conhecido como Plano Dodge.

Os «tigres asiáticos»⁵

Na década de 1950, a zona da Ásia hoje conhecida como «arco do Pacífico» vivia ainda das suas atividades tradicionais. Nos anos 90 tinha-se tornado um polo de desenvolvimento intenso, capaz de concorrer com os Estados Unidos e a União Europeia. A economia desta região desenvolveu-se em três fases consecutivas: em primeiro lugar emergiu o Japão⁶; depois, em conjunto, os *quatro dragões* (ou *tigres*) *asiáticos*: Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan; finalmente, os países do Sudeste, Tailândia, Malásia e Indonésia, seguidos, a pouca distância, pela imensa República Popular da China.

O sucesso do Japão serviu de incentivo e de modelo à primeira geração de países industriais do Leste asiático. Estes países tinham, à partida, poucos trunfos em que se apoiar: careciam de terra arável, de recursos mineiros, energéticos e capitais. Enfrentavam, ainda, os problemas da superpopulação. Tomando como objetivo o crescimento económico, os governos procuraram atrair capitais estrangeiros, adotaram políticas protecionistas, concederam grandes incentivos à exportação e investiram fortemente no ensino, compensando a escassez de capitais, com a exploração de mão de obra abundante e disciplinada.

Os *quatro dragões* constituíram um tremendo sucesso económico. Em 1976, o Japão e os seus novos parceiros asiáticos produziam, em conjunto, 60% das exportações mundiais de bens manufaturados. Apesar do seu enorme êxito, os NPI⁷ da Ásia confrontavam-se com dois problemas graves: o primeiro, a excessiva dependência em relação às economias estrangeiras – quer em termos financeiros e energéticos – quer, sobretudo, na esfera comercial; em segundo lugar, a intensa rivalidade que separava estas economias, uma vez que concorriam, na mesma zona geográfica, com os mesmos produtos.

Quando a economia ocidental abrandou, na década de 1970, os países asiáticos foram induzidos a procurar mercados e fornecedores mais próximos da sua área geográfica. Voltaram-se, então, para os países membros da ASEAN. Desta organização

⁵ *Dragões asiáticos*: Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan; *tigres asiáticos*: Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas.

⁶ Esta emergência deve-se ao «milagre japonês».

⁷ A terminologia “NPI” – Novos Países Industrializados – carece de confirmação no caso particular de alguns países, sendo, porém, estável relativamente a alguns grupos da Ásia.

faziam parte a Tailândia, a Malásia, a Indonésia e as Filipinas⁸, países cujas economias se encaixam perfeitamente na do Japão e nas das quatro novas potências, devido à sua riqueza em matérias-primas, recursos energéticos e bens alimentares.

Ambas as partes deram início a uma cooperação regional estreita: o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan iniciaram a exportação de bens manufaturados e tecnologia para os países do Sudeste e começaram a investir fortemente na exploração das suas reservas petrolíferas. O «milagre» sul-coreano, baseado nos esforços desta indústria, orientou a produção industrial para a robótica inteligente, depois da revisão de bases motivada pela crise financeira asiática de 1997-98. A ação da ASEAN⁹ preconizava: primeiro, manter a estabilidade macroeconómica e financeira da região através da harmonização das políticas macroeconómicas e financeiras; segundo, impulsionar a integração económica através da completa implementação da área de comércio livre da ASEAN, do lançamento da área de investimento da ASEAN, da consolidação e expansão das relações económicas com outras regiões; terceiro, incrementar a livre circulação de serviços dentro da região; quarto, promover a liberalização do setor financeiro e uma cooperação mais estreita no campo monetário; quinto, acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; sexto, promover o desenvolvimento do capital humano em todos os setores de economia através de uma educação de qualidade, do aumento de competências e de treino.

Este intercâmbio permitiu a emergência de uma segunda geração de países industriais na Ásia - Tailândia, Malásia e Indonésia - que desenvolveram a sua produção, apoiada numa mão de obra barata, em virtude do seu atraso. A região começou a crescer de forma integrada produzindo, o Japão e os *quatro dragões*, mercadorias de melhor qualidade e preço mais elevado. A ASEAN, por outro lado, dedicava-se a bens de consumo – de preço e qualidade inferior – destinados, em grande parte, aos mercados americano e asiático.

Os Estados do «arco do Pacífico» tornaram-se, deste modo, um polo económico articulado, com elevado volume de trocas inter-regionais. A Austrália, a Nova Zelândia, os Estados Unidos e o Canadá integraram-se nesta zona económica através da APEC¹⁰. O crescimento asiático alterou a balança da economia mundial, até aí concentrada na tríade EUA, Europa e Japão. O crescimento acarretou, no entanto, custos ecológicos e

⁸ A cidade de Singapura é um dos *quatro dragões* – e maior porto de tráfico do Mundo –, e também membro fundador da ASEAN.

⁹ Pressupostos definidos em dezembro de 1997 numa reunião da ASEAN em Kuala Lumpur (Malásia).

¹⁰ Em 2001 incluía já 21 países.

sociais muito altos: a Ásia tornou-se a região mais poluída do Mundo e a sua mão de obra permaneceu, maioritariamente, pobre e explorada. Numa perspetiva ocidental, faltam, também, as liberdades cívicas que a maioria dos regimes, de índole autoritária, não foi ainda capaz de instituir.

OS ANOS DO FRIO

“Os Estados Unidos diferenciaram-se de qualquer outra nação moderna pelo facto de que a sua formação histórica se realizou em condições ideais de segurança exterior”¹¹. Os quarenta e cinco anos que vão do lançamento das bombas atómicas até ao fim da União Soviética não formam um período homogéneo único na história do mundo. Efetivamente, a histórica entre 1945 e 1991 foi profundamente marcada pelo confronto constante entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, comumente designado por *Guerra Fria*¹². Não se estranhará, portanto, que Hobsbawm (1996) diga ter-se entrado na “Terceira Guerra Mundial”¹³ ainda mal estava acabada a Segunda.

Convém, antes de continuar, definir o conceito de Guerra Fria. Ela corresponde à designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, balizando-se cronologicamente entre o final da Segunda Guerra Mundial e a extinção da segunda força em trânsito (1991). Em síntese, foi um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e respetivas zonas de influência. Alguns historiadores defendem o clima “frio” que se fez sentir devido à disputa entre o capitalismo, representado pelos Estados Unidos, e o socialismo totalitário, encabeçado pela União Soviética; outros defendiam que esta guerra se deveu à disputa entre as liberdades civis (EUA) e a imposição do comunismo (URSS). Se continuarmos a analisar a sintaxe da designação deste conflito, cumpre-nos dizer que ela (a guerra) é *fria* porque não houve um conflito direto, isto é, bélico – quente – entre as duas superpotências. Este afrontamento prolongou-se até meados dos anos 80, altura em que o bloco soviético mostrou os primeiros sinais de fraqueza. A

¹¹ Furtado, Celso. s/d. «Esferas de influência e desenvolvimento: o caso da América Latina». *Análise Social*, vol. VII (n.º 25-26): 51.

¹² Início entre 1947 e 1948 quando os Estados Unidos dispuseram-se apoiar a recuperação económica da Europa através do Plano Marshall.

¹³ Hobsbawm, Eric. 1996. *A Era dos Extremos: 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 226.

tensão provocada pelo Bloqueio de Berlim¹⁴ acelerou as condições que conduziram, em 1949, ao Tratado do Atlântico Norte¹⁵. Com o término da Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945, tropas soviéticas e ocidentais encontravam-se espalhadas pela Europa, de leste a oeste, formando uma linha divisória arbitrária no centro do continente. Na Conferência de Potsdam¹⁶, os aliados acordaram dividir a Alemanha derrotada em quatro zonas de ocupação, conforme os princípios defendidos na Conferência de Ialta, conceito que também se aplicou a Berlim, partida em quatro setores: francês, britânico, americano e soviético. Por tudo o que já enunciámos, vamos olhar para os quadros¹⁷ seguintes e sistematizar ideias:

Não nos é difícil inferir as profundas diferenças que separam os EUA da URSS. De algumas já falámos e, agora, as outras vão ocupar a nossa atenção. A Europa saiu da Segunda Guerra Mundial profundamente delapidada. A consolidação dos EUA no papel de potência hegemónica contribuiu francamente para um incremento considerável nos restantes países do bloco capitalista. Falámos, obviamente, dos «Trinta Gloriosos»¹⁸: o forte crescimento económico que se verificou no pós-guerra e se prolongou até meados dos anos 70, assentou numa organização produtiva do tipo “fordista”, que permitiu o surgimento e a consolidação do Estado-providência¹⁹. O período de acelerado crescimento da economia caracteriza-se pelo aumento espantoso do PIB, que triplicou; pela produtividade agrícola que quadruplicou graças às novas técnicas de exploração da terra, apesar da mão-de-obra rural ter diminuído em consequência do uso intensivo da

¹⁴ O Bloqueio de Berlim decorreu de 24 de junho de 1948 a 11 de maio de 1949 e tornou-se uma das maiores cisões da Guerra Fria. Desencadeou-se quando a União Soviética interrompeu o acesso ferroviário, rodoviário e fluvial à cidade de Berlim Ocidental. O seu objetivo era forçar as potências ocidentais a sair, permitindo que os soviéticos assumissem o controlo de toda a cidade. Em resposta, os Aliados ocidentais organizaram a ponte aérea de Berlim.

¹⁵ Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, em inglês).

¹⁶ A Conferência de Potsdam teve lugar na cidade que lhe deu o nome entre julho e agosto de 1945. Os participantes foram os vitoriosos aliados da Segunda Guerra Mundial, que se juntaram para decidir como administrar a Alemanha. Os objetivos desta conferência incluíram igualmente o estabelecimento da ordem pós-guerra, assuntos relacionados com tratados de paz e como contornar os efeitos da guerra. Estaline representou a União Soviética e Truman os Estados Unidos.

¹⁷ Neves, Pedro Almiro. 2009. «Tempos, Espaços e Protagonistas». *Cadernos da História*, vol. IX. Porto: Porto Editora, 52.

¹⁸ Marques, Hélder. 1995. «Da perspectiva racional-compreensiva ao planeamento estratégico: tópicos de reflexão». Comunicação apresentada no Seminário *O Planeamento Estratégico das Cidades*, Porto, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

¹⁹ O conceito político de *Estado-providência*, ou *Estado social*, veio substituir o conceito de *Estado liberal*. Neste último, entendia-se que ninguém melhor do que cada indivíduo deveria saber escolher as suas próprias necessidades e o modo mais eficaz de as satisfazer. Assim, o Estado teria apenas o papel de criar as condições necessárias ao livre exercício dos direitos naturais dos cidadãos e deveria abster-se quanto a qualquer conduta que pudesse perturbá-lo.

mecanização; a produção de energia – eletricidade, petróleo e gás natural – e a produção industrial de bens de consumo duradouros, como automóveis e eletrodomésticos, que viram o seu crescimento duplicar e a revolução verificada no desenvolvimento dos transportes terrestres e aéreos. Importa procurar saber quais são os fatores que explicam esse crescimento: em primeiro lugar, o *surto demográfico*, o baby-boom (acentuado aumento da natalidade), que nos anos 60 se traduziu num incremento do mercado consumidor; por outro lado, a mão de obra disponível cresceu, em quantidade e qualidade, prosperando as empresas. A *liberalização das trocas comerciais*, com a diminuição das barreiras alfandegárias, proporcionou a ampliação do mercado consumidor e a *intervenção do Estado na promoção da qualidade de vida dos cidadãos* fez surgir o Estado-providência. Com o *apoio financeiro aos países aliados* o aumento do poder de compra associado à disponibilidade de capitais, movimentou a economia. O *capitalismo industrial*, que se caracteriza pelo aumento da concentração industrial e pela formação de poderosas empresas multinacionais, constituídas como sociedades anónimas, geridas por equipas técnicas altamente especializadas, que financiam a investigação tecnológica e dominam os setores de produção, e a *aceleração do progresso científico e tecnológico*, aliada à ciência e à técnica, associadas, por sua vez, ao desenvolvimento da competitividade económica, foram fortemente desenvolvidas e decisivas no quadro mundial.

Dada a impossibilidade da resolução do confronto no plano estratégico, pela via tradicional da guerra aberta e direta que envolveria um confronto nuclear, as duas superpotências passaram a disputar poder de influência política, económica e ideológica em todo o mundo. Este processo caracterizou-se pelo “acender” de várias guerras regionais, onde cada potência apoiava um dos lados em xeque. Neste contexto, os *países não-alinhados* mantiveram-se fora do conflito e formaram um “terceiro bloco”: o Movimento Não Alinhado. Estes países, livres de compromissos durante a Guerra Fria com a URSS e os EUA, com o desmembramento do bloco soviético em 1991 foram obrigados a redefinir a sua posição num processo demasiado complexo que alguns ainda não concluíram. Se um governo socialista fosse implantado em algum país do Terceiro Mundo, o governo norte-americano entendia esse ato como uma ameaça à sua hegemonia; se um movimento popular combatesse um governo aliado aos soviéticos poderia ser visto pelos Estados Unidos com simpatia. A Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra do Vietnam (1962-1975) e a Guerra do Afeganistão (1979-1989) são os conflitos mais famosos da Guerra Fria, além da não menos célebre tensão na crise dos mísseis em Cuba (1962). Esta

polarização dos conflitos locais entre apenas dois grandes polos de poder mundial justifica a caracterização do mundo como bipolar: efetivamente, mesmo que tenham existido outras potências regionais entre 1945 e 1991, apenas os Estados Unidos e a URSS tinham capacidade nuclear de segundo ataque, ou seja, de dissuasão nuclear imediata. A economia de guerra - produção exclusiva de itens essenciais ao consumo, como armas e alimentos - proporcionou a colocação da figura do Estado no centro das preocupações do dia a dia: um Estado em guerra não se podia permitir ao luxo de produzir instrumentos supérfluos e, por isso, todos os planos giravam em torno das necessidades militares do Estado. Com efeito, este sistema económico foi, durante largos anos, propiciador de abrigos confortáveis a dezenas de milhares de burocratas. Com base na Lei de Murphy, segundo Hobsbawm (1996), *se algo pode correr mal, mais cedo ou mais tarde correrá*, a possibilidade diária, durante quarenta anos, de estalar um conflito à escala mundial, fazia sobressaltar várias nações. Apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global das forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado na sua essência. A URSS, através do Exército Vermelho e de outras forças, controlava uma importante parte do globo. Curiosamente, não tentavam ampliar o seu âmbito de influência pelo uso da força militar. Os EUA exerciam controlo e predominância sobre o resto do mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas colónias. Em troca, não intervinham na zona aceite de hegemonia soviética. A questão do Japão era a que menos dúvidas e problemas levantava: desde cedo os EUA tinham-na bem definida, estabelecendo uma ocupação unilateral, que excluía não só a URSS como qualquer outro cobeligerante. Foi, porém, na Ásia que durante toda a Guerra Fria as duas superpotências continuaram a competir, sendo este continente a maior zona de atrito. Naquele que viria, dentro de poucos anos, a chamar-se “Terceiro Mundo”, as condições da estabilidade começaram a surgir quando se tornou óbvio que a maioria dos novos Estados pós-coloniais não era comunista; grande parte era anticomunista na sua política interna e *não-alinhado* nos “assuntos internacionais”. Em suma, o “campo comunista” não registou sinais de expansão significativa entre a revolução chinesa e os anos 70. As duas potências em oposição envidavam todos os seus esforços para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre as suas forças armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo. «Na

hora da decisão ambas confiavam na moderação uma da outra», afiança Hobsbawm (1996), já que “até aos anos 70, esse acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria manteve-se”. Neste contexto, continuando a seguir a linha de pensamento de Hobsbawm (1996), exceccionalmente, em alguns dos países mais fracos do Terceiro Mundo, as operações do KGB, na URSS e da CIA, nos EUA, não passavam de atividades “triviais”. Por outro lado, terá sido dois anos após o término da Segunda Guerra Mundial (1947), com a enunciação da doutrina Truman, o momento mais tenso e explosivo deste conflito, não sendo de estranhar que, menos de dois anos depois, os comunistas tivessem assumido o poder na China.

O desnível entre o poder destas duas superpotências e os restantes países do mundo era gritante e o monopólio dos EUA no tocante às armas nucleares era outro fator que acicataba esta tensão. Assim que a URSS adquiriu armas nucleares as duas superpotências abandonaram a guerra como instrumento de política: a ameaça nuclear passou a ser a palavra do dia, embora ambas tivessem profundo receio em cumprir o que profetizavam. É como diz Hobsbawm (1996) «a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de facto *querer* apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação ou para fins de política»²⁰. Para alguns, a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural, após a Segunda Guerra Mundial, de que a *Era da Catástrofe*²¹ não tinha chegado, de modo algum, ao fim. O sistema internacional pré-guerra desmoronou-se deixando os EUA diante de uma URSS comunista enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores fora dela. Não será surpresa, portanto, que a aliança da época de guerra entre os grandes países capitalistas e o poder socialista, agora à frente da sua própria zona de influência, se tenha rompido. As áreas controladas por Moscovo mostravam-se empenhadas em não erguer estados segundo o modelo da URSS, mas sim economias mistas em democracias parlamentares multipartidárias, absolutamente dinastias da “ditadura do proletariado” e, muito menos, de “partido único”²². Apesar de tal ato não ser muito notado, a URSS desmobilizou as suas tropas, mantendo-se, igualmente, a divisão do mundo em dois blocos: o primeiro, a Europa Ocidental e a América Central e do Sul,

²⁰ Hobsbawm 1996, 229.

²¹ Comumente aceite, e de acordo com a periodização que Eric Hobsbawm apresenta, como sendo o período que se baliza entre 1914 e 1945, isto é, o início da Primeira Guerra Mundial e o término da Segunda.

²² Hobsbawm 1996, 231.

sob influência dos Estados Unidos; o segundo, Leste Asiático, Ásia central e Europa de Leste no polo oposto.

A fragilização das nações europeias, após uma guerra violenta, permitiu que os Estados Unidos estendessem uma série de apoios económicos à Europa aliada, para que estes países se reerguessem e mostrassem as vantagens do capitalismo. George Marshall, secretário de Estado americano, propõe a criação de um amplo plano económico, conhecido como Plano Marshall, cujo objetivo era recuperar as economias dos países do ocidente e sul da Europa e para garantir a correta prossecução deste programa foi criada a Organização Europeia de Cooperação Económica. O Japão, entre 1947 e 1950, recebeu menos apoio americano e a situação só se alterou com a explosão da Guerra da Coreia, que o transformou no principal aliado das Nações Unidas. Após a declaração de guerra, os americanos encetaram um conjunto de importantes investimentos na economia japonesa, fortemente impulsionada com a demanda de guerra. Em resposta ao plano económico estadunidense, a União Soviética propôs-se ajudar os seus aliados, com a criação do COMECON²³, em resposta ao Plano Molotov²⁴.

Enquanto os Estados Unidos se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética, num dado momento futuro, Moscovo preocupava-se com a hegemonia, no presente, dos EUA. Os dois países viram-se, assim, comprometidos com uma insana corrida ao armamento para destruição mútua. “Quem foi o responsável pela Guerra Fria?”²⁵. Há quem culpabilize a URSS e os dissidentes - americanos - que, por sua vez, afirmavam que a culpa era dos EUA. Outra questão profundamente pertinente é saber o que explica “o fim apocalíptico da Guerra Fria”, já que “isso veio da América. Todos os governos europeus ocidentais (...) eram (...) profundamente anticomunistas”²⁶. «Entre as nações democráticas, só nos EUA os presidentes eram eleitos para combater o comunismo, que, em termos de política externa, era tão insignificante naquele país como o budismo na Irlanda»²⁷. Os governos membros da NATO, não totalmente satisfeitos com a política estadunidense, aceitavam a sua supremacia como o preço a pagar pela proteção contra um

²³ Organização de cooperação económica, científica e técnica entre os países do Bloco de Leste, fundada em 1949.

²⁴ Organização, em termos genéricos, semelhante ao COMECON, mas de raiz americana.

²⁵ É Hobsbawm quem levanta esta questão (p. 235) a que tentaremos, na medida do que nos for possível, dar resposta.

²⁶ Hobsbawm 1996, 236.

²⁷ Hobsbawm 1996, 236.

sistema político odioso. Em suma, “a contenção era a política de todos; a destruição do comunismo não”²⁸.

O ASPETO MAIS ÓBVIO DA GUERRA FRIA

O aspeto mais óbvio da Guerra Fria é, claramente, a nível político, a polarização do mundo controlado pelas superpotências em dois “campos”. Os governos da unidade antifascista nacional que tinham acabado com a guerra em toda a Europa dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogêneos. No ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados da política. As democracias populares multipartidárias transformaram-se em ditaduras do proletariado: “o efeito da Guerra Fria foi mais impressionante na política internacional do continente europeu do que na sua política interna”²⁹. Esta política provocou, em última análise, a criação da *Comunidade Europeia*³⁰, com todos os problemas que isso acarretou, dado que ela significava, simultaneamente, uma forma de organização política totalmente sem precedentes e um acordo permanente - ou, pelo menos, duradouro - entre as economias e os sistemas legais dos vários *Estados-nação*. Chegados aos finais do século XX, quando o sistema começou a oscilar, como todos os outros produtos da Guerra Fria, já se lhe haviam juntado outros tantos³¹.

A *Comunidade*, como tantas outras coisas na Europa pós-1945, foi criada simultaneamente a favor e contra os EUA. Ilustra tanto o poder e a ambiguidade daquele país quanto os seus limites; mas também mostra a força dos temores que manteve unida a aliança antissoviética. Não eram apenas temores em relação à URSS. Para a França, a Alemanha continuava a ser o perigo principal, e o temor de uma potência gigantesca renascida na Europa Central era compartilhado, em menor medida, pelos outros Estados europeus. Havia também, claro, temores em relação aos EUA, um aliado indispensável contra a URSS, mas um aliado suspeito - sem mencionar que, previsivelmente, podia pôr os interesses da supremacia americana no mundo acima de tudo o mais. Não se pode, portanto, esquecer que em todos os cálculos sobre o mundo do pós-guerra, e em todas as

²⁸ Hobsbawm 1996, 236.

²⁹ Hobsbawm 1996, 239.

³⁰ No ano de 1957 era formada por seis Estados: França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo.

³¹ Grã-Bretanha, Irlanda, Espanha, Portugal, Dinamarca e Grécia.

decisões que se seguiram a esse período, *a premissa de todos os que faziam política era a preeminência económica americana*³². Entre 1946-47 a situação vivida na Europa Ocidental era demasiado tensa e levou Washington a fortalecer a economia europeia e, pouco depois, também a japonesa.

E os EUA também não estavam em posição de impor aos Estados europeus o seu ideal de um plano europeu único, de preferência conduzindo a uma única Europa modelada com base nos EUA, tanto na sua estrutura política como na sua florescente economia de livre empresa. Nem os britânicos, que ainda se viam como uma potência mundial, nem os franceses, que sonhavam com uma França forte e uma Alemanha fraca e dividida, gostavam disso³³.

O máximo que os franceses podiam fazer era entrelaçar os negócios alemães ocidentais e franceses de tal modo que o conflito entre os dois velhos adversários fosse impossível. Os franceses não tardaram em apresentar a sua proposta de Europa: a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (1950), que se transformou na *Comunidade Económica Europeia* ou *Mercado Comum* (1957), depois simplesmente *Comunidade Europeia*, e, a partir de 1993, *União Europeia*.

Contudo, embora os EUA fossem incapazes de impor em pormenor os seus planos político-económicos aos europeus, eram suficientemente fortes para dominar o seu comportamento internacional. A Alemanha foi rearmada e os anseios de neutralismo europeu foram firmemente eliminados. E, no entanto, à medida que a era da Guerra Fria se estendia, abria-se um crescente fosso entre o domínio esmagadoramente militar, e portanto político, que Washington exercia na aliança e o enfraquecimento gradual da predominância económica dos americanos. O peso económico da economia mundial estava a passar dos EUA para as economias europeia e japonesa. O dólar, pedra fundamental da economia mundial do pós-guerra planeada e garantida pelos EUA, enfraqueceu. Durante a maior parte dos anos 60, a estabilidade do dólar, e com ela a do sistema de pagamento internacional, deixou de se basear nas reservas dos EUA, para passar à disposição dos bancos centrais europeus – sob pressão americana - que não queriam trocar os seus dólares por ouro.

Quando a Guerra Fria terminou, restava tão pouco da hegemonia económica americana que a própria hegemonia militar já não podia ser financiada com os recursos do próprio país. A Guerra do Golfo, em 1991, contra o Iraque - uma operação essencialmente americana - foi paga, de boa ou má vontade, pelos outros países que apoiaram Washington.

³² Hobsbawm 1996, 239 (citando Maier 1987, 125).

³³ Hobsbawm 1996, 240.

Felizmente para todos os envolvidos, à exceção dos habitantes do Iraque, ela acabou em poucos dias.

A CAMINHO DO FIM

Em determinado momento do início dos anos 60, a Guerra Fria pareceu dar alguns passos, ainda que hesitantes, em direção à “sanidade”. Os anos perigosos desde 1947 até aos dramáticos acontecimentos da Guerra da Coreia haviam passado sem uma explosão mundial. O mesmo aconteceu no bloco soviético, após a morte de Estaline, em 1953.

Assim, longe de terem de lutar contra a crise social, os países da Europa Ocidental começaram a observar que estavam, na verdade, a viver uma era de inesperada e disseminada prosperidade que surge, segundo Hobsbawm (1996), no fim dos anos 50, logo após o início da Guerra Fria, quando Krushev estabeleceu a sua supremacia na URSS. Krushev - crente na coexistência pacífica – dominou o cenário internacional durante os anos que se seguiram à sua entrada em cena. Foi talvez o único camponês a governar um grande Estado. Contudo, a *sanidade* teve primeiro de sobreviver ao “gosto de Krushev pelo *bluff* e as decisões impulsivas, e os gestos políticos de John F. Kennedy”³⁴.

A URSS estava preocupada não só com a retórica ambígua, muitas vezes apenas demasiado belicosa, de Washington, mas também com a rutura fundamental com a China, que agora acusava Moscovo de amolecimento em relação ao capitalismo. Forçaram, assim, Krushev a adotar uma posição pública mais inflexível em relação ao Ocidente. O resultado final destas ameaças e provocações mútuas foi um sistema internacional relativamente estabilizado e um acordo tácito entre as duas superpotências em não se “assustarem” uma à outra. O pacto preconizava a vontade – e a necessidade – de ambas as potências não assustarem, também, o mundo. Esta preocupação ficou simbolizada pela instalação da *linha quente* telefónica que passou a ligar a Casa Branca ao Kremlin. O Muro de Berlim, em 1961, fechou a última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa. Kennedy foi assassinado em 1963; Krushev foi mandado para casa em 1964 pelo *establishment* soviético, que pretendia levar a efeito uma abordagem menos impetuosa da política.

³⁴ Hobsbawm 1996, 242.

Em meados dos anos 70, o mundo entrou no que se chamou de *Segunda Guerra Mundial Fria*. Coincidiu com uma grande mudança na economia mundial, o período de crise a longo prazo que caracterizaria as duas décadas a partir de 1973, e que atingiu o clímax no início dos anos 80. Contudo, de início a mudança no clima económico não foi muito notada pelos participantes no “jogo das superpotências”. As duas superpotências estavam razoavelmente satisfeitas com a solidez das suas economias. Os EUA foram visivelmente menos afetados pela nova crise económica que a Europa; a URSS achava que tudo corria a seu favor. Brejnev, sucessor de Kruschchev, presidiu aos vinte anos a que os reformadores soviéticos chamaram “era da estagnação”³⁵ e julgava ter motivos para ser otimista.

Economia à parte, dois acontecimentos interrelacionados pareciam então alterar o equilíbrio das duas superpotências. O primeiro era a presumida derrota e desestabilização dos EUA, quando esse país se lançou numa grande guerra – a Guerra do Vietnam – que demonstrou o seu isolamento. A participação neste conflito, condenado à partida, «é quase impossível de compreender, a não ser como parte daquela densa nuvem de incompreensão, confusão e paranoia dentro da qual os principais atores da Guerra Fria Tateavam o caminho»³⁶. A guerra de Yom Kipur, em 1973, entre Israel e as forças do Egito e da Síria veio agravar a imagem de isolamento dos EUA. O Vietnam e o Médio Oriente enfraqueceram os EUA – embora isso não alterasse o equilíbrio global das superpotências ou a natureza do confronto nos vários teatros da Guerra Fria – e geraram uma onda de revoltas, entre 1974 e 1979. Esta onda de revoltas e revoluções mundiais (África, Ásia) coincidiu com o momento de fracasso público e derrota americanos que produziu a Segunda Guerra Fria. Mas foi também a coincidência desses dois factos com o otimismo e autossatisfação da URSS de Brejnev, nos anos 70, que tomou certo o fracasso americano.

A Europa vivia um período de acalmia – nem mesmo a revolução portuguesa de 1974 e o fim do regime de Franco em Espanha o alteraram – e as linhas políticas do Terceiro Mundo foram-se definindo, a par e passo. Muito antes de os propagandistas americanos explicarem que os EUA haviam decidido ganhar a Guerra Fria levando o seu antagonista à falência, o regime de Brejnev começara ele próprio a conduzir-se nessa direção, mergulhando num programa de armamentos desastroso. Fora, portanto, uma

³⁵ Período da história da União Soviética que tem início em 1964, com Brejnev, e acaba em 1987 após a entrada em vigor da *perestroika* e da *glasnost*.

³⁶ Hobsbawm 1996, 244.

corrida sem sentido que, em termos práticos, só serviu para dar à URSS uma falsa sensação de segurança.

O sistemático esforço dos soviéticos para se afirmarem nos oceanos mundiais não era muito sensato, pelo menos em termos estratégicos, apesar de ser compreensível do ponto de vista político. Contudo, o próprio facto de a URSS não aceitar o seu confinamento regional pareceu aos adeptos da Guerra Fria americanos uma prova clara de que a supremacia ocidental poderia acabar, se não fosse reafirmada por uma demonstração de força.

A política de Ronald Regan, eleito para a Presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de apagar a mancha da humilhação demonstrando a inquestionável supremacia americana – invasão de Granada, ataque à Líbia e ao Panamá – numa cruzada contra o “Império do Mal”³⁷. A NATO havia começado o seu próprio rearmamento – sob um governo democrata nos EUA e governos sociais-democratas e trabalhistas na Alemanha e Grã-Bretanha – apoiada pelos americanos atuando no sul e centro de África, onde podiam agir em conjunto com o regime do *apartheid*. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Regan e a confiante e temível senhora Thatcher na Grã-Bretanha eram os mais destacados, associando-se ao capitalismo de bem-estar.

Como a URSS se desmoronou pouco antes do fim da era Regan, os propagandistas americanos afirmaram que ela fora derrubada pela brilhante campanha militar americana e os EUA congratulavam-se de ter “travado e ganho a Guerra Fria e destruído completamente o inimigo”³⁸. Não há, contudo, sinais de que o governo americano esperasse – ou previsse - o colapso iminente da URSS, ou estivesse de alguma forma preparado para o seu surgimento. Um conjunto de visões erradas sobre a URSS, a nível financeiro e militar, levaram os EUA a continuar a guerra e a ter, sob o inimigo, uma visão errada da realidade. O presidente Regan, fosse qual fosse a retórica que os seus redatores de discursos lhe pusessem à frente, acreditava *tout court* na coexistência dos EUA e da URSS. “O seu sonho era um mundo inteiramente sem armas nucleares. E o mesmo pensava o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail

³⁷ Expressão celebrizada por Regan (Cf. Hobsbawm, 247).

³⁸ Hobsbawm 1996, 248.

Gorbachev, como ficou claro na estranha e agitada cimeira que realizaram na escuridão subártica da outonal Islândia, em 1986”³⁹.

A Guerra Fria acabou quando uma ou ambas as superpotências reconheceram o sinistro absurdo da corrida ao armamento nuclear, e quando uma ou ambas acreditaram na vontade da outra colocar um ponto final na guerra.

Provavelmente era mais fácil para um líder soviético que para um americano tomar essa iniciativa, porque, ao contrário de Washington, Moscovo jamais encarara a Guerra Fria como uma cruzada, talvez porque não precisasse de levar em conta uma excitada opinião pública. Por outro lado, exatamente por isso, seria mais difícil para um líder soviético convencer o Ocidente de que falava a sério. É por isso que o mundo tem uma dívida enorme para com Mikhail Gorbachev, que não só tomou a iniciativa como conseguiu, sozinho, convencer o governo americano e outros no Ocidente de que falava verdade⁴⁰.

O FIM DA GUERRA FRIA.

O fim da Guerra Fria não está relacionado com o fim do sistema soviético. Ambos os fenómenos são historicamente separáveis, embora exista entre eles uma ligação inquebrável. O socialismo soviético pretendia ser uma alternativa global para o sistema mundial capitalista. Como o capitalismo não se desmoronou, as perspectivas do socialismo como alternativa mundial dependiam da sua capacidade de competir com a economia mundial capitalista, reformada após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Ambas as superpotências estenderam e distorceram demasiado as suas economias com uma corrida competitiva, maciça e dispendiosa ao armamento – os EUA chegaram aos 3 biliões de dólares em dívidas. Os EUA, graças a uma combinação de sorte histórica e política, tinham visto os seus dependentes transformarem-se em economias tão florescentes que superavam a sua própria economia. No fim dos anos 70, a Comunidade Europeia e o Japão juntos eram 60% maiores que a economia americana. Por outro lado, os aliados e dependentes dos soviéticos nunca conseguiram superar-se. Geográfica e demograficamente, os países atrasados, esperava Moscovo, iriam recuperar do domínio do capitalismo, que representavam 80% do mundo: em termos económicos, eram periferia. *Em suma, a Guerra Fria, desde o começo, foi uma guerra de desiguais.*

³⁹ A crença na coexistência pacífica dos EUA e da URSS, por parte do presidente Reagan, é descrita por Hobsbawm (1996, 248).

⁴⁰ Hobsbawm 1996, 248.

“Mas o que mudara exatamente?”⁴¹. A Guerra Fria transformou o panorama internacional em três aspetos: o primeiro, a nível da eliminação de todas as rivalidades e conflitos que moldavam a política mundial antes da Segunda Guerra Mundial. Alguns deixaram de existir porque os impérios da era imperial desapareceram; outros acabaram porque haviam sido relegados para segundo ou terceiro plano. França e Alemanha fizeram as pazes. É espantoso ver quão rapidamente as grandes preocupações típicas de Estados depois de grandes guerras desapareceram: os vencedores preocupavam-se com planos de recuperação dos perdedores que, por sua vez, preocupavam-se em inverter a sua derrota. Hobsbawm (1996) diz ser espantoso ver a rapidez com que as grandes preocupações típicas dos Estados, depois das grandes guerras, desapareceram e se redirecionaram para outros campos. Poucos no Ocidente se preocuparam seriamente com o sensacional retorno ao *status* de grande potência da Alemanha e do Japão.

Em segundo lugar, a Guerra Fria congelara a situação internacional, e ao fazê-lo estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório. A Alemanha é um bom exemplo: durante 46 anos esteve dividida em quatro setores. O fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS reuniram os dois setores ocidentais e deixaram as partes da Prússia Oriental anexadas à URSS soltas e isoladas. Estabilização não significa paz - exceto na Europa, a Guerra Fria não foi uma era em que se esquecesse a luta – e dificilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem conflitos, apesar de controlados.

Terceiro, a Guerra Fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a imaginação, assevera Hobsbawm (1996). Era o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais que se armaram para uma guerra que podia estourar a qualquer momento. Estes quarenta anos foram uma guerra constante de “baixa intensidade”.

Desta forma a Guerra Fria perpetuou-se. A Somália, armada primeiro pelos russos, depois pelos EUA, quando a Etiópia revolucionária se voltou para Moscovo, entrou no mundo pós-Guerra Fria como um território devastado pela fome e anarquia. Os EUA e a ONU mobilizaram-se para levar alimentos e paz.

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional bem como as estruturas dos sistemas políticos mundiais. O que dela resultou foi um mundo em desordem e colapso parcial. Não poderia haver retorno ao mundo de

⁴¹ Questão levantada por Hobsbawm (pp. 250) e, no nosso entender, fundamental neste processo de compreensão do que foi esta “guerra fria” – e dos seus resultados – em termos mundiais.

antes da Guerra Fria, porque demasiadas coisas haviam mudado e desaparecido. Em 1947, os EUA haviam reconhecido a necessidade de um projeto imediato e gigantesco para restaurar as economias europeias ocidentais. As consequências económicas e políticas do colapso da União Soviética e da Europa Oriental foram ainda mais dramáticas que os problemas da Europa Ocidental e revelaram-se de um alcance bastante grande, sendo já visíveis nos finais dos anos 80.

É provável que as consequências do fim da Guerra Fria tivessem sido enormes de qualquer modo, mesmo que ele não coincidissem com uma grande crise na economia mundial do capitalismo e, em simultâneo, com a crise final da União Soviética. O fim da Guerra Fria provou ser não o fim de um conflito internacional mas o fim de uma era: não só para o Oriente, mas para todo o mundo. A poderosa União Soviética, nascida com a revolução bolchevique de 1917 e constitucionalmente instituída em dezembro de 1922, desaparecia ao fim de 70 anos. Em seu lugar nascia, em dezembro de 1991, uma *Comunidade de Estados Independentes*, que excluía qualquer manifestação de autoridade central. Tudo apontava para o fim. Depois de Gorbachev apostar numa posição de ligeireza política, com a Doutrina Sinatra, o Pacto de Varsóvia e o COMECON deixam de fazer sentido. Fulcral para o término da Guerra Fria e para o “degelo” foi o fim da “cortina de ferro”: o facto mais marcante do triunfo da liberdade e da democracia liberal no leste foi o derrube do muro de Berlim, a 9 de novembro de 1989, a que se seguiu imediatamente o processo de unificação da Alemanha.

NOTAS PARA UMA ARGUMENTAÇÃO FINAL

A Guerra Fria provocou a criação da *Comunidade Europeia* com todos os problemas que isso acarretou. Ela era uma forma de organização completamente nova, sem precedentes. Representava um acordo permanente - ou duradouro, pelo menos - de integração económica de vários *Estados-nação* independentes. Pode, com propriedade, dizer-se que a Comunidade Europeia foi um produto da Guerra Fria que em finais da centúria começou a dar sinais de fraqueza. Esta comunidade, criada no contexto da Europa pós-1945, foi simultaneamente a favor e contra os EUA: “ilustra tanto o poder e a ambiguidade daquele país quanto os seus limites; mas também mostra a força dos temores

que manteve unida a aliança antissoviética”⁴². Os EUA não estavam em posição de impor aos Estados europeus o seu ideal de um plano único europeu. Igualmente nem os britânicos, nem os franceses, desejavam que isso acontecesse.

O *frio* começa a derreter com a *glasnost*. A nova atmosfera é talvez mais entusiasticamente manifesta na Glasnost (...). A verdade é o principal. Lenine dizia: “Mais luz! Que o Partido saiba de tudo!” Dum modo sem precedentes, nós não precisamos de cantos escuros (...) é por isso que tem de haver mais luz⁴³. A verdade é que a *glasnost* se transformou num exemplo vivo de uma atmosfera espiritual e moral favorável a uma nova sociedade. A União Soviética emergiu da Segunda Guerra Mundial numa situação muito difícil. “Sim, tínhamos ganho a luta contra o fascismo, vitória essa obtida em conjunto com os Estados Unidos e outros participantes da coligação anti hitleriana”⁴⁴. Já com a *perestroika* as coisas não correram tão bem e ela mostrou-se mais difícil de implementar do que o previsto.

A Guerra Fria não foi a primeira vez que, no decurso dos últimos dois séculos, a Rússia deixou o mundo na expectativa quanto ao caminho que pretendia seguir. Apesar das perdas sofridas aquando da implosão do império soviético, a Rússia continuou a ser um país gigantesco. Por outro lado, não podemos esquecer também a velha ambiguidade cultural e geopolítica deste país, dividido entre a Europa e a Ásia, e as suas recentes oscilações entre ténues laivos de democracia e autocracia. No que se refere à política externa, a questão reside em saber se a Rússia tenciona fazer parte de algum equilíbrio multipolar emergente, ou se pretende ter uma palavra a dizer na cena internacional e, em particular, o poder de veto nas grandes questões mundiais. Não sabemos se pretenderia a Rússia apoiar o que restou da velha ordem mundial após o fim da Guerra Fria e o renascer do correspondente sistema global, nuclear e bipolarizado, já inexistente. Querirá isto dizer que a potência revolucionária de outrora se transformará na força estabilizadora do mundo industrial e pós-industrial?

A Rússia tinha, claramente, o potencial necessário para seguir quer uma via, quer outra, ou seja, tanto podia transformar-se numa força promotora de estabilidade mundial como numa fonte de problemas. “A Rússia parecia uma adivinha, envolta em

⁴² Gorbatchov, Mikhäil. 1987. *Perestroika. Novo pensamento para o nosso país e para o mundo*. Mem Martins: Publicações Europa-América (9.ª ed.), 239.

⁴³ Gorbatchov 1987, 86-87.

⁴⁴ Gorbatchov 1987, 243.

mistério e dentro de um enigma”⁴⁵. No mundo pós-queda do muro de Berlim, o maior dos desafios com que se depararam as potências anteriormente antagonistas consistiu em criarem juntas um sistema equitativo e justo, em que a Rússia faria parte da nova ordem mundial, tal como acordado após a Guerra do Golfo (1990-91).

Ainda hoje, mais de duas décadas após o fim da Guerra Fria, as relações entre os EUA e a atual Rússia não são das melhores. A 10 de fevereiro de 2007, Putin afirmava⁴⁶ que “o mundo unipolar proposto depois da Guerra Fria não se tinha materializado”⁴⁷. Acusava, assim, os EUA de aspirarem a uma ordem mundial hegemónica controlada por Washington, e reiterava que “a ordem mundial unipolar dos sonhos do período que se seguiu à Guerra Fria estava fora do seu [dos Estados Unidos] alcance”⁴⁸. Na mesma conferência, Putin declarou: “Somos uma nação europeia”, socorrendo-se do *slogan* “A Europa é a nossa casa comum”, frase aliás cunhada por Gorbachev em 1985, por ocasião do lançamento da *Glasnost* e da *Perestroika*.

*Somos todos passageiros a bordo de um único barco, a Terra, e não nos podemos permitir à sua destruição. Não haverá uma segunda arca de Noé.*⁴⁹

CRONOLOGIA

1914-1918: Primeira Guerra Mundial.

1939-1945: Segunda Guerra Mundial.

1941: Entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

1945: Eleições inglesas dão a vitória ao Partido Trabalhista (social reformista) que substitui Churchill à frente do governo.

1947/48: Início da Guerra Fria.

1950-1953: Guerra da Coreia.

1952 (7 de outubro): Putin nasce em Leninegrado⁵⁰, no bairro “difícil”.

1953: Morte de Estaline.

⁴⁵ Stuermer, Michael. 2009. *Putin e o Despertar da Rússia*. Lisboa: Editorial Presença. 21.

⁴⁶ A propósito das decisões na Conferência Wehrkunde que, durante a Guerra Fria, se realizava anualmente.

⁴⁷ Stuermer 2009, 25.

⁴⁸ Stuermer 2009, 26.

⁴⁹ Gorbachev 1987, 21.

⁵⁰ Esta cidade retomou, em 1991, o antigo topónimo de São Petersburgo. Foi fundada em 1703, o nome adveio-lhe do seu fundador (Pedro, o Grande) e, em 1712, tornou-se a capital do Império Russo. Entre 1914 e 1924 denominou-se Petrogrado, toponímia que foi substituída por Leninegrado, mantendo-se esta última até 1991, altura em que voltou a ser adotada a sua primeira designação. É a segunda cidade do país.

1957 (outubro): A URSS colocou-se à cabeça da conquista do espaço quando o *Sputnik 1*, o primeiro satélite artificial da História, foi colocado em órbita.

1958: Lançamento do *Explorer 1*. A América viu-se entrada na corrida espacial, em concorrência direta com a URSS.

1961: Construção do Muro de Berlim.

1962-1975: Guerra do Vietnam.

1962: Crise dos mísseis em Cuba.

1975: Ata final de Helsínquia.

1975: Putin conclui a sua formação universitária na Faculdade de Direito da Universidade Estatal de Leninegrado.

1979-1978: Guerra do Afeganistão.

1982 (julho): A Força Aérea Israelita abate 70 aviões de combate MIG sírios durante o conflito israeleo-libanês, provocando uma onda de choque em Moscovo.

1982-1983: Iuri Andropov é indigitado Presidente do Kremlin.

1986: Acidente de Chernobyl; Gorbachev estabelece a *Perestroika*⁵¹ e a *Glasnost*⁵².

1987: São celebrados acordos gerais com vista ao controlo do armamento entre os EUA e a então URSS, no âmbito do Tratado INF: *Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty*.

1989 (9 de novembro): Queda do Muro de Berlim.

1990: Têm lugar as negociações “dois mais quatro”; a OTAN presta “ajuda fraternal” na questão da reunificação alemã e Putin assume as funções de conselheiro do Presidente da Câmara para os assuntos internacionais, após ter trabalhado, desde 1985, para a delegação do KGB em Dresden, na então RDA.

1991: Implosão do bloco soviético.

SIGLAS

APEC: Cooperação Económica da Ásia-Pacífico.

ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático.

CIA: Central de Inteligência Artificial.

⁵¹ Simplificando (e em termos gerais), tratou-se de abertura à democratização da economia e do sistema político do país, com a consequente reestruturação dos mesmos. *Perestroika* significa, essencialmente, “reestruturação”.

⁵² Também em termos gerais, tratou-se de uma das políticas de apoio à *Perestroika*. Traduzido à letra, este termo significa “transparência” ou “abertura”.

COMECON: *Council for Mutual Economic Assistance* (Conselho para Assistência Económica Mútua).

CSCCE: Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa.

EUA: Estados Unidos da América.

KGB: *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (Comité para a Segurança do Estado).

NPI: Novos Países Industrializados.

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

OECE: Organização Europeia de Cooperação Económica.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OSCE: Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte, mais conhecida pela sigla inglesa NATO.

SDN: Sociedade das Nações.

TNP: Tratado de Não-Proliferação.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

THE CONFRONTATION OF SUPERPOWERS: THE PATH OF THE COLD - UNITED STATES TO EURASIA

ABSTRACT: Our goal in writing this article was to try to understand the relationship between the United States and the Union of Soviet Socialist Republics, in the post-World War II until the culmination of the twentieth century when, in 1991, the "Cold War" ended. When, in 1946, Churchill said in Fulton, that an 'iron curtain' divided Europe, the process of Sovietization of eastern countries was already irreversible. Under the diplomatic protection of the USSR military and Communist parties gained strength and gradually seized power. A year spent on Alert Churchill, the United States assume, frontally, the leadership of the opposition advances of socialism. In the final pages presented a chronology of dates that seem worthy of emphasis and also a list of abbreviations.

KEYWORDS: Cold War. United States of America. USSR.

REFERÊNCIAS

Furtado, Celso (s/d). «Esferas de influência e desenvolvimento: o caso da América Latina». *Análise Social*, vol. VII (n.º 25-26).

Gorbatchov, Mikhãil (1987). *Perestroika. Novo pensamento para o nosso país e para o mundo*. Mem Martins: Publicações Europa-América (9.ª ed.).

Hobsbawm, Eric (1996). *A Era dos Extremos 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença.

Marques, Hélder (1995). «Da perspectiva racional-compreensiva ao planeamento estratégico: tópicos de reflexão». Comunicação apresentada no Seminário *O Planeamento Estratégico das Cidades*, Porto, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

Neves, Pedro Almiro (2009). «Tempos, Espaços e Protagonistas». *Cadernos da História*, vol. IX. Porto: Porto Editora.

Stuermer, Michael (2009). *Putin e o Despertar da Rússia*. Lisboa: Editorial Presença.

DIMINUINDO DISTÂNCIAS, AUMENTANDO POSSIBILIDADES: FORMAÇÃO *ONLINE* DE PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS¹

Jane Ewerton²

*Doutoranda em Ciências da Literatura e Mestre em Estudos
Ingleses pela Universidade do Minho*
jane.ewerton@ifma.edu.br

Claudia Machado³

Doutoranda em Tecnologia Educativa
Universidade do Minho
actmachado@hotmail.com

A oferta de cursos online destinados à formação de professores de língua inglesa para fins específicos tem aumentado de forma significativa no Brasil nos últimos anos. Cada vez mais, estes profissionais, muitos situados em regiões do país onde as instituições de ensino existentes ainda não disponibilizam tais cursos, sejam eles presenciais ou a distância, são atraídos pelas vantagens de ampliar seu desenvolvimento acadêmico e profissional através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Aliado a isso, os professores de inglês para fins específicos estão cada vez mais conscientes da necessidade de desenvolver habilidades e competências que lhes permitam produzir cursos e materiais voltados para diferentes públicos que fazem uso da língua inglesa em situações específicas. Este texto tem como objetivo fazer uma descrição preliminar do curso “Inglês Instrumental: Formação *Online* de Professores” ofertado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Palavras-chave: Formação de professor. Inglês instrumental. Ensino a distancia.

INTRODUÇÃO

Entre as inovações tecnológicas utilizadas na formação e capacitação de professores de línguas, que predominam com o surgimento da era digital e que introduziram novas formas de trabalho e produtos, estão os cursos online. Neste novo modelo de aperfeiçoamento profissional desenvolvido pelo avanço tecnológico, o profissional, no caso específico deste estudo, o professor de Inglês para Fins Específicos (ESP) (English for Specific Purpose), que no Brasil também é conhecido como Inglês Instrumental, tem diante de si variados recursos e modalidades de ensino/aprendizagem desenvolvidos de forma a gerar e aumentar as condições e os meios de seu aperfeiçoamento profissional.

O conceito de ESP, conforme consta na literatura específica, é de ser um conjunto de princípios teóricos e metodológicos sistemáticos, que são delineados a partir do resultado de uma análise de necessidades que tem como foco o aluno. Desta forma, os cursos fundamentados nessa abordagem estão concentrados em uma área de especialidade e se

¹ Trabalho apresentado na Conferência Internacional Challenges 2013 em Julho de 2013 na Universidade do Minho e publicado no Livro de Atlas Challenges 2013, páginas 1250-1259.

² Bolseira de Investigação da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Processo BEX 19084-12-9.

³ Bolseira de Investigação da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia com referência SFRH / BD / 81690 / 2011.

diferenciam dos demais cursos de Inglês Geral (General English), por terem certas características próprias, nomeadamente a de que seus cursos devem ser produzidos e desenvolvidos para suprir as específicas necessidades de aprendizagem e de linguagem de um determinado grupo de alunos.

De acordo com Robinson (1980, p.6), o Inglês Geral é ensinado para a vida, orientado pela cultura e pela literatura, no qual a própria língua constitui-se objeto e propósito do curso. Para além disso, o ensino do Inglês Geral é direcionado para as necessidades gerais do aluno, que podem ser atingidas a longo prazo em situações e contextos diversos. No caso do ESP, o que se destaca são as necessidades do aluno e suas razões para aprender a língua inglesa. Nesta perspectiva, a realização de uma análise de necessidades conduz à especificação dos objetivos de um curso, avaliação dos recursos disponíveis e restrições previsíveis, o que, por sua vez, conduz à definição dos conteúdos de um curso de Abordagem Instrumental (Hamp - Lyons (2001, p.127).

Segundo Hutchinson e Waters (1987:6-8), a origem e o desenvolvimento do ESP estão relacionados a alguns fatores que, interligados entre si, contribuíram para o desenvolvimento e crescimento da Abordagem Instrumental. O surgimento do ESP, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, impulsionado pela demanda de uma língua de abrangência a nível mundial, como consequência da expansão em níveis universais das atividades científicas, econômicas e técnicas, contribuiu para a criação de um mundo mais unificado e movido por dois importantes segmentos que são a tecnologia e o comércio. Neste sentido, o Inglês, por motivos relacionados ao poder dos Estados Unidos no pós guerra, passou a ter o status de língua internacionalmente aceita tanto comercial quanto academicamente.

No Brasil, o ensino do ESP surgiu e foi motivado pela necessidade de se executar mais rapidamente, nas Universidades, a leitura de textos acadêmicos, nomeadamente os que abordavam as descobertas científicas produzidas e publicadas pelos Estados Unidos. Tendo como pressuposto que um curso de Inglês Instrumental deve preparar o aluno para atuar adequadamente em uma situação-alvo, uma análise teórica da mesma passou a ser conduzida para que as informações obtidas ajudassem na elaboração de um programa de curso a fim de atender às necessidades de aprendizagem e uso da língua. Assim, surgiu o Projeto Nacional de Ensino do Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras, desenvolvido pela PUC-SP através de um dos seus órgãos, a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (Congea).

A Congea, entidade educacional fundada e estabelecida em 1983, é um órgão da PUC-SP que cria, organiza e desenvolve os cursos e atividades de especialização, aperfeiçoamento, aprimoramento e extensão nas modalidades online e presenciais da referida Instituição de Ensino Superior. Sua função no contexto acadêmico é capacitar profissionais de diversas áreas do conhecimento, nomeadamente nas áreas das Línguas, Ciências Sociais, Ciências Exatas e Tecnologia. Através de seus cursos de curta duração, disponibiliza meios que permitem ao professor possuir uma nítida conscientização sobre as suas possibilidades de desenvolvimento ao nível acadêmico, profissional e pessoal.

Um dos cursos ofertado e coordenado pela Congea é o de Extensão Universitária – “Inglês Instrumental: Formação Online de Professores”, desenvolvido por professores doutores do grupo de pesquisa de Ensino-Aprendizagem de Línguas para Fins Específicos (Abordagem Instrumental) (GEALIN), sob a responsabilidade da Professora Doutora Rosinda de Castro Guerra Ramos, pesquisadora na área de Línguas para Fins Específicos. O projeto de pesquisa GEALIN/PUC-SP, criado em 2002, é registrado e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPQ) e tem como principal objetivo nomear as tendências no ensino e na aprendizagem de línguas para fins específicos (abordagem instrumental), identificando como elas se articulam com as demandas emergentes e com as habilidades profissionais do docente, nessa modalidade de ensino.

O Projeto de Investigação GEALIN tem como sua consagração maior a criação e orientação dinâmica de conteúdo e metodologia desenvolvidos em cursos de extensão em diversas Instituições de Ensino, não somente a nível de terceiro grau, mas também a nível técnico e tecnológico. De entre as investigações e projetos organizados pelo GEALIN e que se encontra em andamento é a Formação de Professores e Tecnologia Educacional. Ambos situando-se em um campo de ação que abrange o ensino-aprendizagem de línguas para fins específicos em ambientes presenciais e virtuais.

Nota-se que, nos últimos anos, houve um aumento significativo do número de cursos de Formação Continuada de Professores de Línguas que são mediados por um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), pois os avanços tecnológicos ocorridos possibilitaram flexibilidade e dinamismo à aprendizagem, tornaram-se atributos imprescindíveis para que o profissional se adeque às crescentes mudanças que a sociedade vive e está inserida no mundo digital e que faz uso das TIC para obter novos conhecimentos.

Neste contexto de ensino/aprendizagem, o estudo virtual se sobrepõe ao presencial por permitir que o aluno transite e atue com maior liberdade nos diversos ambientes existentes no mundo digital, de acordo e em paralelo com suas necessidades e tarefas diárias, além de trazer para si o domínio e responsabilidade de sua aprendizagem.

O AVA MOODLE DO CURSO

O AVA é um “espaço na internet formado pelos sujeitos e suas interações e formas de comunicação que se estabelecem por meio de uma plataforma, tendo como foco principal a aprendizagem” (Behar, 2009, p. 29). A utilização do AVA, segundo Ribeiro et al (2007, p.5), possibilita:

- a interação entre o computador e o aluno;
- dar atenção individual ao aluno;
- ao aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo;
- a apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem;
- ser usada para avaliar o aluno.

O AVA adotado para o apoio ao processo ensino-aprendizagem do curso “Inglês Instrumental: Formação Online de Professores” foi o Moodle⁴. De entre as possibilidades de comunicação disponíveis no Moodle para promover e desenvolver a inteiração e a interatividade entre os participantes do curso estão: (i) síncrona (usuários ao mesmo tempo online a trocar mensagens) e (ii) assíncrona (usuários não estão ao mesmo tempo online e as mensagens enviadas são guardadas e podem ser acessadas posteriormente) (Machado, 2012).

O CURSO “INGLÊS INSTRUMENTAL: FORMAÇÃO *ONLINE* DE PROFESSORES”

O curso “Inglês Instrumental: Formação Online de Professores” teve como público alvo professores da disciplina de língua Inglesa com formação universitária em Letras, alunos de graduação em Letras e coordenadores e diretores de cursos de idiomas. De entre os 16 participantes do curso, estavam 8 professores da rede pública, 5 professores da rede particular e 3 coordenadores de cursos de língua inglesa.

O curso teve como carga horária total 80 horas e foi organizado em dois módulos de 40 horas cada. De entre os materiais que foram disponibilizados no curso podemos citar: textos, atividades em forma de questionários, exercícios dissertativos e de múltiplas escolhas.

O primeiro módulo era composto por 5 unidades que foram executadas durante 12 semanas de estudo a distancia, e teve como objetivo fornecer uma visão geral e uma fundamentação teórica sobre a Abordagem de Ensino de Línguas para Fins Específicos (ESP)⁵ para que os participantes pudessem analisar as necessidades e criação de cursos de línguas destinados a específicos públicos-alvo. De um modo geral, no primeiro módulo foram disponibilizados textos e atividades que contemplaram os seguintes temas: (i) Origens e Desenvolvimento da Abordagem Instrumental; (ii) Conceitos da Abordagem Instrumental e Diferenças entre Inglês Geral e Instrumental; (iii) Abordagem Instrumental no Brasil: História e Desenvolvimento; (iv) Diferenças entre Ensino Instrumental e Geral; (v) Análise de Necessidades que tem como foco o aluno; Princípios, Conceitos e Instrumentos; (vi) Desenho de Curso: Fundamentos; e (vii) Avaliação de Syllabuses.

No que se refere a forma de trabalho, neste módulo, foi contemplado atividades que permitiram ao aluno trabalhar tanto de forma individual quanto em grupo.

Para as tarefas que foram desenvolvidas em grupo, foram delimitado pelo professor o número máximo de quatro alunos por grupo bem como determinado o período de horas para execução da atividade. No trabalho em grupo eram discutidos detalhes referentes ao que seria trabalhado nos exercícios executados, nomeadamente as necessidades de aprendizagem dos alunos do curso universitário onde o mesmo seria aplicado para além de se ter tido a possibilidade de trocar informações e experiências com os demais participantes que

⁴ Um software livre (sem custos) que tem como filosofia de aprendizagem a "pedagogia socioconstrucionista (modelo passivo, de delivery, para um ensino mais centrado no aluno, baseado no que este faz, no seu papel enquanto problem-solver e indivíduo social que aprende com os outros) (Moodle, online).

⁵ No Brasil, essa abordagem ficou conhecida como Instrumental devido ao Projeto Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras que foi implementado nas IES do governo federal ao fim da década de setenta.

já utilizam ou pretendem utilizar o inglês instrumental na área acadêmica ou profissional. Neste sentido, “uma das características mais importantes no uso das TICs na aprendizagem é a questão do trabalho colaborativo. Ouvir a sugestão do outro, argumentar, tirar conclusões e solucionar problemas em grupo é importante para o desenvolvimento de habilidades na formação do indivíduo” (Machado, 2009, p.4). Após as atividades serem completadas pelos alunos e analisadas pelos professores, as mesmas eram disponibilizadas a todos os participantes e eram abertos os fóruns de discussão sobre os temas estudados.

A totalidade das atividades planejadas e executadas no curso, nomeadamente a exibição dos conceitos da abordagem instrumental, as atividades desenvolvidas nas 5 unidades que compõem o primeiro módulo, os questionários a serem respondidos pelos alunos e o feedback individual, foram desenvolvidos no AVA Moodle. De entre as atividades realizadas pelos alunos, podemos nomear: (i) a leitura do conteúdo disponibilizado no AVA; (ii) análise de situações de ensino/aprendizagem, (iii) participação em fóruns de discussão mediados pelos professores; e (iv) realização de atividades avaliativas.

Em se tratando ainda do primeiro módulo foram apresentadas cinco unidades que abordaremos a seguir:

- **Primeira Unidade:** Foram apresentados cinco textos teóricos sobre ESP abordando e apresentando para discussões a origem, os conceitos, desenvolvimento e os mitos a ele relacionados. Para além disso, tivemos análises de necessidades (needs analysis) de determinados cursos fundamentados na abordagem instrumental, nomeadamente Licenciatura em Química, Bacharelado em Sistema de \informações e Engenharia Elétrica. Par, além disso, foram executadas três atividades que abordavam os ensinamentos teóricos contidos nos textos com feedback dos professores sobre os mesmos. Como exemplo de atividade desenvolvida temos o questionário (Quadro 1):

Quadro 1 – Questionário

Moodle ▶ IIFOP282210 ▶ Questionários ▶ U1-P2-Atividade1 ▶ Tentativa 1

U1-P2-Atividade1 - Tentativa 1

1 (Em) um curso fundamentado na Abordagem Instrumental: (Escolha pelo menos uma resposta)

- a. deve-se trabalhar preferencialmente com material autêntico.
- b. a análise de necessidades é uma das características absolutas.
- c. a gramática não é ensinada.
- d. é ministrado em língua materna.
- e. a língua é ensinada com objetivos previamente definidos a partir de necessidades de alunos específicos.
- f. o professor deve ser um perito em diferentes áreas.
- g. é aquele que ensina inglês técnico.
- h. é direcionado exclusivamente à habilidade de leitura.
- i. não se pode usar o dicionário no início.
- j. o professor não precisa falar inglês.
- k. é feito sob medida (taylor made).

l. é exclusivo para adultos.

m. somente uma única habilidade comunicativa é trabalhada.

n. pode somente ser frequentado por alunos com algum conhecimento prévio da língua.



Enviar

Segunda Unidade: Esta unidade apresentou um total de três textos. Os dois primeiros apresentaram os conceitos de análise de necessidades (needs analysis), nomeadamente as necessidades de situação-alvo que correspondem às informações relacionadas às situações de uso da linguagem e que englobam as *necessities*, os *lacks* e finalmente os *wants* de cursos específicos. O segundo texto apresentou critérios para elaboração das necessidades de uma situação-alvo e/ou de aprendizagem no nosso contexto de atuação. Além destes três textos, esta unidade apresentou quatro atividades no modo questionário abrangendo estes itens citados, onde já passamos a contar com a correção e reenvio dos professores.

- **Terceira Unidade:** Esta unidade teve um total de cinco textos que tinham como objectivo maior exibir os aspectos relacionados ao planeamento de um curso em inglês que utiliza a Abordagem Instrumental. Neles aprendemos a organizar os objetivos gerais, específicos e os conteúdos do mesmo para que estivessem adequados às necessidades de nossos alunos. Além destes cinco textos, esta unidade apresentou duas atividades abrangendo estes itens citados e o primeiro fórum entre os participantes do curso, conforme demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 – Fórum

Moodle IIFOP282210 Fóruns U4-P1-Forum_Atividade1

U4-P1-Forum_Atividade1

Olá todos,

Neste fórum, vocês compartilharão os critérios que utilizam para avaliar um material didático quando necessitam fazer uma escolha.

Lembrem-se de justificar a inclusão de cada critério e discutir sua lista de critérios com os colegas.

Abraços, Zelia

Re: U4-P1-Forum_Atividade1

por Jane Maria Bastos Ewerton - quinta, 23 setembro 2010, 11:26

Na minha opinião a escolha do material a ser utilizado deve ser feita seguindo alguns aspectos relevantes pois ele será um dos mais importantes contribuintes para que o curso alcance seu objetivo. Estes aspectos são: ter conhecimento do público-alvo e aplicar o questionário de análise das necessidades para direcionar essa escolha de modo que o material esteja em consonância com o que pretende o curso numa situação-alvo. Este material deverá levar os alunos a obterem conhecimentos lingüísticos que sejam pertinentes e suficientes para a conclusão de suas tarefas. Devemos também observar se este material tem aplicabilidade no contexto ensino-aprendizagem avaliando a situação-alvo em que ele será usado, ou seja confrontando o que ele oferece com o que nós precisamos. É importante

também avaliar a confiabilidade desse material pois ele será uma fonte de motivação para o aluno e de que forma o aluno terá acesso a ele, podendo assim acompanhar e desenvolver melhor suas atividades. Em suma ao decidir-mos sobre um determinado material devemos atentar para o público-alvo + o conteúdo do material e a sua correta utilização em sala de aula o que trará mais benefícios para o aluno.

Mostrar principal | Editar | Apagar | Responder

- **Quarta Unidade:** Nesta unidade foram primeiramente abordados e discutidos os aspectos importantes que devemos utilizar na avaliação de material didático. Através de questionários específicos, foi analisado o estabelecimento de critérios de avaliação de material didático a partir dos critérios de avaliação estudados nessa unidade. Em um segundo momento, os alunos realizaram diversas análises dos materiais didáticos disponibilizados pela PUC-SP (Quadro 3). Paralelo a isso, foi apresentado o livro Inglês Instrumental, Caminhos para a Leitura (Alínea Publicações Editora - 2002).

Quadro 3 – Análises dos materiais didáticos disponibilizados pela PUC-SP

Moodle IIFOP282210 Questionários U4-P1-Atividade3 Revisão da tentativa 1

U4-P1-Atividade3 Revisão da tentativa 1

1 Público-alvo

O que material diz fazer

Atende a alunos universitários que necessitam ler e entender textos em inglês; capacita o aluno a ler de modo eficiente, através de habilidades específicas e estratégias variadas de leitura.

Resposta: O material se destina a estudantes universitários, sem definição específica de uma área.

2 O que o material faz

Resposta:

Trabalha aquisição de vocabulário e aspectos gramaticais; desenvolve o senso crítico do aluno através da leitura e do debate.

Os textos e atividades são bem gerais, podendo realmente ser aproveitados em vários cursos de leitura para adultos. Os textos não são de grande complexidade, visando, talvez, a atingir um público maior, menos específico.

3 Objetivos do curso

O que material diz fazer

Resposta:

Capacitar o aluno a ler de modo eficiente através de habilidades específicas e estratégias variadas de leitura; trabalhar a aquisição de vocabulário e aspectos gramaticais; desenvolver o senso crítico do aluno através da leitura e do debate

1) Leitura estratégica 2) Aquisição de vocabulário e gramática 3) Leitura crítica 4) Autoconfiança e autonomia

4 O que o material faz

Resposta:

Atende os objetivos do curso.

O foco do livro está na leitura estratégica e no aprendizado de itens

gramaticais relacionados à gramática textual que possibilitam a leitura de um texto (também denominada gramática mínima do texto /por Deyes, 1982).

- **Quinta Unidade:** Esta última unidade do primeiro módulo foi constituída principalmente da elaboração, pelos alunos, de instrumentos de análise de necessidades (Needs Analysis) em que as situações-alvo sejam formadas por alunos fictícios de cursos variados que necessitam da língua inglesa para leitura de textos específicos. Coube a cada participante elaborar situações-alvo de aprendizagem e fazer um levantamento das necessidades específicas destes alunos. Estas situações-alvo foram disponibilizadas na plataforma do curso e todos os participantes puderam analisar e compartilhar entre si as ideias extraídas e, posteriormente, discutir as adequações dos instrumentos apresentados. Como exemplo, apresentamos a seguinte atividade desenvolvida, que foi realizada através de um fórum (Quadro 4)

Quadro 4 – Análises dos materiais didáticos disponibilizados pela PUC-SP

Moodle IIFOP282210 Recursos U5-P1-Atividade1

Atividade 1

Nesta atividade, você utilizará a situação-alvo disponibilizada na U2-P3-Atividade1. Faça uma revisão da descrição da sua situação-alvo apresentada na Unidade 2. Conforme mencionado naquela unidade, para delinear uma situação-alvo devemos levar em conta os seguintes itens:

Qual é a situação-alvo?

Quem são seus alunos ou público-alvo?

O curso será oferecido com objetivos acadêmicos ou profissionais? (EAP ou EOP?)

Em que momento de desenvolvimento profissional seus alunos se encontram? (pré-serviço – estudantes: ainda não atuam na área; em serviço – atuam na área; pós-serviço – especialistas na área)

Quais são os instrumentos possíveis de serem utilizados?

Quais são os informantes a serem contatados?

Agora que você já revisou o seu trabalho, iniciado na Unidade 2, siga os passos:

1 - Disponibilize a descrição da sua situação-alvo no fórum Fórum: U5-P1-Atividade 1- Situações-alvo.

2 - Examine as situações-alvo disponibilizadas por seus colegas nesse fórum e comente-as no fórum Fórum: U5-P1-Atividade - Comentários, levando em consideração as perguntas listadas acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que fora apresentado anteriormente, nota-se no primeiro módulo do Curso “Inglês Instrumental: Formação Online de Professores” que das ferramentas disponibilizadas no AVA Moodle, somente foi utilizado o fórum, sendo realizado na Terceira e na Quinta unidade. As demais atividades foram desenvolvidas individualmente em torno de questionários, leitura de textos disponibilizados, análise de situações de ensino/aprendizagem e realização de atividades avaliativas.

Em um curso a distância as ferramentas de comunicação (síncronas e assíncronas) são de fundamental importância, por possibilitar interações entre os participantes que favoreçam o desenvolvimento do trabalho colaborativo, que permitam a “autonomia, seriedade e comprometimento de estar colaborando com o processo de aprendizagem” (Machado, 2010, p. 11) pessoal e dos outros participantes do curso. Neste sentido, segundo Gomes (2004), qualquer modalidade de formação a distância tem que considerar não só os processos de mediatização dos conteúdos mas também os processos de mediação da comunicação professor-aluno ou dos alunos-alunos.

Neste contexto, o principal desafio para os professores é o desenvolvimento de “ambientes de aprendizagem propícios para que os alunos criem um sentimento de pertença ao grupo, assumindo o controle e responsabilidade pela sua aprendizagem e colaborando com o processo de aprendizagem dos seus pares.” (Machado, 2010, p. 12-13).

Importa referir que as ferramentas disponíveis em AVA não garantem a interatividade em um curso; torna-se necessário “que os professores/tutores conheçam profundamente as ferramentas de interação disponíveis nos ambientes em que estão atuando para que possam fazer plena utilização de cada uma” (Silva e Silva, 2008, p. 4). Nesse sentido, as TIC são “ferramentas que permitem e implicam a participação ativa, de cada um, na construção do seu próprio conhecimento”, portanto não substituem o professor (Costa et al, 2012, p. 105).

REDUCE DISTANCE, INCREASE POSSIBILITIES: ONLINE TRAINING OF TEACHERS OF ENGLISH FOR SPECIFIC PURPOSES

ABSTRACT: Offering online courses for training teachers of English for Specific Purposes (ESP) has expanded significantly in recent years in Brazil. More frequently these professionals, most of which are located in regions of the country where existing educational institutions still not offer such courses, whether in person or at a distance, are attracted by the advantages of expanding their academic and professional development through Information and Communication Technologies (ICT). Allied to this, teachers of *English for Specific Purpose* are even more aware of the need to develop skills and competencies that will allow them to produce materials and courses to be used by different students who use the English language in specific situations. This text aims to make a preliminary description of the course "Inglês Instrumental: Formação *Online* de Professores" offered by the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP).

KEY WORDS: *Teacher training. English for Specific Purposes. Distance learning.*

REFERÊNCIAS

- Behar, P. A. (2009). *Modelos pedagógicos em educação a distância*. Porto Alegre: Artmed.
- Costa, F.; Rodriguez, C.; Cruz, E. & Fradão, S. (2012). *Repensar as TIC na Educação. O Professor como Agente Transformador*. Lisboa: Santillana.

Gomes, M.J. *Educação a distância*. Braga: Universidade do Minho – Centro de Investigação em Educação, 2004.

Hamp-Lyons, L. (2001). English for academic purposes. In: D. Nunan e R. Carter (eds.) *Teaching English to speakers of other languages*. Cambridge: CUP.

Hutchinson, T. e Waters, A. (1987). *English for specific purposes*. Cambridge: CUP.

Machado, C. (2012). As ferramentas de comunicação do Moodle como apoio a uma unidade curricular de um curso de licenciatura. In *Revista EducaOnline*, Volume 6, No 2, Maio/Agosto de 2012. ISSN: 1983-2664.

Machado, A. C. T. (2010). Comunidade de aprendizagem online: uma experiência no âmbito de uma unidade curricular do mestrado em ciências da educação. *Revista Paidéi@, UNIMES VIRTUAL*, Volume 2, número 3. Acedido em 25/02/2013 em <http://revistapaideia.unimesvirtual.com.br>.

Ribeiro, E. N.; Mendonça, G. A. e Mendonça, A. F. (2007). *A importância dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem na busca de novos domínios na EAD*. Acedido em 17/02/2013 em <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/4162007104526AM.pdf>

Robinson, P. (1980). *ESP (English for specific purposes)*. Oxford: Pergamon Press.

Silva, A.; Silva, C. (2008). Avaliação da aprendizagem em ambientes virtuais: rompendo as barreiras da legislação. *Trabalho apresentado no Congresso da ABED*, Santos, SP. Acedido em 24/02/2013 em www.abed.org.br/congresso2008/tc/510200863228PM.pdf

OS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBALIZADA: UMA APRECIÇÃO LUHMANNIANA

Dulcilene Aparecida Mapelli Rodrigues

Doutoranda em Direito Público na Universidade de Lisboa-Portugal. Bolsista CAPES. Mestre em Direito Público pela UNISINOS/RS-Brasil. Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo-Brasil. Professora de Direito –Centro Universitário Módulo- SP-Brasil.

du_lli@hotmail.com

Tatiana de Almeida F. R. Cardoso

Doutoranda e Mestre em Direito Público (UNISINOS). Pesquisadora convidada da Universidade de Toronto – Faculdade de Direito. Especialista em Direito Internacional (UFRGS). Professora de Direito Internacional – UniRitter, de Direito Ambiental Internacional – Feevale e de Direito Internacional dos Direitos Humanos – Verbo Jurídico.

tatiana.cardoso@utoronto.ca

Este texto assevera acerca da atual sociedade globalizada perpassada pelos Direitos Humanos, a partir da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhman. Objetivando compreendê-la sob o viés sociológico que possibilita o entendimento do desenvolvimento social que sofre mudanças necessárias para contornar os riscos mundanos, oriundos do aumento da complexidade diária, entendendo a sociedade, o próprio sistema jurídico, presente e futuro, permitindo, assim, uma vivenciação sob o prisma humanitário, ressaltando a necessidade de travar as violações de direitos humanos - objetivo mundialmente perscrutado.

Palavras-chave: Teoria dos Sistemas. Luhmann. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

No contexto de dinamização do Direito, os Direitos Humanos encontram-se em constante evolução, eis que cada camada social, cada extratificação e segmento podem ser encarados como sistemas, que se auto-desenvolvem e se integram, prontificando assim, um aprimoramento.

Espontaneamente, a dinamização social é vivenciada pela humanidade desde sua concepção natural, na medida em que o desenvolvimento é o móvel dos seres humanos que buscam a melhoria em suas vidas.

Na mesma medida em que há esse desenvolvimento, a partir de sua auto-observação, a sociedade e o Direito, cada qual sendo um sistema próprio, apresentam-se em constante acoplamento estrutural, ou seja, sistemas que pressupõem e contam, no plano de suas próprias estruturas, com particularidades do seu meio ambiente, haja vista que

nenhum sistema pode evoluir a partir de si mesmo, devendo, pois, relacionar-se com o meio, o que é feito, através do acoplamento estrutural, ou seja, o sistema efetua transformações em suas próprias estruturas (*autopoieses*), ao mesmo tempo que possui interferência do meio relativamente àquelas.

E é efetivamente sob esta ótica que se apresenta o presente estudo, a sociedade como um sistema que desenvolve-se continuamente, no qual os Direitos Humanos, como o Direito/sistema, dinamizam-se, influenciam-se reciprocamente possibilitando, desta feita, as oportunidades de melhoria mundial.

1. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA TEORIA DE NIKLAS LUHMANN.

Luhmann dedicou sua vida ao objetivo de construir uma teoria capaz de abarcar a sociedade e a grande gama de fenômenos sociais que a compõem. Acreditava que a teoria dos sistemas até então existente era insatisfatória, contraditória e insuficientemente desenvolvida para dar conta da tarefa de sustentar uma teoria da sociedade.

Essas ponderações acerca do modo que se deva entender a sociedade atualmente decorre do fato de que não há uma teoria que encare as suas atuais configurações pontualmente. O conceito antigo sociedade a definia como “um sistema aberto que procura atingir um estado estático por meio de um processo progressivo de adaptação ao seu ambiente”, em que claramente “tendia a essa adaptação, por intermédio de auto-regulações internas de índole cibernética” (Luhmann, 2005, p. 626).

Niklas Luhmann, expoente do estudo social, desenvolveu seus estudos objetivando a construção de uma teoria apta a abarcar a sociedade e a grande gama de fenômenos sociais que a compõem, visto que a teoria até então existente era insatisfatória, contraditória e insuficientemente desenvolvida para dar conta da tarefa de sustentar uma teoria da sociedade.

Através de seus estudos, Luhmann concretizou seus estudos através da criação da Teoria dos Sistemas, que pode ser caracterizada como a teoria da diferença, da fragmentação, da singularidade, do paradoxo e da complexidade. Para o autor, a melhor teoria para a sociedade não era a que tinha por base a racionalidade, o consenso e muito menos a estabilidade. E é exatamente defendendo a tese de uma concepção nova, liberta das amarras tradicionais que restou (re) vista e proposta a uma nova visão de uma série de conceitos firmados pelo clássico modo de pensar sociológico.

Neste contexto, o autor percebeu que uma teoria que pretendesse observar eficaz e eficientemente a sociedade contemporânea deveria contar com conceitos modernos e avançados das mais distintas disciplinas (transdisciplinariedade). Somente desta maneira seria possível almejar uma teoria que abarcasse a sociedade moderna e seus subsistemas. Tal percepção fez com que sua primeira obra, “*Sistemas sociais*”, publicada em 1984, contasse com aportes teóricos oriundos da biologia, sociologia, do direito, dentre outros.

Como bem observa Marcelo Neves (2004, p. 121) “a teoria dos sistemas sociais apropriou-se dos conceitos de forma original e reorganizou-os para produzir uma forma de observação que pode, inclusive, ser aplicada àquelas ciências”.

Ademais, a teoria da sociedade desenvolvida por Luhmann pode ser considerada paradigmática. A principal representação deste paradigma é a substituição da antiga concepção de todo/parte por sistema/meio. Em vez da dicotomia todo/parte, o autor propõe a ideia de diferenciação sistêmica (*system differentiation*), que nada mais seria que a repetição da diferença sistema/ambiente, dentro do sistema.

Esta codificação sistemática pode ser compreendida como uma forma de redução de complexidade, ou seja, um sistema precisa ser capaz de reconhecer o que lhe pertence ou não. Baseando-se na lei da variedade de Ashby (1958), Luhmann concebeu o ideário de que um sistema é sempre menos complexo do que seu meio, mas deve ser capaz de referir-se a ele reduzindo sua complexidade: assumindo suficiente variedade de estados e definindo os estados do entorno. Logo, pode-se dizer que a função primordial de um sistema, para a teoria, é a redução da complexidade (Rodríguez, 2002).

Luhmann entendia que uma sociedade complexa e contingente como a moderna só poderia ser compreendida e observada através de uma teoria complexa. A complexidade tratada pela teoria dos sistemas reúne os conceitos de seleção, contingência e risco. Isto significa dizer que a complexidade obriga uma seleção que se depara com a contingência (escolha entre várias possibilidades) o que, por sua vez, implica em risco.

Os aportes teóricos utilizados para revolucionar o paradigma da teoria da sociedade não foram tomados da sociologia tradicional, mas da cibernética, da ciência cognitiva, da teoria da comunicação e da teoria da evolução, áreas afins à concepção sistêmica e que não abordam a contraposição entre as ciências da natureza e do espírito.

Luhmann desenvolveu sua matriz pragmática-sistêmica a partir de uma análise sobre a Teoria dos Sistemas de Parsons. Pode-se dizer então que Parsons teve influência na elaboração de alguns conceitos da primeira fase da teoria “Luhmanianna”. Contudo, em

uma segunda etapa Luhmann voltou-se para uma perspectiva epistemológica “autopoietica”, desta vez, influenciado pelos biólogos Varela e Maturana, momento em que abandona o funcionalismo de Parsons.

Talcott Parsons tinha fortes influências de Weber e Durkheim, motivo pelo qual acreditava que a união das ideias de ambos poderia contribuir para a formação de uma sociologia jurídica.

A ação social é o centro da teoria sistêmica “Parsoniana”, entretanto, Parsons relacionava a ação com o sistema e não com os indivíduos. Logo, segundo Parsons, diferentemente do que pensava Weber, quem age são os sistemas, não os indivíduos.

Indagando-se a respeito de que funções seriam necessárias para a manutenção das estruturas de um sistema, Parsons desenvolveu a teoria estrutural funcionalista, que tem como ponto central a concepção de a existência de um sistema depende de suas estruturas.

O entendimento de Niklas Luhmann cingia-se acerca do elemento fundamental do sistema é a comunicação, ao passo que para Parsons o indivíduo e sua consciência ocupavam este lugar. Finalmente, os meios de comunicação são para Luhmann catalisadores da diferença funcional dos sistemas, ao passo que para Parsons seriam a consequência desta diferenciação funcional.

Desta feita, apesar de estudar e partir da teoria dos sistemas de Parsons, Luhmann dele divergia em alguns pontos, eis que não considerava a ação o horizonte último do sistema social. Entendia que o que é predeterminado são as funções do sistema, motivo pelo qual discordava da predeterminação estrutural de Parsons.

Gregory Bateson, biólogo, antropólogo e grande pensador sistêmico da comunicação também contribuiu para a teoria “Luhmanianna”. O autor apresenta a teoria clássica da diferença ao buscar equacionar e compreender como seria possível a comunicação humana em termos de estrutura que pudesse ligar os “seres vivos”, a natureza, o pensamento e a antropologia. Bateson contribuiu sobremaneira para a compreensão do caráter interativo da comunicação, bem como para a definição de seu estatuto enquanto disciplina fundamental para a compreensão da vida social.

Bateson acreditava que a informação é a diferença que muda o estado do sistema. Tão somente pelo fato de ocorrer, transforma-o, independentemente de o receptor aceitar ou não o que foi comunicado. O que importa e faz a diferença é efetivamente o ato de comunicar (*a difference that makes a difference*), como por exemplo, a advertência de

uma propaganda publicitária: “bebida alcoólica causa dependência física e faz mal à saúde”.

Trata-se, sem dúvidas de uma comunicação, porém isto não corresponde ao acatamento da mesma pelo receptor (homem). O fato de ter havido a comunicação acerca do malefício da bebida alcoólica é o que faz a diferença no ser humano que a recebeu (Luhmann, 2009, p. 83).

O matemático Spencer Brown elaborou importantes conceituações e ponderações que foram levadas em consideração na Teoria dos Sistemas. Sua teoria baseia-se na ideia de que em uma operação matemática nada deve ficar pressuposto, a não ser a folha de papel em branco, visto que a partir do momento em que um simples traço é feito na folha em branco, a diferença está posta.

Utilizando-se da forma de Spencer Brown, Luhmann entende que as formas já não podem ser consideradas como configurações, mas como limites que obrigam a distinção de um lado, sendo o outro lado da forma dado simultaneamente. A compreensão deve ser a seguinte: tudo tem dois lados, nenhum lado é algo em si mesmo e, um lado da forma só existe pelo fato de não se ter escolhido o lado oposto. Some-se a isto, o fato de que todo este processo ocorre mediante uma sequência e protraído no tempo.

Por certo a operação sistema/meio é baseada na diferença. Diferença esta realizada entre um sistema, o jurídico, por exemplo, com o seu entorno. A diferença obtida entre o que está contido nestes dois “mundos” é a base para a evolução sistêmica, à medida que com a incorporação de fatores externos, a exportação de elementos internos para os demais sistemas (*output*), ou ainda o desenvolvimento através da auto-operação com elementos já inseridos no sistema implica o progresso do mesmo quando da resolução e desmistificação de questões postas e necessárias de resolução.

Na sociedade moderna e complexa onde se diferenciam e autonomizam operacionalmente os sistemas funcionais, a forma diferença sistema/ambiente encontra grande relevância (Neves, 2008). O trato da diferença e não da unidade é traço marcante da teoria dos sistemas sociais de Luhmann. Nesse sentido, cada sistema, embora operacionalmente fechado, é capaz de comunicar-se com outros sistemas (interpenetração/acoplamento estrutural) e diferenciar-se de outros subsistemas, através de um processo de evolução.

Luhmann (2009, p. 360) explica que tanto as reflexões da teoria dos sistemas como as investigações empíricas sugerem que o processo de diferenciação de um sistema

requer o desenvolvimento simultâneo de uma diferenciação interna. Estas utilizam um procedimento completamente distinto daquele de diferenciação do entorno. Enquanto esta última se refere aos requisitos de observação do entorno pelo sistema, e desta maneira é, ao mesmo tempo, estimulada e ilimitada, a diferenciação interna resulta do processo de reprodução autopoiética (Luhmann, 1998, p. 182).

A formação dos sistemas sociais é definida, dentro da teoria, graças a uma operação básica por meio da qual a sociedade complexa é dividida em dois campos: um sistema e seu ambiente. Essa formação constitui uma fronteira, uma linha que separa o todo da parte e que tem como resultado a identificação do que está dentro e do que está fora do sistema social constituído (Neves, 2005).

Um sistema que se diferencia funcionalmente do seu ambiente e dos outros sistemas precisa ter as seguintes características: ser operacionalmente fechado e cognitivamente aberto. Explica-se: influenciado, neste aspecto, pela teoria das Ciências Biológicas de Varela e Maturana, Luhmann incorporou a ideia de *autopoiesis* às Ciências Sociais. Pelo fato de reconhecer a diferença entre o sistema biológico e o social, o sociólogo alemão adaptou a *autopoiesis* biológica aos fenômenos sociais, considerando que assim como o sistema biológico tem a vida como elemento constitutivo, o sistema social teria a comunicação.

A comunicação é, pois, a operação através da qual se realiza a autopoiesis do sistema, acontecendo sempre quando e exclusivamente é compreendida a diferença entre informação e ato de comunicar. Relativamente ao encerramento operativo e à *autopoiesis* sistêmica, a comunicação deve necessariamente ser compreendida sob três aspectos: informação, ato de comunicar e ato de entender.

Neste sentido cumpre asseverar que para a teoria sistêmica, o que deve ser levado em conta em uma sociedade são as comunicações entre os sistemas e seus elementos, eis que o que gera o sistema social são as comunicações, razão pela qual, o indivíduo não pode ser considerado como elemento formador do sistema social (Trindade, 2008, p. 34).

Para a teoria “Lumanniana”, o homem, não é, pois, considerado o centro do sistema social, posição esta ocupada pela interação dos sujeitos através do ato de comunicar que é o centro, a base, o que tem o condão de criar, desenvolver e evoluir.

Lecionando acerca do tema, Pierre Guibentif (2004, p. 182) aduz que cada operação de comunicação “produz um sistema”, simultaneamente, constituindo-o, pelas

seleções que operam nas suas relações com seu entorno e relacionando-se com uma próxima operação, pela antecipação da aceitação da mensagem compreendida. Para o autor assim resta definido o termo *autopoiesis* dos sistemas sociais, que se dá através da comunicação.

Fato é que, a partir da concepção fornecida pela biologia, verifica-se a auto-organização e uma autoprodução, a partir dos próprios elementos do sistema, o que garante ao mesmo certa autonomia em relação ao ambiente. Isso não significa, entretanto, que sistema e ambiente não se relacionem ou que o sistema seja absolutamente independente do seu meio. Logo, sistema e ambiente se comunicam por meio de acoplamentos, como bem esclarece Carvalho (s/d, p. 2):

[...] o sistema interage com o ambiente, mantendo um processo de acoplamento, através de uma espécie de decodificação das irritações causadas pelo ambiente, efetuadas mediante a utilização de suas próprias interações internas, circularmente organizadas em resposta aos ruídos externos.

Por fim, é importante perceber que o conceito de sistema adotado por Luhmann não é o mesmo da concepção ontológica Aristotélica de que ‘o todo é maior do que as partes que o compõem’. O que há entre sistema e ambiente é um limite, que Luhmann reconhece como uma forma (o *re-entry* da forma – diferença na forma, conforme terminologia de Spencer Brown).

Para Brown é uma distinção, decorrente de uma separação, de uma diferença, a separação entre dois valores, lados ou faces, por um limite. Assim, a aplicação recursiva da distinção diretriz sistema/ambiente acarreta no aumento da complexidade e no aprofundamento da comunicação social. É a esta internalização da forma a forma que o autor denomina de re-entrada ou re-envio (Carvalho, 2008, p. 65).

2. O DIREITO E A SOCIEDADE NA TEORIA LUHMANNIANA.

Para relacionar o direito e a teoria dos sistemas sociais é preciso entender a sociedade como “um tipo particular de sistema social [...], que compreende internamente todas as comunicações”. Nesse escopo, o direito seria um subsistema parcial da sociedade, “funcionalmente diferenciado”, que integra o grande sistema, possuindo dentro de si comunicações próprias com o intuito de “manter estáveis as expectativas” da sociedade (Corsi, 1996, p. 154).

Exatamente deste ponto, é que em sua obra *O Direito da Sociedade*, lançado em 1993, Niklas Luhmann pretendeu analisar a relação entre sistema jurídico e sociedade,

no sentido de descobrir qual o conceito de sociedade em que as relações sociais ocorrem, bem como quais as conseqüências que esse conceito apresenta no que concerne a análise das relações entre sociedade e direito. Entretanto, mais especificamente na obra *La Sociedad y su Derecho*, Luhmann (2005, p. 625) também questiona “a maneira pela qual se tenha que entender a sociedade onde todas as comunicações ocorrem”.

Nesse escopo o direito era concebido “como um mecanismo regulativo a serviço da adaptação da sociedade ao seu entorno”, como se fosse “uma máquina cibernética programada para manter constantes”. Assim, o direito sustentaria e confirmaria “uma sociedade que é descrita de fora como uma sociedade adaptada e que somente tem que fazer frente a conflitos internos” – o que via de encontro com a atual percepção luhmanniana de sociedade e de Direito (Luhmann, 2005, p. 626-627).

Com a introdução de um novo conceito de sociedade, a qual “conduz a conseqüências totalmente distintas” exatamente por não entrar “em contato com seu entorno diretamente por suas próprias operações”, a função do direito também se vê alterada. A novel concepção estaria sustentada nos “sistemas autopoieticos”, cujo tanto o sistema da sociedade quanto o do direito são vistos como sistemas “operativamente fechados” que se reproduzem com “operações próprias”, os quais não mantêm contato direto “com seu entorno, senão por intermédio de suas próprias operações” (Luhmann, 2005, p. 626-627).

Logo, tem-se que o entorno não mais participa diretamente das operações decisórias do sistema, isto é, não força mais o sistema a se adaptar com ele – mas tão somente através dele. Nesse sentido, “o entorno não pode incorporar operações de outro tipo na rede de autopoiesis do sistema”, somente pode irritá-lo, visto que quem decidirá o curso das comunicações a seguir é o próprio sistema, pois limitado está às suas próprias operações (Luhmann, 2005, p. 628).

Tanto o sistema social quanto o sistema jurídico são sistemas autopoieticos, em que o último opera dentro da sociedade. Assim, com cada operação própria realizada, a sociedade também renova a sua comunicação e todas as demais – quer isto dizer que, caso a sociedade reduza determinada complexidade introduzida por certo risco, ela estará reproduzindo em seu interior, autopoieticamente, pilares estruturais para lidar com tal situação, na busca de uma estabilidade, os quais servirão para os seus subsistemas.

Logo, se o Direito está dentro da sociedade, ele vai sofrer irritações originadas em seu entorno (dentro da sociedade) originárias dessas novas estruturas, fazendo com que

ele “também realize sua própria autopoiese” no sentido de manter a estabilidade das expectativas, seguindo o seu código binário¹, o qual é exclusivo deste subsistema, “delimitando-se frente ao entorno interno da sociedade”. Isso, pois, as respostas para os problemas que envolvam esse ramo, “devem ser criadas dentro do sistema jurídico e não fora dele” (Luhmann, 2005, p. 630).

As expectativas dirigidas ao Direito modificam-se pelas inovações tecnológicas, pois há uma alteração nas condições das próprias estruturas do sistema jurídico. Nesse panorama, o Direito autopoieticamente fará as mudanças necessárias quando for requerido que o faça, visto que o risco de uma não alteração poderá elevar a complexidade a níveis altíssimos (que, por sua vez, podem levar ao caos), ao invés de reduzi-la (que ocorre quando se modifica a norma).

Nas palavras de Luhmann: “o direito da sociedade moderna deve sair à frente e sem um futuro certo”, porque “os parâmetros naturais, que tanto se referem à sociedade, não podem ser aceitos como algo constante” – “eles podem divergir” no futuro justamente porque não “existe nem uma linha geral na forma de uma historia consagrada, um progresso, ou o fim do mundo em que ele possa se ater”. Segue afirmando o autor que “o direito não pode ser estável do ponto de vista do tempo, no sentido que algo que em alguma ocasião tenha tido validade a terá para sempre” – isso não existe (Luhmann, 2005, p. 634-635).

Vale ressaltar que se o Direito se transforma, é necessário que efeitos retroativos sejam evitados, bem como que as decisões judiciais previamente proferidas sejam protegidas. Isso é necessário, pois o Direito também pode causar um risco, o *risco do direito*. Esse ocorre quando uma expectativa normativa era concreta, porém, modifica-se gerando riscos (para o futuro). O Direito pode se modificar de duas formas, a primeira por intermédio de legislação e, a segunda, por meio de decisões judiciais (Luhmann, 2005, p. 636).

O risco imposto pelo primeiro modo é *mais corrigível* que o segundo, exatamente porque o que irá alterar-se é a leitura do código binário direito/não-direito, em virtude de uma nova norma que nasce, modificando a regra existente, pela via temporal (Luhmann, 2005b, p. 59). A correção dessa irritação para o futuro (risco), normalmente ocorre por intermédio de indenizações, no sentido de o prejuízo causado pela troca

¹ O código é: direito/não-direito, o qual é considerado um tipo de “filtro” do sistema, permitido a entrada de elementos condizentes com o (sub) sistema funcional do entorno.

orientação na leitura do Direito ser sanado, sendo esta a maneira pela qual se adapta a nova norma/expectativa ao presente, reduzindo-se a complexibilidade e, por sua vez, o risco imposto pelo Direito (Luhmann, 1992, p. 107).

A segunda modificação, por sua vez, é *mais complicada*. Apesar de ter-se o conhecimento de que “mesmo as expectativas normativas podem se adaptar através de procedimentos, mormente da jurisprudência” (Schwartz, 2008, p. 12), há casos em que isso pode gerar um risco, o qual é originário do direito. Isso ocorre quando surgem “vereditos proferidos pelas mais altas instâncias”, em que se observa que determinadas orientações “possuem poucas possibilidades de serem incorporadas nas decisões dos casos particulares” (Luhmann, 2005, p. 636).

O risco imposto pelo Direito é que, nesses casos, as orientações não seguem o código binário desse subsistema, sendo consideradas arbitrárias, com um alto grau de “valoração”. Nesse condão, elas acabam gerando mais discrepâncias e insatisfação, exatamente por “não terem tido como efeito uma adaptação do sistema ao seu entorno social”, como se procurava (Luhmann, 2005, p. 637).

Em outras palavras, quer-se dizer que ao invés de funcionarem como uma solução para irritações semelhantes, as decisões geram mais riscos ao invés de minimizá-los. O risco gerado aqui, pelo Direito, é exatamente no sentido de “não proteger quem espera um comportamento conforme a norma”, gerando uma frustração de uma expectativa normativa, uma insegurança jurídica – que vai, inclusive, de encontro com a função do Direito (Campilongo, 2000, p. 97). E isso pode ter como resultado o aumento da complexidade do sistema jurídico, o que ocasionalmente pode desestabilizá-lo e levá-lo ao caos.

Luhmann assevera que o “o risco toma o lugar na fórmula de adaptação” do Direito com o seu tempo. Portanto, esse subsistema “está obrigado a reflexionar-se sobre seu próprio risco, criando regras jurídicas, por intermédio de “reformas [...] que resultem compatíveis, desde o ponto de vista do risco e do perigo, com a autopoiese do sistema jurídico, com sua função específica e com a peculiaridade de seu código”, para garantir a segurança (nos fundamentos de decisões) e a estabilidade normativa, na medida em que os problemas apresentam-se (Luhmann, 2005, p. 637-638).

Essas assertivas indicam que “todos os resultados da reflexão do sistema jurídico encontram-se vinculados aos textos normativos” – o risco, todavia, “se exterioriza”. Nesse sentido, para que o Direito não seja estático, “é possível que se ofereça

estímulos (irritações externas), por intermédio do acoplamento estrutural, para que ele se altere autopoiéticamente, adaptando-se a novas realidades (Luhmann, 2005, p. 641).

Luhmann confirma que o sistema jurídico introduz e integra um *futuro aberto* a sociedade (o qual não é previsto, portanto, modificável). Por essa sua característica, esse autor afirma que é possível compará-lo metaforicamente a um sistema imunológico (Luhmann, 2005, p. 642). Esse sistema, do corpo humano, defende o organismo contra bactérias, vírus, etc., (que tentam invadi-lo), por meio de anticorpos específicos, produzidos pelo próprio sistema (corpo humano), haja vista essa irritação externa.

O Sistema do Direito opera da mesma forma, justamente por ser autopoiético, o que garante as suas estruturas básicas para um futuro, mas que pode ser alterado (por ele mesmo, com certa ajuda do exterior, que serviu apenas como aprendizagem). Nesse sentido, tem-se que um sistema autopoiético “só pode produzir operações na rede de suas próprias operações, sendo que a rede na qual essas operações se realizam é produzida por essas operações” (Luhmann, 2009, p. 119-120).

Assim, o Direito, enquanto sistema, não precisa investigar o seu entorno para encontrar soluções, na medida em que apenas registra as interferências e irritações geradas pelo *ser estranho* do meio (nesse momento já distinguindo aquilo que lhe interfere ou não; o que faz parte do Direito ou não) e encontra dentro de seus próprios sistemas, a forma mais adequada de neutralizar essa situação não prevista por ele.

Ressalta-se que as irritações “são sempre sistemas parasitários que dependem que a sociedade tenha estabelecido estruturas (expectativas) e que esteja em condições de continuar a sua autopoiése de maneira congruente à sua estrutura, mas também, ao mesmo tempo, são inovadoras”, pois se não já haveria uma estrutura específica para tal situação. Logo, o sistema (imunológico) “não é útil para corrigir erros, mas apenas para debilitar os riscos estruturais”, no sentido de aprender com o *intruso* e reduzir o risco (Luhmann, 2005, p. 642-643).

Luhmann expõe que os conflitos originários desse choque entre o sistema jurídico (imunológico) e as novas situações (*parasitas*) “constituem motivos de aprendizagem”, sem a qual não se poderia compreender e desenvolver o Direito – fazendo com ele inexistisse. Nesse escopo, aprender remota a ideia de formação de uma regra, a qual, nesse panorama, “é idêntica a formação de anticorpos, com uma especificidade obtida de maneira casuística” (Luhmann, 2005, p. 642-643).

Tal como restou demonstrado anteriormente, “os conflitos podem ser criados, inclusive, pelo próprio direito”, sendo importante destacar que o sistema jurídico “origina-se e desenvolve-se na busca de soluções para os conflitos” de tal modo que “essas soluções não funcionem unicamente como algo *ad hoc*, sendo válidas para mais de um caso” (Luhmann, 2005, p. 642-643). Assim, quando se produz um *anticorpo*, quer-se que ele esteja presente mesmo após certo período de tempo, caso ainda seja temporalmente válido.

Sinteticamente, quando um sistema encontra-se incapacitado para formular respostas a certas irritações que emergem do seu entorno (meio) e alcançam o sistema por intermédio do acoplamento estrutural, aumentará a sua complexidade (interna) e encontrará respostas neutralizadoras para tal problema dentro de seu próprio espaço, sem a interferência do meio, isto é, sem adaptar-se a ele – o que por sua vez, acaba por reduzir a complexidade de tal situação e, logo, o risco (Luhmann, 2005, p. 642). Para cada situação, “novas regras surgem” ou “novas interpretações são geradas”, o que possibilita a continuidade do sistema para o futuro (Luhmann, 2005, p. 645).

É importante salientar que para Luhmann, a “função do direito está ligada às expectativas direcionadas à sociedade e não aos indivíduos”, excluindo qualquer expectativa que se refira ao “estado de consciência de um certo ser humano” (Luhmann, 2004, p. 142-143). Nesse diapasão, caso as violações do Direito ocorrerem no plano da sociedade, isto é, quando elas são “estruturalmente induzidas”, elas adquirem um valor informativo, criando uma determinada comunicação (e uma irritação), o que leva a geração de uma determinada expectativa pelo Direito (Luhmann, 2005, p. 648).

Como o próprio Luhmann aborda sobre a questão dos problemas da individualidade, “mesmo que estejam no entorno do sistema, a sociedade não pode ignorá-los já que se comunica com eles” (Luhmann, 2007, p. 638). Até porque, “a sociedade depende do homem como condição ambiental para existir” (Neves, 2004, p. 126). O Direito, portanto, “deve se identificar como uma codificação binária”; contudo, para superar as constantes violações de direitos, é necessário que o sistema jurídico também tenha *sentido* (Neves, 2004, p. 126).

Sentido, na teoria sistêmica luhmanniana, é o meio que permite um sistema estar aberto a outras possibilidades, à criação de novas possibilidades, exatamente por aumentar a complexidade nos sistemas através de comunicações próprias (Corsi, 1996, p. 146). E, através dessa perspectiva, é possível falar em um sistema jurídico unitário e

mundial, para fazer frente as extraordinárias dimensões e a diversidade regional das violações de direitos” (Luhmann, 2005, p. 648).

Luhmann é um dos primeiros sociólogos a aceitar a existência de uma sociedade mundial², sem limites regionais. Esse moderno ponto de vista decorre da “decisiva interconexão recursiva da comunicação”, cujos pressupostos são a *traducibilidade* das linguagens, a comunicação mundial dos meios de massa, as redes privadas de comunicação, a unidade dos esforços cognitivos no sistema da ciência, a economia mundial com mercados globais, o sistema político mundial que coloca os Estados em dependência recíproca indissolúvel e as conseqüências ecológicas das guerras modernas, que impõem uma lógica de prevenção e de intervenção – resultando difícil “negar o entrelaçamento em âmbito mundial de todos os sistemas funcionais” da sociedade (Luhmann, 2005, p. 649; Sella, 2006, p. 581). Nesse escopo, o Sistema do Direito não poderia ser distinto.

Assim, é correto afirmar que o sistema jurídico apresenta o seu próprio código, qual seja direito/não direito, como anteriormente frisou-se. Apesar de existir em todas as diferentes regiões do mundo, esse subsistema pode apresentar variações, visto que as perturbações do sistema podem ter efeitos muito diferentes conforme seja o curso de seu desenvolvimento, a natureza do *feedback* e as particularidades regionais. Entretanto, haja vista a existência de normas que *traduzem* uma ordem jurídica de outra, como são as regras do Direito Internacional Privado e a real semelhança que as regras apresentam entre uma e outra região, não se pode negar que o (sub) sistema jurídico exista na sociedade mundial, embora sem legislação e jurisdição central (Luhmann, 2005, p. 651).

E esse sistema jurídico da sociedade do mundo constitui um caso particular de sistema funcional no qual, apesar das relações e das coincidências formais, parafraseando Luhmann, não se deve ignorar as enormes diferenças existentes entre as diversas regiões. Portanto, a pergunta que os sociólogos do direito poderiam formular hodiernamente seria a de que como é que essas diversidades podem ser descritas e entendidas.

3. SOCIEDADE, DIREITO E DIREITOS HUMANOS

² Luhmann (2007, p. 117) afirma que: “por una parte significa que sobre el globo terrestre – y en todo el mundo alcanzable comunicativamente – sólo puede existir una sociedad; éste es el aspecto estrutural y operativo del concepto”.

Um dos indicadores da existência de um sistema jurídico da sociedade mundial se refere “a crescente atenção que se dispensa às violações dos direitos humanos”, onde a violência parece ocupar o lugar de tribunal superior, pois é a partir delas que os direitos serão realmente efetivados, o qual discorrer-se-á em breve (Luhmann, 2005, p. 651; Neves, 2004, p. 132). Antes, cabe ressaltar que na teoria de luhmanniana, existem três desdobramentos possíveis para os direitos humanos: o contratual, o positivista e a autoreferencial (Luhmann, 2005, p. 652-657).

Em relação ao primeiro, conforme Luhmann, esses direitos surgem ainda com o “desmoronamento do antigo direito natural europeu e a estreita conexão com as constituições de índole sócio-contratualistas”. Isso, pois, os direitos humanos adquiririam sua validade através do contrato social para com o Estado, não sendo mais considerados naturais (inatos) dos seres humanos, porém vistos como parte da esfera cível, mais especificamente como seu produto (Luhmann, 2000, p. 157).

Em outras palavras, quer-se dizer que por essa perspectiva paradoxal “não são os indivíduos que fundamentam o contrato social, mas sim o contrato social que fundamenta os indivíduos” – e os seus direitos humanos (Luhmann, 2000, p. 156). Contudo, essa perspectiva não prosperou em virtude de alguns questionamentos, como a situação daqueles que não fazem parte da sociedade ou por quanto tempo essa forma de fundamentação iria durar quando as relações sociais se alterassem (Luhmann, 2000, p. 156-157).

Portanto, a partir da metade do século XVIII, o convencimento dos direitos humanos passaria a ser vislumbrada através da perspectiva positivada. Ou seja, a solução seria encontrada “na textualização e, por fim, na positivação desses direitos pré-positivos” (Luhmann, 2000, p. 157). Luhmann (2005, p. 653) apresenta alguns exemplos de sua textualização, qual seja a *Bill of Rights* ou a Declaração Francesa – documentos declaratórios de direitos (individuais/humanos). Já como direito positivado, Luhmann (2000, p. 157) apresenta as leis constitucionais como fundamentos para garantir a esses direitos uma característica normativa e estável.

Ocorre que esse panorama também apresenta uma grande dificuldade, a qual está ligada à sua *validade mundial*, justamente por essa positivação (ou até mesmo a textualização³) unir os direitos às Cartas dos Estados diretamente. Nessa banda, exige-se

³ Nesse escopo, os direitos humanos estariam ligados ao Estado, pois esse ente assumiu unilateralmente a intenção de garantir os direitos humanos apresentados nas normativas internacionais. Ocorre que, aos

das nações a “observação em seu território dos direitos humanos, enquanto que esses direitos aparecem como exigências de composição e aplicação do direito” – o que é bastante “obscuro para a sociedade mundial” vista como um todo (Luhmann, 2005, p. 655).

A partir dessa visão é que Luhmann se questiona quanto a esse último desdobramento ser realmente o mais apropriado para fundamentar os direitos humanos⁴, surgindo à nova forma que corresponde “a impressão geral de que os produtos da civilização passam a ser reconhecidos dentro de seus próprios limites” (Luhmann, 2000, p. 158). Quer isto dizer que, em uma nova perspectiva, os direitos humanos seriam “conhecidos até onde poderiam ser modificados” e reconhecidos quando descumpridos (Luhmann, 2005, p. 655).

Portanto, para o desenvolvimento e fundamentação dos direitos humanos hodiernamente, dever-se-ia introduzir a autoreferência⁵, em que por conhecer seus limites, os direitos humanos também reconhecem uma transgressão (aquilo que proíbem) e, a partir da frustração gerada por essa violação, o sistema jurídico deveria criar uma resposta dentro de seus limites, caso tal irritação (a violação) passasse pela diferenciação do código do Direito e aumentasse a complexibilidade.

Entretanto, no capítulo *La Sociedad y su Derecho*, Luhmann limita-se a afirmar que as normas não deveriam já existir somente no plano positivado, pois assim seriam puramente pragmáticas acerca de sua utilidade. Até porque, o Direito positivo dos Estados pode ser utilizado para amparar violações aos direitos humanos, como o próprio autor cita: “o desaparecimento de pessoas encoberto pelo Estado, as deportações forçadas, as expulsões, a morte, a apreensão e a tortura – todos com a proteção e o conhecimento dos órgãos estatais” (Luhmann, 2005, p. 656).

Nesse sentido, o Direito precisaria estar aberto ao futuro, devendo igualmente estar aberto a outras comunicações que exibissem violações à dignidade humana. Isso porque, essa é a zona que “incondicionalmente precisava ser protegida” no seio social, nos

Estados, são garantidos uma série de “saídas” a tais tratados, como a intenção de ratificá-los ou não, o direito de denúncia ao tratado (ou até impor reservas a certos pontos) e etc. Isso faz com que os direitos humanos sejam, ou não, cumpridos – evidenciando uma problemática validade internacional/mundial (Luhmann, 2000, p. 158).

⁴ Direitos humanos são uma questão mundial, por isso esse questionamento. Além disso, destaca-se a sua importância devido ao fato destes direitos “serem o reflexo das necessidades humanas” (Trindade, 2008, p. 131).

⁵ Autoreferência aqui se difere da autoreferência sistêmica que faz com que o direito, por exemplo, procure uma resposta dentro de si no fechamento operacional autopoiético. Trata-se, na verdade, do auto-contato/auto-conhecimento que os direitos humanos tem consigo.

termos do próprio Luhmann (2005, p. 658). Afinal, após a violação, uma (outra) regra seria constituída ou modificada, com o intuito de frear a transgressão no futuro.

Nesse viés, Luhmann (2005, p. 657) parte da ideia de que os direitos humanos só são reconhecidos a partir da sua violação, surgindo, desta forma o Direito para combatê-la. Aqui, surge um claro diálogo com Ost (2005), para quem o Direito sempre se desenvolve no seu tempo, após a ocorrência de fatos sociais, motivados por estes.

Logo, é certo que o Direito não é de modo algum “um dado *a priori* do comportamento humano ou da regulação da convivência humana que garante a sociedade” (Queiroz, 2003, p. 80). Há, na verdade, no Direito “toda uma programação condicional [...], de maneira que o passado tenha resposta para os problemas futuros” (Rocha, s/d, p. 2). E é desta forma que a validade dos direitos restaria *iniciada* (Luhmann, 2005, p. 659).

Apesar disso, Luhmann (2005, p. 656-657) exprime a ideia de que os direitos humanos não são observados pelos Estados, visto que eles “são incapazes de enfrentar as violações [...] com os meios normais do dito Estado de Direito”, reconhecendo/positivando os direitos após estes serem violados. O referido autor igualmente afirma que as normas existentes no Direito estatal também podem levar a própria violação da dignidade humana, o que afastaria em muito a segurança jurídica que o Sistema do Direito tenta passar à sociedade (Luhmann, 2005, p. 657).

Nesse sentido, para o autor, o subsistema do Direito Mundial deveria ser concebido “não através dos direitos, porém, a partir de obrigações”, as quais vinculariam os Estados a prestarem a devida atenção a esses direitos para o futuro, visto que eles estão interligados por uma comunicação desenvolvidíssima, a qual universaliza naturalmente qualquer situação (Rocha, s/d, p. 4) como em um “campo de ação superior”, destinado a interagir com todas as regiões indiscriminadamente.

Todavia, dada a inexistência de um meio que interligasse os sistemas político e jurídico, tal como ocorre no campo de atuação estatal, não há que se falar da existência de uma instância controladora/coordenadora, o que poderia configurar um grande problema, devido ao fato que diversas regiões do globo estão em diferentes graus de desenvolvimento. Tal fato refletiria diretamente em um número maior de indivíduos (com interesses regionais distintos) a formarem o entorno da sociedade e irritarem o sistema jurídico, gerando conseqüências na atuação dos subsistemas funcionais, pois acoplados estão à sociedade (Luhmann, 2005, p. 660).

E essa questão é uma preocupação exatamente porque ela pode gerar uma exclusão muito grande, ao invés de uma inclusão – e o Direito não conseguirá estabilizar essa questão (Luhmann, 2005, p. 660). Exclusão, na Teoria dos Sistemas Luhmanniana, “é compreendida como problema residual, fora da curva” (Blecher, 2008, p. 110), a qual, no caso em tela, não permitiria a certos indivíduos o status de “pessoas”, negando a sua participação na comunicação (Corsi, 1996, p. 92-93) pela própria diferenciação funcional existente na disciplina (subsistema do Direito).

Logo, certas partes da população mundial não teriam acesso a determinada “qualidade e dignidade” exatamente por que o Sistema do Direito somente iria analisar a sua comunicação – o seu código (direito/não-direito) – eliminando outros conceitos necessários, tais como as próprias necessidades humanas⁶, levando a uma dominação de uma certa classe (Luhmann, 2005, p. 660).

Tal panorama desdobra a ideia de que “cada vez que se concede um Direito, toma-se uma atitude positiva de concessão desse direito”, porém, “inevitavelmente, ao conceder-se algo, tem-se que tirar algo de alguém” (Rocha, s/d, p. 4). E isto leva a pensar que os direitos seriam garantidos a alguns setores apenas, sendo que os demais estariam à margem de todo o Sistema Social, inclusive o jurídico.

Por conseguinte, essas pessoas marginalizadas não estariam tuteladas pelo Sistema do Direito, dificultando, inclusive, o seu trabalho de divulgação de violações (para que haja uma correção para o futuro). Isso, pois, se excluídas de um âmbito, como o da própria sociedade, elas seriam impedidas de participar da inclusão no (sub) sistema jurídico e, logo, de ter garantidos os direitos humanos (Luhmann, 2005, p. 662).

Na sociedade moderna, se é certo que não há uma única regra de inclusão equivalente a toda sociedade, é evidente que a própria sociedade possui um código que permite a inserção de certa situação no seu interior (o qual é o meio/entorno dos subsistemas). Esse código é o da *inclusão/exclusão* (Luhmann, 2005, p. 663). Certo indivíduo, se incluído, poderá ter seus direitos assegurados e poderá comunicar sua violação, forçando uma alteração ao Direito forte no próprio acoplamento realizado entre as subestruturas sociais; entretanto, caso seja excluído, o indivíduo não terá a mesma sorte – não sendo incluído nem na comunicação da sociedade.

⁶ Note-se que as necessidades humanas são sempre imutáveis, universais – apesar da região – e objetivas; o que se altera é a “forma como essas necessidades são expressas no meio social”, as quais são concretas e atuais (Trindade, 2007, p. 136).

Em verdade, do que Luhmann trata aqui não é da unidade de uma norma (de uma ideia ou de um valor, tal como os direitos humanos poderiam ser vislumbrados desde outras perspectivas sociológicas), se não dos *paradoxos* formais das distinções liberdade/restrrição e de igualdade/desigualdade, que podem ser desenvolvidas de diversas formas nas ordens jurídicas particulares. Noutros termos, Luhmann trata das perspectivas do futuro que convergem no indeterminável.

Nesse sentido, as assimetrias nos papéis sociais que, da perspectiva moderna, somente resultam aceitáveis nos sistemas funcionais (como por exemplo, médico/paciente, produtor/consumidor, demandante/demandado, conforme exemplos de Luhmann), são generalizadas pela via de uma *referência externa*, como a raça ou a etnia. Desse modo se obtêm desvantagens estruturais que atravessam transversalmente os sistemas funcionais das mais diversas índoles – e não passando apenas pelos códigos sistemáticos conhecidos, tal como é o direito/não direito. O caráter ofensivo que tais relações oferecem à consideração moderna se encontra, portanto, condicionado de forma mais estrutural do que casuística – *na própria sociedade*.

É certo, pois, que o propósito de se constituir uma estrutura jurídica normativa independente das tradições regionais e dos interesses políticos regionais e estatais *não eliminará* a diversidade dos desenvolvimentos regionais do Direito, visto que o acoplamento se dá de maneira defeituosa no âmbito mundial. Como o próprio Luhmann adverte (2005, p. 658): não há nada no plano da Sociedade do Mundo que corresponda ao acoplamento estrutural do sistema político e do sistema jurídico pela via das constituições.

É de se supor que o problema que se tomou como ponto de partida consiste na defeituosa inclusão de grandes capas da população na comunicação dos sistemas funcionais, ou expresso de outra forma, pela diferenciação aguda entre inclusão e exclusão, produzida, sem dúvida, pela diferenciação funcional.

É sob esse regime – o da diferenciação funcional – que cada sistema funcional regula, ele mesmo, e para si, a inclusão social. Assim, o que aparece como herança da antiga ordem social estamentária apenas pode ser diferenciado de acordo com a inclusão/exclusão (código da sociedade).

Nesse sentido, a tese da Teoria dos Sistemas é de que a diferença de tal código binário serve como uma espécie de *metacódigo*, isto é, *um mediador de todos os demais códigos*, parafraseando Luhmann. Não se pode olvidar que há diferença entre o que é conforme ou desconforme ao Direito, contudo, para a população excluída pouca

importância existe entre o que é conforme ou discrepante ao Direito Comparado, visto que eles já estão excluídos da própria sociedade.

Tal situação afeta especialmente o Direito porque o sistema jurídico não se sustenta apenas nas sanções próprias do sistema, na condenação ao pagamento ou à pena, se não também na ressonância social da violação do Direito. No campo da exclusão (fortemente integrado) nada se tem a perder além do próprio corpo, já no campo da inclusão (debilmente integrado) as implicações do que é conforme ou não ao direito não se transmitem e tampouco vale a pena se preocupar com a observação desses valores de acordo com critérios provenientes de programas jurídicos específicos.

Assim, pode-se afirmar que apesar desse metacódigo inclusão/exclusão estar presente, ele ao menos possibilita certa comunicação, o que levaria a um aumento de complexidade e exigiria certo retorno do interior da sociedade (de seus subsistemas que forem afetados), o que de certo modo é bom, pois elimina “o risco de colapso”, normalizando expectativas. Por outro lado, se tal código é também levado ao grupo dos sistemas funcionais, tais ficariam sem “uma instância central” onde esses subsistemas poderiam encontrar socorro – o que é um grande problema (Nafarrate, 2000, p. 155-156).

Por fim, o que se conclui a respeito disso é que “o Direito não tem mais uma única fonte”, necessitando diretamente do aval do código da sociedade para implementar o seu (Rocha, s/d, p. 3).

Por isso é que Luhmann afirma que os sistemas sempre se modificam, nunca “permanecendo como ele é na atualidade” – onde uma alteração em qualquer dos sistemas funcionais da sociedade já faria uma grande diferença, já que esses são os atuais responsáveis pela inclusão na sociedade (Luhmann, 2005. p. 664).

Enfim, seja qual for o conceito de sociedade que alguém utilize, quer o conceito tradicional de autarquia em condições necessárias para uma vida perfeita dos seres humanos, quer o conceito de fechamento da operação comunicativa, não há dúvidas de que nas circunstâncias atuais existe somente um sistema social, qual seja o da *sociedade do mundo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sendo, os sistemas funcionais interligados, o que se depreende na medida inclusiva do sistema econômico que pode ajudar o sistema jurídico a fazer o mesmo (pois

apesar de enclausurados operativamente, podem interferir na comunicação do outros, por meio de acoplamentos), torna a matriz teórica da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann a luz clareadora e esclarecedora do (des) envolvimento do binômio sociedade-direito.

Através dos Direitos Humanos como acoplamento estrutural, as ingerências da política no direito ao serem mediatizadas por mecanismos respectivamente jurídicos (e vice-versa) são excluídas. Configura-se, pois, um vínculo intersistêmico horizontal, típico do Estado de Direito. A autonomia operacional de ambos os sistemas é condição e resultado da própria existência desse acoplamento.

A partir desta vertente e do reconhecimento de referido acoplamento. Os Direitos Humanos servem à interpenetração e à interferência de dois sistemas auto-referenciais, o que implica simultaneamente, relações recíprocas de dependência e independência, que só se tornam possíveis com base na formação auto-referencial de cada um dos sistemas (Luhmann, 2005. p. 159).

Desta forma, a partir da conceituação de Niklas Luhmann é possível constatar-se que a realidade humana tida como centro da sociedade detentora de direitos humanos, possui relevância seletiva/destrutiva em relação ao sistema jurídico, ao passo que no mesmo tempo que se auto (re) produz, sofre interferências do sistema jurídico, acoplando-se estruturalmente no e para o que lhe permita e impulse evoluir.

HUMAN RIGHTS IN GLOBALIZED SOCIETY: AN ANALYSIS LUHMANNIAN

ABSTRACT: This text asserts itself about the actual globalized society and the Human Rights inserted in it, from the Systems Theory of Niklas Luhmann. Aiming to understand as the sociological argument that allows the understanding of social development, which undergoes through several changes considered necessary to go around global risks, which increases from daily complexity understanding of society, but also of the present and future legal system itself, allowing, from this perspective, an outlook from the humanitarian side, stressing the need to curtail human rights violations – a objective to be followed by all.

KEY-WORDS: Systems Theory. Luhmann. Human Rights

REFERÊNCIAS

Blecher, Carlos H. de Oliveira (2008). *Inclusão e Exclusão na Sociedade Moderna: uma visão sistêmica sobre o acesso à educação média no Brasil*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Filosofia do Direito). PUC/SP. 187fls.

Campilongo, Celso Fernandes (2000). *O Direito na Sociedade Complexa*. São Paulo: Max Lemonad.

Carvalho, Délton Winter de (2010). *O direito como um sistema social autopoietico: auto-referência, circularidade e paradoxos da teoria e prática do Direito*. Disponível em: <http://simaocc.home.sapo.pt/e-biblioteca/pdf/ebc_delton.pdf>. Acesso em: junho 2010.

_____ (2008) A formação Sistêmica do Sentido Jurídico de Meio Ambiente. Direito e Ambiente. *Revista do ILDA*. Instituto Lusíada para o Direito do Ambiente. Ano I n.1, Outubro/dezembro.

Corsi, Giancarlo [et al] (1996). *Glossário sobre la teoría Social de Niklas Luhmann*. Trad. Miguel Romero Peres e Carlos Villalobos. Guadalajara: UIA.

Guibentif, Pierre (2004). A comunicação jurídica no quotidiano lisboeta. Proposta de abordagem empírica à diferenciação funcional. In: *Do Sistema Social à Sociologia Jurídica*. Lumen Juris: Rio de Janeiro.

Luhmann, Niklas (1993). *Das Recht der Gesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp.

_____ (1998) *Sistemas sociales: lineamentos para uma teoria general*. México: Universidad Iberoamericana – Santafé de Bogotá: CEJA. Pontifícia Universidade Javeriana.

_____ (2000). *O paradoxo dos Direitos Humanos e três formas de seu desdobramento*. Trad. Ricardo Henrique A. de Paula e Paulo Antônio de M. Albuquerque. Themis. Fortaleza, v.3, n.1, p. 153-161.

_____ (2005). *El derecho de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. Guadalajara: UIA.

_____ (2005). *Risk: a sociological theory*. New Jersey: Transaction Publishers.

_____ (2009). *Introdução a Teoria dos Sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. Trad. Ana Cristina A. Nasser. Petrópolis: Ed. Vozes.

_____ (2007). *La sociedad de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. Guadalajara: UIA.

Nafarrate, Javier Torres (2000). Galáxias de Comunicação: O legado teórico de Luhmann. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n.51.

NEVES, Marcelo (2008). *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*. São Paulo: Martins Fontes.

Neves, Rômulo F. (2004). A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann: Entrevista com Marcelo Neves. *Plural*. Sociologia – USP. n.11.

_____ (2005). *Acoplamento estrutural, fechamento operacional e processos sobre comunicativos na teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Faculdade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02102005-215154/>. Acesso em 05/2010.

Ost, François (2005). *O Tempo do Direito*. Trad. Élcio Fernandes. Bauru: EDUSC.
Queiroz, Marisse Costa (2003). O Direito como sistema autopoietico: contribuições para a sociologia jurídica. *Revista Seqüência*. n.46, jul.

Rocha, Leonel Severo (s/d). Modulo III: A globalização e seus efeitos excludentes: Serão respeitados os direitos humanos nos próximos 50 anos? In: *IEDC. Dialogando sobre Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.iedc.org.br/artigos/dialogando/leonel.htm>. Acesso em 07 jul., 2010.

_____; Lenio Streck (Orgs.) (2001). O Direito na Forma de Sociedade Globalizada. *Anuário do Programa de Pós-graduação em Direito da Unisinos*. v. 3. São Leopoldo: Unisinos.

Rodriguez, Dário (2002). Invitación a la Sociologia de Niklas Luhmann. In: LUHMANN, Niklas. *El Derecho de la Sociedad*. Traducción Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana.

Schwartz, Germano (2008). O sistema Jurídico em Kelsen e Luhmann: Diferenças e Semelhanças. *Direitos Fundamentais & Justiça*. a.2, n.4, jul./set.

_____ (2009). Autopoiese e Direito: auto-observações e observações de segundo grau. In: Rocha, Leonel Severo [et al.]. *A verdade sobre a Autopoiese no Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

_____ Rocha, Leonel Severo; Clam, Jam (2005). *Introdução à Teoria do Sistema Autopoietico do Direito*. Livraria do Advogado: Porto Alegre.

Sella, Gustavo A (2006). O tribunal penal internacional no contexto da jurisdição humanitária: uma análise à luz da teoria sistêmico-funcional de Niklas Luhmann. In: PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos*. v.1. Curitiba: Juruá.

Trindade, André (2008). *Para entender Luhmann e o Direito como Sistema Autopoietico*. Editora: Livraria do Advogado: Porto Alegre.